

# Ultrapar Participações S.A.

Demonstrações Financeiras da  
Controladora e Consolidadas em  
31 de dezembro de 2022 e  
Relatório dos Auditores  
Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	1
Balancos patrimoniais .....	8
Demonstrações de resultados .....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto .....	12
Demonstrações do valor adicionado .....	14
1 Contexto operacional .....	15
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas ..	19
3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis .....	33
4 Operações descontinuadas .....	35
5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos .....	40
6 Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado) .....	42
7 Estoques (Consolidado) .....	45
8 Tributos a recuperar (Consolidado) .....	45
9 Partes relacionadas .....	48
10 Imposto de renda e contribuição social .....	55
11 Despesas antecipadas (Consolidado) .....	59
12 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado) .....	60
13 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas .....	61
14 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado) .....	68
15 Imobilizado (Consolidado) .....	72
16 Intangível (Consolidado) .....	76
17 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção .....	79
18 Fornecedores (Consolidado) .....	87
19 Salários e encargos sociais (Consolidado) .....	88
20 Obrigações tributárias (Consolidado) .....	88
21 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado) .....	89
22 Provisão para retirada de tanques (Consolidado) .....	92
23 Provisões e passivos contingentes (Consolidado) .....	92
24 Bônus de subscrição – indenização .....	97
25 Patrimônio líquido .....	97
26 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado) .....	103
27 Resultados por natureza .....	104
28 Resultado na venda de bens (Consolidado) .....	104
29 Resultado financeiro .....	105
30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado) .....	106
31 Informações por segmento .....	107
32 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado) .....	111
33 Compromissos (Consolidado) .....	129
34 Combinação de Negócios .....	130
35 Eventos subsequentes .....	132
Relatório da Administração .....	133
Parecer do Conselho Fiscal .....	153
Relatório anual do comitê de auditoria e riscos .....	154
Declaração CVM 80 .....	157

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Ultrapar Participações S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Vendas da Oxiteno e da Extrafarma*

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.b.2, nº 1.b.3 e nº 4, em 2021 a Sociedade assinou contratos de venda de suas participações em suas controladas Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio (“Oxiteno”) e Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Neste sentido, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade classificou os ativos e os passivos relacionados da Oxiteno e Extrafarma como “Mantidos para venda” e os resultados como “Operações descontinuadas”. Em 2022, a Sociedade concluiu a venda da Oxiteno e Extrafarma, após o cumprimento das condições precedentes, apurando uma perda de R\$19.973 mil e um ganho de R\$58.403 mil com a venda da Extrafarma e Oxiteno, respectivamente, após o efeito de imposto de renda e contribuição social, conforme nota explicativa nº 4. O resultado das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$301.858 mil, que inclui o resultado com a venda dos investimentos. A Sociedade contabilizou a venda dos investimentos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 e a norma internacional IFRS 5 “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”, que determinam que os ativos e passivos sejam apresentados como “Ativos mantidos para venda” e “Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda” no balanço patrimonial e que os resultados das empresas vendidas até a data da venda, bem como o resultado decorrente da venda, sejam apresentados como “Operações descontinuadas” na demonstração do resultado.

A venda dos investimentos é considerada uma transação não usual significativa, que envolve complexidade e elevado grau de julgamento pela Administração da Sociedade com relação a sua contabilização, apresentação e divulgação. Adicionalmente, as vendas da Oxiteno e da Extrafarma envolveram parcelas a receber a prazo classificadas no ativo não circulante para as quais foram avaliadas necessidade de ajuste a valor presente, e a venda da Oxiteno resultou em reclassificações de efeitos que estavam contabilizados em “Ajustes de avaliação patrimonial” e “Ajustes acumulados de conversão” para o “Resultado de operações descontinuadas”, entre outros impactos que afetaram o resultado do exercício.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) do elevado grau de complexidade e julgamento pela Administração na aplicação do CPC 31 e IFRS 5; (iii) elevado grau de complexidade e julgamento aplicado pela Administração no cálculo do ganho ou perda com a venda dos investimentos, incluindo a avaliação dos impactos tributários das transações; e (iv) elevado grau de complexidade e julgamento na identificação dos ativos, passivos e resultados das operações descontinuadas. A auditoria deste assunto requer um elevado grau de julgamento e esforço, incluindo o envolvimento de nossos especialistas de impostos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas à identificação e ao tratamento contábil da transação, incluindo os controles relacionados com a aplicação de prática contábil relacionada à contabilização, apresentação e divulgação das vendas dos investimentos; (ii) o entendimento e avaliação da natureza e substância econômica da transação e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre as vendas dos investimentos; (iii) a avaliação e desafio dos julgamentos e critérios adotados pela Administração na aplicação do CPC 31 e IFRS 5 e na determinação e mensuração do resultado das operações descontinuadas; (iv) envolvimento de nossos especialistas de impostos para avaliação dos impactos tributários da transação; e (v) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## *Créditos de PIS e COFINS oriundos da Lei Complementar 192*

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.a.2, em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade registrou créditos de PIS e COFINS oriundos da Lei Complementar 192. Os créditos de PIS e COFINS podem ser utilizados para compensação com outros tributos federais ou podem ser restituídos pela Receita Federal através de pedido de ressarcimento, desde que dentro dos prazos legais.

O registro e a mensuração dos créditos de PIS e COFINS envolvem elevado grau de julgamento pela Administração, tendo em vista a complexidade nas interpretações da legislação tributária aplicável, bem como as incertezas que envolvem expectativa de realização dos valores e elevado esforço da Administração para preparar os cálculos usados para mensurar e registrar esses créditos.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas e julgamentos da Administração sobre o reconhecimento dos créditos e da perspectiva de sua realização, que incluiu a necessidade de envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas ao registro, mensuração e realização dos créditos tributários; (ii) o entendimento da natureza dos créditos e análise da legislação tributária aplicável, com o auxílio de nossos especialistas tributários; (iii) teste da documentação que suporta o reconhecimento dos créditos; (iv) indagações à Administração e aos advogados externos da Sociedade e avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (v) o envolvimento de nossos especialistas tributários nas indagações à Administração e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Administração; (vi) a análise, os desafios e os testes sobre a metodologia e premissas utilizadas para as projeções que suportam a realização dos créditos, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados projetados e do desempenho histórico, análise retrospectiva de resultados, histórico de compensações e restituições dos impostos, incluindo a avaliação de evidências contraditórias; (vii) o envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (viii) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### *Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 23 de fevereiro de 2022 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

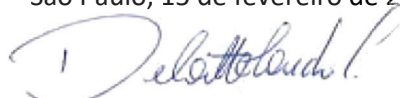
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Corrêa de Sá  
Contador  
CRC nº SP-248616/O-3

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

**Balancos patrimoniais**  
**em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	605.461	21.533	5.621.769	2.280.074
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	-	142.065	520.352	1.804.122
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	4.149.111	3.375.246
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	559.825	582.562
Contas a receber - venda de controladas	6.c	184.754	-	184.754	-
Estoques	7	-	-	4.906.083	3.918.772
Tributos a recuperar	8.a	2.012	862	1.610.312	1.061.227
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	43.080	56.499	96.134	291.833
Dividendos a receber		147.299	146.490	4.296	147
Demais contas a receber		101.955	105.513	174.153	56.205
Despesas antecipadas	11	5.969	7.548	123.699	98.024
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	614.112	555.052
		<u>1.090.530</u>	<u>480.510</u>	<u>18.564.600</u>	<u>14.023.264</u>
Ativos de controladas mantidos para venda	4	-	2.681.730	-	11.000.917
Total do ativo circulante		<u>1.090.530</u>	<u>3.162.240</u>	<u>18.564.600</u>	<u>25.024.181</u>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	-	-	442.841	379.277
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	61.463	63.749
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	501.522	415.472
Contas a receber - venda de controladas	6.c	184.754	-	911.811	-
Sociedades relacionadas	9.a	-	406.787	-	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	150.451	72.402	898.235	571.755
Tributos a recuperar	8.a	74	-	2.172.959	1.046.798
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	4.321	23.483	403.383	155.358
Depósitos judiciais	23.a	18	18	946.383	871.261
Ativo de indenização - combinação de negócios	23.c	-	-	126.558	120.991
Demais contas a receber		-	-	61.433	29.748
Despesas antecipadas	11	13.047	1.748	74.813	71.368
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	1.591.479	1.524.174
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	13	12.247.087	8.266.396	111.384	78.593
Ativos de direito de uso, líquido	14	6.943	35.304	1.791.377	1.651.295
Imobilizado, líquido	15	8.373	16.006	5.862.413	5.534.591
Intangível, líquido	16	253.840	252.585	1.918.349	1.471.256
		<u>12.868.908</u>	<u>9.074.729</u>	<u>17.876.403</u>	<u>13.986.176</u>
Total do ativo não circulante		<u>12.868.908</u>	<u>9.074.729</u>	<u>17.876.403</u>	<u>13.986.176</u>
Total do ativo		<u>13.959.438</u>	<u>12.236.969</u>	<u>36.441.003</u>	<u>39.010.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	17	-	-	869.067	618.327
Debêntures	17	1.800.213	39.333	2.491.610	2.247.724
Fornecedores	18.a	46.535	26.882	4.710.952	3.670.895
Fornecedores - convênio	18.b	-	-	2.666.894	2.119.059
Salários e encargos sociais	19	76.357	55.477	460.906	330.103
Obrigações tributárias	20	1.444	1.096	192.430	229.176
Dividendos a pagar	25	38.936	193.564	48.525	202.860
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	315.053	196.348
Benefícios pós-emprego	21.b	1.396	237	21.809	21.082
Provisão para retirada de tanques	22	-	-	5.063	4.632
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	-	-	22.837	119.942
Arrendamentos a pagar	14	1.839	6.129	225.034	188.832
Passivo financeiro de clientes		-	-	154.405	-
Demais contas a pagar		274	8.612	581.667	149.829
		<u>1.966.994</u>	<u>331.330</u>	<u>12.766.252</u>	<u>10.098.809</u>
Passivo de controladas mantidas para venda	4	-	-	-	2.541.421
Total do passivo circulante		<u>1.966.994</u>	<u>331.330</u>	<u>12.766.252</u>	<u>12.640.230</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	17	-	-	4.845.393	8.672.547
Debêntures	17	-	1.724.866	3.544.291	4.839.045
Sociedades relacionadas	9.a	2.875	4.674	3.492	3.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	-	299	282
Benefícios pós-emprego	21.b	1.283	2.000	193.747	194.637
Provisão para retirada de tanques	22	-	-	46.695	52.079
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a; 23.c	142.283	250	1.017.335	812.243
Arrendamentos a pagar	14	6.035	32.893	1.298.735	1.159.479
Passivo financeiro de clientes		-	-	296.181	-
Bônus de subscrição - indenização	24	42.776	51.296	42.776	51.296
Provisão para passivo a descoberto de controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	13	76.646	14.199	157	-
Demais contas a pagar		11.805	8.540	210.682	115.745
		<u>283.703</u>	<u>1.838.718</u>	<u>11.499.783</u>	<u>15.900.887</u>
Total do passivo não circulante		<u>283.703</u>	<u>1.838.718</u>	<u>11.499.783</u>	<u>15.900.887</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	25.a	5.171.752	5.171.752	5.171.752	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	25.b	43.987	34.043	43.987	34.043
Reserva de capital	25.h	599.461	596.481	599.461	596.481
Ações em tesouraria	25.c	(479.674)	(488.425)	(479.674)	(488.425)
Reserva de reavaliação de controladas	25.d	3.975	4.154	3.975	4.154
Reservas de lucros	25.e	6.111.136	4.866.409	6.111.136	4.866.409
Ajustes de avaliação patrimonial	25.f	179.974	(422.138)	179.974	(422.138)
Ajustes acumulados de conversão	25.f	-	304.645	-	304.645
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	25.g	78.130	-	78.130	-
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		11.708.741	10.066.921	11.708.741	10.066.921
Acionistas não controladores de controladas		-	-	466.227	402.319
Total do patrimônio líquido		<u>11.708.741</u>	<u>10.066.921</u>	<u>12.174.968</u>	<u>10.469.240</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>13.959.438</u>	<u>12.236.969</u>	<u>36.441.003</u>	<u>39.010.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Operações continuadas</b>					
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>26</b>	-	-	143.634.708	109.732.842
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<b>27</b>	-	-	<u>(136.276.257)</u>	<u>(104.827.966)</u>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	7.358.451	4.904.876
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e comerciais	<b>27</b>	-	-	(2.141.985)	(1.931.666)
Gerais e administrativas	<b>27</b>	(35.817)	(24.927)	(1.534.481)	(1.466.551)
Resultado na venda de bens	<b>28</b>	2.798	124	169.289	184.189
Outros resultados operacionais, líquidos	<b>27</b>	(99)	1.693	<u>(514.522)</u>	<u>96.166</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e dos impostos de renda</b>		(33.118)	(23.110)	3.336.752	1.787.014
Equivalência patrimonial	<b>13</b>	<u>1.312.346</u>	<u>828.972</u>	<u>12.181</u>	<u>(17.634)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>		1.279.228	805.862	3.348.933	1.769.380
Receitas financeiras	<b>29</b>	218.440	68.314	706.689	460.154
Despesas financeiras	<b>29</b>	(181.869)	(99.692)	(2.175.897)	(1.222.886)
Resultado financeiro líquido	<b>29</b>	<u>36.571</u>	<u>(31.378)</u>	<u>(1.469.208)</u>	<u>(762.732)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		1.315.799	774.484	1.879.725	1.006.648
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	<b>10.b; 10.c</b>	151.630	3.022	(637.973)	(430.280)
Diferidos	<b>10.b</b>	<u>31.552</u>	<u>7.693</u>	<u>296.459</u>	<u>242.246</u>
		183.182	10.715	(341.514)	(188.034)
<b>Lucro líquido de operações continuadas</b>		<u>1.498.981</u>	<u>785.199</u>	<u>1.538.211</u>	<u>818.614</u>
<b>Operações descontinuadas</b>					
	<b>4</b>	<u>301.858</u>	<u>65.264</u>	<u>301.858</u>	<u>65.264</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>1.800.839</u>	<u>850.463</u>	<u>1.840.069</u>	<u>883.878</u>
<b>Lucro atribuível a:</b>					
Acionistas da Ultrapar		1.800.839	850.463	1.800.839	850.463
Acionistas não controladores de controladas		-	-	39.230	33.415
<b>Lucro líquido por ação do capital social das operações continuadas (média ponderada do exercício) - R\$</b>					
Básico	<b>30</b>	1,3727	0,7200	1,3727	0,7200
Diluído	<b>30</b>	1,3643	0,7158	1,3643	0,7158
<b>Lucro líquido por ação do capital social das operações descontinuadas (média ponderada do exercício) - R\$</b>					
Básico	<b>30</b>	0,2764	0,0598	0,2764	0,0598
Diluído	<b>30</b>	0,2747	0,0595	0,2747	0,0595
<b>Lucro líquido por ação do capital social total (média ponderada do exercício) - R\$</b>					
Básico	<b>30</b>	1,6491	0,7799	1,6491	0,7799
Diluído	<b>30</b>	1,6391	0,7753	1,6391	0,7753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



## Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		1.800.839	850.463	1.840.069	883.878
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		27	(147)	27	(147)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas e empreendimento controlados e conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social		601.441	7.451	601.470	7.421
Outros resultados abrangentes		983	-	983	-
Ajustes de conversão de controladas e efeitos do hedge de investimentos, líquidos de imposto de renda e contribuição social		(304.645)	73.049	(304.645)	73.049
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós- emprego, líquidos de imposto de renda e contribuição social	25.f.1	(339)	35.548	(165)	46.610
Resultado abrangente do exercício		<u>2.098.306</u>	<u>966.364</u>	<u>2.137.739</u>	<u>1.010.811</u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		2.098.306	966.364	2.098.306	966.364
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	39.433	44.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)



	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados		Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores (ii)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>5.171.752</b>	<b>34.043</b>	<b>596.481</b>	<b>(488.425)</b>	<b>4.154</b>	<b>792.533</b>	<b>4.073.876</b>	<b>(422.138)</b>	<b>304.645</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.066.921</b>	<b>402.319</b>	<b>10.469.240</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800.839	-	1.800.839	39.230	1.840.069
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	602.112	(304.645)	-	-	297.467	203	297.670
Resultado abrangente do exercício	<b>13</b>	-	-	-	-	-	-	-	602.112	(304.645)	1.800.839	-	2.098.306	39.433	2.137.739
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização		-	-	941	-	-	-	-	-	-	-	-	941	-	941
Instrumento patrimonial outorgado	<b>9.c; 25.b</b>	-	9.944	2.039	8.751	-	-	-	-	-	-	-	20.734	-	20.734
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas		-	-	-	-	(179)	-	-	-	-	179	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.948	-	2.948	-	2.948
Transação com sócios - alteração de participação		-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	286	-	280	(6.847)	(6.567)
Ganho devido a alteração de participação em investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.423)	(2.423)
Aumento de capital atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.182	35.182
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	90.042	-	-	-	(90.042)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	1.154.691	-	-	(1.154.691)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar (R\$ 0,03 por ação)	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.385)	-	(31.385)	-	(31.385)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,07 por ação)	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.130)	78.130	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,41 por ação)	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(450.004)	-	(450.004)	-	(450.004)
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.437)	(1.437)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>5.171.752</b>	<b>43.987</b>	<b>599.461</b>	<b>(479.674)</b>	<b>3.975</b>	<b>882.575</b>	<b>5.228.561</b>	<b>179.974</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.130</b>	<b>11.708.741</b>	<b>466.227</b>	<b>12.174.968</b>
	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados		Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores (ii)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>5.171.752</b>	<b>22.404</b>	<b>594.049</b>	<b>(489.068)</b>	<b>4.337</b>	<b>750.010</b>	<b>3.658.265</b>	<b>(464.990)</b>	<b>231.596</b>	<b>-</b>	<b>55.391</b>	<b>9.533.746</b>	<b>376.519</b>	<b>9.910.265</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	850.463	-	850.463	33.415	883.878
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	42.852	73.049	-	-	115.901	11.032	126.933
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	42.852	73.049	850.463	-	966.364	44.447	1.010.811
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização		-	-	1.819	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819	-	1.819
Instrumento patrimonial outorgado	<b>9.c; 25.b</b>	-	11.639	613	643	-	-	-	-	-	-	-	12.895	-	12.895
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas		-	-	-	-	(183)	-	-	-	-	183	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.487	-	10.487	1.329	11.816
Ganhos decorrentes de pagamentos de dividendos fixos para ações preferenciais de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	971	-	971	(971)	-
Transação com sócios - alteração de participação		-	-	-	-	-	-	11.641	-	-	(11.641)	-	-	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.005)	(19.005)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.391)	(55.391)	-	(55.391)
Reserva legal	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	42.523	-	-	-	(42.523)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	403.970	-	-	(403.970)	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,17 por ação)	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(185.896)	-	(185.896)	-	(185.896)
Dividendos intermediários (R\$ 0,20 por ação)	<b>25.g</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.074)	-	(218.074)	-	(218.074)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>5.171.752</b>	<b>34.043</b>	<b>596.481</b>	<b>(488.425)</b>	<b>4.154</b>	<b>792.533</b>	<b>4.073.876</b>	<b>(422.138)</b>	<b>304.645</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.066.921</b>	<b>402.319</b>	<b>10.469.240</b>

(i) Ajustes acumulados de conversão de operações descontinuadas. Os efeitos acumulados foram reclassificados para o resultado em função da venda da Oxiteno (vide nota explicativa 4.b).

(ii) São substancialmente representados pelos acionistas não controladores da Iconic.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021  
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais continuadas</b>					
<b>Lucro líquido do exercício de operações continuadas</b>		<b>1.498.981</b>	<b>785.199</b>	<b>1.538.211</b>	<b>818.614</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	13	(1.312.346)	(828.972)	(12.181)	17.634
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	504.907	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	14	11.444	6.093	288.419	260.716
Depreciações e amortizações	15	1.608	11.936	732.241	653.118
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	16	-	-	6.663	7.081
Juros, variações monetárias e cambiais		104.377	26.985	1.625.987	1.133.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(31.552)	(7.693)	(296.459)	(242.246)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b	(151.630)	(3.022)	637.973	430.280
Resultado na venda ou baixa de bens e demais ativos		(2.799)	(124)	(322.190)	(184.189)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(49.989)	(3.123)
Provisão para perda em estoques		-	-	26.356	(826)
Provisão para benefício pós-emprego		(292)	(98)	1.939	(2.393)
Instrumento patrimonial outorgado		(5.126)	9.264	9.944	9.364
Provisão de descarbonização - CBIO	27	-	-	638.542	161.281
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.586	(30)	61.039	93.328
Demais provisões e ajustes		9.470	(1.759)	5.448	2.332
		<b>125.721</b>	<b>(2.221)</b>	<b>5.396.850</b>	<b>3.437.374</b>
<b>(Aumento) diminuição nos ativos</b>					
Contas a receber e financiamentos a clientes	6	-	-	(779.239)	(956.779)
Estoques	7	-	-	(1.004.819)	(1.626.670)
Tributos a recuperar	8	(46.861)	(10.538)	(2.056.104)	(826.133)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		356.467	428.459	146	1.005
Outros ativos		(9.031)	(32.992)	(224.379)	(19.392)
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>					
Fornecedores e Fornecedores convênios	18	19.654	10.011	1.557.837	2.425.821
Salários e encargos sociais	19	20.879	13.077	130.586	63.066
Obrigações tributárias	20	348	285	(9.442)	11.733
Outros passivos		(4.765)	8.867	677.016	(55.099)
Aquisição de CBIO	16	-	-	(635.130)	(176.837)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	(710.908)	(420.261)
Pagamentos de contingências		-	-	(84.939)	(24.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.630)	-	(283.331)	(230.036)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais continuadas</b>		<b>446.782</b>	<b>414.948</b>	<b>1.974.144</b>	<b>1.603.441</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas		-	269.299	30.550	982.519
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>446.782</b>	<b>684.247</b>	<b>2.004.694</b>	<b>2.585.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	5.b	625.420	(24.285)	1.567.962	1.863.053
Aquisição de imobilizado	15	(26)	(11.760)	(929.236)	(1.028.419)
Aquisição de intangível	16	(3.241)	(197)	(277.600)	(237.488)
Recebimento do empréstimo intercompany devido pela Oxiteno S.A à Ultrapar International	1.b.2	-	-	3.980.699	-
Caixa gerado com a venda de investimentos e bens		2.503.875	-	2.839.676	322.494
Aporte de capital em controlada		(369.021)	(115.456)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto		-	-	(28.000)	(25.700)
Caixa líquido consumido na aquisição de controladas		(1.823.105)	-	(5.985)	-
Transações com operações descontinuadas		-	-	987.895	-
Redução de capital em coligadas e resgate de ações	13	23.065	-	-	1.500
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso		-	-	(12.120)	(14.905)
Sociedades relacionadas	9.a	-	346.672	-	2.334
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos continuadas</b>		<b>956.967</b>	<b>194.974</b>	<b>8.123.291</b>	<b>882.869</b>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos das operações descontinuadas		-	-	(220.190)	(158.733)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>956.967</b>	<b>194.974</b>	<b>7.903.101</b>	<b>724.136</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
<b>Financiamentos e debêntures</b>					
Captação	17	-	-	1.519.580	1.383.611
Amortização	17	-	(1.000.000)	(5.848.611)	(2.426.222)
Juros e derivativos pagos	17	(182.552)	(102.871)	(1.398.229)	(733.791)
<b>Pagamentos de arrendamentos</b>					
Principal	14	(4.371)	(8.079)	(351.011)	(304.975)
Juros pagos	14	(52)	(383)	(6.868)	(15.267)
Dividendos pagos		(635.725)	(694.406)	(638.280)	(705.753)
Captações de passivo financeiro de clientes		-	-	162.895	-
Pagamentos de passivo financeiro de clientes		-	-	(173.948)	-
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores e resgate de cotas		-	-	21.682	-
Sociedades relacionadas		2.875	(598)	(18.926)	(177)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos das operações continuadas</b>		<b>(819.825)</b>	<b>(1.806.337)</b>	<b>(6.731.716)</b>	<b>(2.802.574)</b>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos das operações descontinuadas		-	-	(179.025)	(552.967)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(819.825)</b>	<b>(1.806.337)</b>	<b>(6.910.741)</b>	<b>(3.355.541)</b>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações continuadas</b>		-	-	<b>(24.025)</b>	<b>(4.547)</b>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações descontinuadas</b>		-	-	<b>(19.316)</b>	<b>56.553</b>
<b>Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas</b>		<b>583.924</b>	<b>(927.116)</b>	<b>3.341.694</b>	<b>6.561</b>
<b>Diminuição em caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas</b>		-	-	<b>(387.981)</b>	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período de operações continuadas</b>	5.a	<b>21.533</b>	<b>948.649</b>	<b>2.280.074</b>	<b>2.661.494</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período de operações descontinuadas</b>		-	-	<b>387.981</b>	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período - operações continuadas</b>		<b>605.457</b>	<b>21.533</b>	<b>5.621.768</b>	<b>2.280.074</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período - operações descontinuadas</b>	5.a	-	-	-	<b>387.981</b>
<b>Transações sem efeito caixa:</b>					
Contraprestação contingente - Compra de controladas		-	-	89.640	-
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar		-	6.500	482.439	227.977
Movimentação sem efeito caixa de depósitos judiciais e provisões de contingências		-	-	41.888	-
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade		-	-	63.061	269.725
Aumento de capital realizado por acionistas não controladores		-	-	13.519	-
Fundo de reversão - previdência privada		-	-	3.107	2.656
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma		942	1.819	942	1.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas</b>					
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties		-	-	147.721.609	114.582.170
Abatimentos, descontos e devoluções		-	-	(949.451)	(1.351.464)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	49.989	3.123
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	(504.907)	(282.521)
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	27; 28	2.699	1.817	(345.233)	280.355
		<u>2.699</u>	<u>1.817</u>	<u>145.972.007</u>	<u>113.231.663</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Matérias-primas consumidas		-	-	(5.772.808)	(709.063)
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	(130.740.502)	(104.452.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		189.923	174.886	(2.279.098)	(2.039.211)
Provisão para perda de valores de ativos		-	-	16.521	4.456
		<u>189.923</u>	<u>174.886</u>	<u>(138.775.887)</u>	<u>(107.196.712)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>192.622</u>	<u>176.703</u>	<u>7.196.120</u>	<u>6.034.951</u>
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações de ativos intangíveis e ativos de direito de uso	14.a; 15; 16	(13.052)	(18.029)	(1.020.660)	(920.915)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>		<u>179.570</u>	<u>158.674</u>	<u>6.175.460</u>	<u>5.114.036</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Equivalência patrimonial	13	1.312.346	828.972	12.181	(17.634)
Aluguéis e royalties		-	-	288.550	105.329
Receitas financeiras	29	218.440	68.314	706.689	460.154
		<u>1.530.786</u>	<u>897.286</u>	<u>1.007.420</u>	<u>547.849</u>
<b>Valor adicionado das operações continuadas a distribuir</b>		<u>1.710.356</u>	<u>1.055.960</u>	<u>7.182.880</u>	<u>5.661.885</u>
<b>Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir</b>		<u>106.516</u>	<u>65.264</u>	<u>547.144</u>	<u>1.837.359</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>1.816.872</u>	<u>1.121.224</u>	<u>7.730.024</u>	<u>7.499.244</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal e encargos</b>					
Remuneração direta		140.753	123.695	1.021.980	952.094
Benefícios		21.554	17.110	277.006	289.622
FGTS		7.678	6.653	70.912	71.408
Outros		7.592	4.701	88.631	50.264
		<u>177.577</u>	<u>152.159</u>	<u>1.458.529</u>	<u>1.363.388</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		(144.949)	13.099	1.459.408	1.723.319
Estadual		-	-	418.464	484.618
Municipais		1.762	2.472	115.368	110.485
		<u>(143.187)</u>	<u>15.571</u>	<u>1.993.240</u>	<u>2.318.422</u>
<b>Despesas financeiras e aluguéis</b>					
Juros, variação cambial e instrumentos financeiros		165.824	98.262	2.051.360	1.066.953
Aluguéis		8.643	1.739	23.256	47.612
Outros		2.518	3.030	118.284	46.896
		<u>176.985</u>	<u>103.031</u>	<u>2.192.900</u>	<u>1.161.461</u>
<b>Remuneração de capital próprio</b>					
Dividendos		106.567	403.970	108.004	425.407
Juros sobre capital próprio		450.004	-	450.004	-
Lucros retidos		942.410	381.229	980.203	393.207
		<u>1.498.981</u>	<u>785.199</u>	<u>1.538.211</u>	<u>818.614</u>
<b>Valor adicionado das operações continuadas distribuído</b>		<u>1.710.356</u>	<u>1.055.960</u>	<u>7.182.880</u>	<u>5.661.885</u>
<b>Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído</b>		<u>106.516</u>	<u>65.264</u>	<u>547.144</u>	<u>1.837.359</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>1.816.872</u>	<u>1.121.224</u>	<u>7.730.024</u>	<u>7.499.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga” ou “IPP”) e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 31.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 15 de fevereiro de 2023.

### a. Princípios de consolidação e participações societárias

#### a.1 Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às políticas contábeis da Sociedade.

**a.2. Participações societárias**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/12/2022		31/12/2021	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (3)	Brasil	Extrafarma	-	-	-	100
Ultragaz Participações Ltda. (8)	Brasil	Ultragaz	100	-	-	-
Ultragaz Energia Ltda. (10)	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (9)	Brasil	Ultragaz	-	100	-	-
Companhia Ultragaz S.A. (8)	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. (1)	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (7)	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
LPG International Inc. (7)	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
UVC Investimentos Ltda	Brasil	Outros	100	-	-	99
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias	Brasil	Outros	100	-	100	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio (4)	Brasil	Oxiten	-	-	100	-
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	-	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	-	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp. (5)	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	-	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	-	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Ultracargo Logística S.A. (2)	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A. (6)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior	Brasil	Outros	100	-	100	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	Brasil	Outros	100	-	100	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(1) Empresa não operacional em fase de extinção.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- (2) Em abril de 2021 a razão social da controlada Terminal Químico de Aratu S.A - Tequimar foi alterada para Ultracargo Logística S.A. ("Ultracargo Logística").
- (3) Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Pague Menos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade reclassificou os saldos da controlada para "ativos e passivos mantidos para venda", sendo fechada a transação em 01 de agosto de 2022 após o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 4.c.1.
- (4) Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda de sua participação na Oxiteno S.A. para Indorama. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reclassificou os saldos da controlada Oxiteno e de suas controladas para "ativos e passivos mantidos para venda". Em 01 de abril de 2022 a transação foi consumada.
- (5) Em 27 de janeiro de 2022 a controlada Global Petroleum Products Trading Corp ("GPPT") foi dissolvida.
- (6) Em 29 de abril de 2022 a razão social da controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A foi alterada para Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.
- (7) Em 1 de julho de 2022 as controladas indiretas Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana") e LPG International Inc. ("LPG") passaram a ser controladas pela Ultragaz.
- (8) Em 1 de agosto de 2022 a controlada indireta Companhia Ultragaz S.A. ("Ultragaz"), passou a ser diretamente controlada pela Ultrapar. Em novembro de 2022 a Ultragaz passou a ser investida da Ultragaz Participações Ltda.
- (9) Em 12 de setembro de 2022 a Sociedade, por meio de sua subsidiária Ultragaz Energia Ltda., assinou contrato para a aquisição da totalidade de quotas da Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. ("Stella"). O fechamento da aquisição ocorreu em 01 de outubro de 2022 (vide nota explicativa nº 34.a).
- (10) Em 18 de novembro de 2022 a razão social da controlada Ultragaz Comercial Ltda. foi alterada para Ultragaz Energia Ltda.

### ***b. Principais eventos ocorridos no período***

#### ***b.1 Esclarecimentos sobre os impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia***

Em fevereiro de 2022 teve início uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia levou e pode levar a perturbações do mercado e uma volatilidade significativa nos preços das commodities, incluindo o petróleo bruto, o que pode afetar os preços dos combustíveis à base de petróleo e a demanda nos mercados em que atuamos. Além disso, os governos dos Estados Unidos e de outros países impuseram sanções econômicas à Rússia, incluindo políticas, entidades corporativas e bancárias. Essas sanções, ou mesmo a ameaça de novas sanções, podem fazer com que a Rússia tome contramedidas ou ações de retaliação que podem levar a mais perturbações do mercado e um aumento nos preços do petróleo bruto e seus derivados globalmente, o que pode impactar negativamente nossos negócios e operações.

Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira global poderia ter um impacto negativo em nosso custo de empréstimos e em nossa capacidade de obter empréstimos futuros. As interrupções nos mercados financeiros também poderiam levar a uma redução no crédito comercial disponível devido a preocupações de liquidez das contrapartes. Se experimentarmos uma diminuição na demanda por nossos produtos ou um aumento na inadimplência em nossas contas a receber, ou se não conseguirmos obter empréstimos, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das operações poderão ser adversamente afetados.

***b.2 Conclusão (“fechamento”) da venda da Oxiteno S.A.***

Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade assinou o contrato para a venda da totalidade das ações da Oxiteno S.A. – Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) para a Indorama Ventures PLC (“Indorama”). Em 7 de março de 2022, o CADE aprovou a operação sem restrições. Em 1º de abril de 2022, todas as condições precedentes foram atendidas e a transação foi concluída. O pagamento inicial de US\$ 1.150 milhões (equivalente a R\$ 5.448 milhões)<sup>(1)</sup>, ajustado pelas variações do capital de giro e posição da dívida líquida de US\$ 176 milhões (equivalente a R\$ 834 milhões)<sup>(1)</sup>, resultou no pagamento inicial total de US\$ 1.326 (equivalente a R\$ 6.282 milhões)<sup>(1)</sup>, realizado em 1 de abril de 2022. O pagamento final de US\$ 150 milhões, será feito em abril de 2024. A Sociedade detinha 100% de participação na Oxiteno S.A. Para mais informações vide nota explicativa nº 4.b.

<sup>(1)</sup> Valor convertido em reais pela taxa de câmbio negociada na data de fechamento da transação (US\$ 1,00 para R\$ 4,7372).

***b.3 Conclusão (“fechamento”) da venda da Extrafarma***

Em 18 de maio de 2021 a Sociedade assinou o contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma detidas pela controlada IPP para a Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos”). Em 22 de junho de 2022, o CADE aprovou a operação, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”), prevendo o desinvestimento de 8 lojas da Extrafarma, o qual não implicou alteração no valor total da operação. Em 1 de agosto de 2022, a transação foi fechada, após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor total de R\$ 700 milhões foi ajustado pelas variações de capital de giro e posição da dívida líquida de R\$ 37,7 milhões, resultando no montante total de R\$ 737,7 milhões. Esse valor ainda está sujeito a ajustes finais de capital de giro e de dívida líquida. Da primeira parcela de R\$ 372,3 milhões, R\$ 365,4 milhões foram pagos pela Pague Menos em 01 de agosto de 2022 e R\$ 6,9 milhões foram pagos à vista pelos acionistas que exerceram direito de preferência. O pagamento das duas parcelas remanescentes de R\$ 182,7 milhões cada serão realizados em agosto de 2023 e agosto de 2024 pela Pague Menos, corrigido pelo CDI + 0,5% a.a. A Sociedade detinha 100% de participação na Extrafarma, através da controlada Ipiranga. Para mais informações vide nota explicativa 4.a.

***b.4 Assinatura de contrato para aquisição da Stella pela Ultragas***

Em 12 de setembro de 2022 a Ultrapar assinou contrato para a aquisição da totalidade de quotas da Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (“Stella”) cujo fechamento ocorreu em 01 de outubro de 2022. O valor da aquisição é de um montante mínimo de R\$ 63 milhões, com pagamento inicial de R\$ 7,6 milhões. O valor remanescente da aquisição proporcional à parcela detida pelos vendedores será quitado em 2027, sujeito principalmente a condições de performance da empresa adquirida. Para mais informações, vide nota explicativa nº 34.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”), identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard* “IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
- (iii) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Reconhecimento de receitas**

As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes, são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, de acordo com *incoterms* de cada transação, bem como quando for altamente provável que a Sociedade e suas controladas receberão a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos.

A Sociedade e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. As controladas da Sociedade não possuem obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada.

Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou quando os pontos expiram. As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida em que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 12). Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP e derivados é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 31.

## ***b. Caixa e equivalentes de caixa***

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 5.a.

## ***c. Ativos financeiros***

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

**Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas substancialmente como mensuradas ao custo amortizado.

**Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.

**Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

**Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do hedge de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de hedge é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o hedge de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de hedge é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de hedge são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o hedge se torna inefetivo.

Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de hedge é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de hedge; (ii) o instrumento de hedge vence ou (iii) o instrumento de hedge não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de hedge seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado.

Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para mais informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 32.

#### ***d. Contas a receber e financiamentos a clientes***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 6.a e 32.d.3). As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 6.b e 32.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas máximas subsidiadas são de 1% a.m. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

***e. Estoques***

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 7). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

***f. Ativos de contratos com clientes – direitos exclusividade***

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 12).

***g. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas***

Os ativos não circulantes e passivos relacionados são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez de uso contínuo. Os critérios de classificação são atendidos somente quando a venda for altamente provável, o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda.

Uma linha de negócio ou subsidiária é classificada como operação descontinuada quando ocorrer a venda de um componente da companhia que representa uma importante linha separada de negócios ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas são mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

## ***h. Investimentos***

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 1.a e 13). Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 13). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

## ***i. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar***

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 33.b).

A Sociedade e suas controladas aplicam os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

## ***j. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.o e 22), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 15).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens.

## ***k. Intangível***

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 16.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como softwares, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 16, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente.

- Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentado conforme decreto para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia. Em 22 de julho de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.141/2022, que estabelece em caráter excepcional, o prazo de aposentadoria dos créditos de descarbonização até setembro de 2023 para comprovação da meta de 2022.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 16.a).

### ***I. Demais ativos***

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

### ***m. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros incluem fornecedores, fornecedores convênios, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – hedge de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 17.b).

***n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 10.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

***o. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis de propriedade da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 22). O custo de retirada estimado é revisado a cada dois anos ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

***p. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

***q. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 21.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

***r. Demais passivos***

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

***s. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

***t. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior******t.1 Controladas com autonomia administrativa***

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior cuja moeda funcional é diferente do Real e que possuem autonomia administrativa são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade não possui controladas sediadas no exterior com autonomia administrativa. Em 31 de dezembro de 2021 o ganho cambial totalizou R\$ 304.645 relacionado a controlada Oxiteno, que em 1 de abril de 2022 foram vendidas para a Indorama (vide nota explicativa nº 1.b.2).

***t.2 Controladas sem autonomia administrativa***

A Sociedade possui controladas sediadas no exterior, que não possuem autonomia administrativa. Os ativos e passivos das controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

***u. Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

***u.1 Julgamentos***

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.h, 2.v, 4 e 13), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.h, 13), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.h e 13.c) e determinação sobre ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 4).

***u.2 Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (notas explicativas nº 2.c, 2.m, 5, 17 e 32), determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 6 e 32.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 7), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.n e 10.a), valor de realização dos tributos a recuperar (nota explicativa nº 8), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.j e 15), vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios (notas explicativas nº 2.k e 16.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.o e 22), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.p e 23), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.q e 21.b), determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 32.i) e definição do valor justo da contraprestação contingente definida para combinações de negócios (nota explicativa nº 34). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

***v. Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa, “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e suas controladas não possuem registro de redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante reconhecido de redução ao valor recuperável era de R\$ 427.529 e efeitos de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 145.360, resultando numa perda líquida de R\$ 282.169. Em 1 de agosto de 2022 a Sociedade por meio de sua controladora Ipiranga realizou a venda da controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”), assim realizando a baixa da provisão para perda do valor recuperável de ativos alocados para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Vide nota explicativa nº 4.a.

**w. Combinação de negócios**

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 34.

**Combinação de Negócios Entre Entidades Sob Controle Comum**

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's. A IFRS 3 é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

**Base contábil precedente**

Conforme permitido pelo IAS 8, adotamos a base contábil precedente para registrar o valor escritural de ativos recebidos (conforme registrado pela controladora), a qual acreditamos estar em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles* (United States) e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles* (United Kingdom)). A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em relação ao capital (Outras Receitas Abrangentes).

***x. Demonstrações de valor adicionado***

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

***y. Demonstrações dos fluxos de caixa***

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais.

***z. Passivo financeiro de clientes***

Se refere a obrigações contratuais de pagamento parcelado de direito de exclusividade com os revendedores da controlada Ipiranga, onde houve a antecipação destes recebíveis pelos revendedores junto a instituição financeira conveniada. A Ipiranga como garantidora da operação, assume o pagamento das parcelas vincendas junto a instituição financeira em contra partida do direito de exclusividade do revendedor (vide nota explicativa nº12).

Considerando que o prazo médio de vencimento destas obrigações são de 50 parcelas mensais e não incidem atualização monetária, a Companhia registrou o ajuste a valor presente ("AVP"), com a contrapartida sendo registrada na rubrica "Ativos de contratos com clientes - Direitos de exclusividade". A reversão do AVP ocorrerá ao longo do prazo contratual com impacto no resultado financeiro a uma taxa média aproximada de 13,7% a.a.

## 3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Ultrapar e de suas controladas na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as seguintes novas normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

### **a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis**

As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade estão descritas a seguir.

#### **a.1 Políticas contábeis adotadas**

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB vigentes em 1º de janeiro de 2022 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022:

- **CPC 15 (R1)/IFRS 3 Combinação de Negócios – Referência à estrutura conceitual** - As alterações atualizam as referências da estrutura da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador realiza a adoção para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador realiza a adoção para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
- **CPC 27/IAS 16 Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido** - As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração, devendo esses custos serem reconhecidos no resultado.
- **CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes – Contratos onerosos** - As alterações especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

**Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020 - alterações incluídas no ciclo de melhoria anual que abrangem as normas a seguir:**

- **CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
- **CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** a alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.
- **CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** a alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.
- **CPC 29/IAS 41 – Ativo biológico e produto agrícola:** a alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos.

**a.2 Políticas contábeis não adotadas**

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRSs emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidada futuras.

- **CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture -** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.
- **CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro -** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
- **CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes -** As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

- **CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis** - As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.
- **CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis** - As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração".
- **CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável** - As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial, não sendo aplicável a isenção para transações em que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, observados os critérios de recuperabilidade e a aplicação das alterações a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. São citados como exemplos: ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

## 4. Operações descontinuadas

Os desinvestimentos da Oxiteno e da Extrafarma estão alinhados à revisão de portfólio da Ultrapar. Com negócios mais complementares e sinérgicos, a Ultrapar conclui a fase de racionalização do seu portfólio e irá concentrar seus esforços em desenvolver oportunidades de investimentos nas verticais de energia e infraestrutura, com foco crescente na transição energética, alavancada pelo seu portfólio e expertise. Neste contexto, a Sociedade anunciou as assinaturas dos contratos descritos abaixo e, classificou essas transações como operações descontinuadas.

### **a. Venda de ações da Extrafarma**

Em 1 de agosto de 2022 a transação foi fechada, incluindo o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais informações, vide nota 1.b.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A Sociedade apurou em 31 de dezembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Valor
Valor total do contrato de compra e venda da Extrafarma	700.000
Caixa/ Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2020	(99.897)
Preço de venda da operação	600.103
Ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida	121.522
Custo na baixa do investimento	(1.115.102)
Reversão do <i>impairment</i> (*)	427.529
Provisão para indenização	(9.995)
Custos de transação	(13.282)
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	10.775
Cessação da depreciação	(27.084)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	(16.309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	138.298
Imposto de renda e contribuição social diferido	(141.962)
Resultado na venda de investimentos, líquido	(19.973)

(\*) Para mais informações, vide Nota 2.v

**b. Venda de ações da Oxiteno S.A.**

Em 16 de agosto de 2021, a Sociedade anunciou a assinatura de um contrato para a venda da totalidade das ações da Oxiteno S.A. para a Indorama. Em 1º de abril de 2022 a Sociedade anunciou a conclusão da operação após aprovação do CADE, sem restrições. Para mais informações, vide nota 1.b.2.

A Sociedade apurou em 31 de dezembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Valor
Valor total do contrato de compra e venda da Oxiteno	6.994.191
Ajustes de capital de giro e dívida líquida	(13.146)
Recebimento do empréstimo intercompany com a Oxiteno	(3.980.702)
Ajuste a valor presente na data do fechamento da transação referente à parcela diferida do pagamento	(81.397)
Receita com a venda de investimentos, líquido de ajuste a valor presente	2.918.946
Custo na baixa de investimento	(2.118.949)
Ajustes acumulados de conversão líquidos das perdas com hedge de fluxo de caixa reclassificados para o resultado	(277.045)
Custos de transação	(77.843)
Provisão para indenizações	(136.103)
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	309.006
Cessação da depreciação	(51.372)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	257.634
Imposto de renda e contribuição social corrente	(245.478)
Imposto de renda e contribuição social diferido	46.247
Resultado na venda de investimentos, líquido	58.403

Para mais informações, vide Nota 1.b.2.

**c. Divulgação dos impactos do IFRS 5 (CPC 31) – Operações descontinuadas**

Os quadros de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição dos resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, entre outros.

**c.1** Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	<u>Oxiten</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações (*)</u>	<u>Ultrapar</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	2.039.287	1.235.487	(7.241)	-	3.267.533
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(1.580.000)</u>	<u>(912.310)</u>	<u>7.241</u>	<u>-</u>	<u>(2.485.069)</u>
<b>Lucro bruto</b>	459.287	323.177	-	-	782.464
Com vendas, comerciais e administrativas	(201.365)	(438.601)	-	-	(639.966)
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>10.736</u>	<u>(5.951)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>246.110</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<u>268.658</u>	<u>(121.375)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>388.608</u>
Equivalência patrimonial	(231)	-	-	-	(231)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	<u>268.427</u>	<u>(121.375)</u>	<u>-</u>	<u>241.325</u>	<u>388.377</u>
Resultado financeiro líquido	<u>23.153</u>	<u>(25.059)</u>	<u>54.431</u>	<u>-</u>	<u>52.525</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>291.580</u>	<u>(146.434)</u>	<u>54.431</u>	<u>241.325</u>	<u>440.902</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(16.924)</u>	<u>20.826</u>	<u>(18.507)</u>	<u>(202.895)</u>	<u>(217.500)</u>
Efeito líquido da cessação da depreciação (i)	51.372	27.084	-	-	78.456
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<u>326.028</u>	<u>(98.524)</u>	<u>35.924</u>	<u>38.430</u>	<u>301.858</u>

(\*) Eliminação entre as operações continuadas e descontinuadas relacionadas ao empréstimo entre Ultrapar International e Oxiten.

(i) A partir de 1º de janeiro de 2022 foi cessada a depreciação e amortização dos ativos classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31/IFRS 5.

O impacto do recebimento referente à venda da Oxiten no montante total de R\$ 6,2 bilhões foi considerado na demonstração do fluxo de caixa como operação continuada, sendo composto pela venda do investimento de aproximadamente R\$2,3 bilhões e pelo recebimento do empréstimo intercompany devido pela Oxiten S.A à Ultrapar International no valor aproximado de R\$3,9 bilhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<u>Oxiten</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(81.558)	(68.370)	180.478	30.550
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	1.011.736	(25.323)	(1.206.603)	(220.190)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.245.754)	40.585	1.026.144	(179.025)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	(19.316)	-	-	(19.316)
<b>Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(334.892)</b>	<b>(53.108)</b>	<b>19</b>	<b>(387.981)</b>

**c.1.1** Na controladora, o resultado da venda da Oxiten e os resultados de equivalência patrimonial de Oxiten e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, tiveram um impacto de R\$ 301.858, sendo classificados como resultado de operações descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas.

**c.2** As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

<b>Ativo</b>	<u>Oxiten</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u>
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	334.882	53.099	-	387.981
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.346.552	-	-	1.346.552
Contas a receber de clientes	993.960	35.743	-	1.029.703
Estoques	1.671.662	578.206	-	2.249.868
Tributos a recuperar	634.718	62.053	-	696.771
Outros ativos	51.829	26.145	(5.035)	72.939
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.033.603</b>	<b>755.246</b>	<b>(5.035)</b>	<b>5.783.814</b>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	492.430	-	-	492.430
Sociedades relacionadas	-	1.674	(1.674)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	541.756	200.194	-	741.950
Tributos a recuperar	393.723	17.938	-	411.661
Outros ativos	10.538	4.136	-	14.674
	1.438.447	223.942	(1.674)	1.660.715
Investimentos	36.207	5.000	(22.047)	19.160
Ativos de direito de uso, líquido	31.871	318.183	-	350.054
Imobilizado, líquido	2.787.241	154.663	-	2.941.904
Intangível, líquido	160.141	85.129	-	245.270
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.453.907</b>	<b>786.917</b>	<b>(23.721)</b>	<b>5.217.103</b>
<b>Total do ativo mantido para venda</b>	<b>9.487.510</b>	<b>1.542.163</b>	<b>(28.756)</b>	<b>11.000.917</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Passivo	Oxiteno	Extrafarma	Eliminações	Total
<b>Circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	302.154	-	(62.841)	239.313
Fornecedores	493.800	225.487	(1.949)	717.338
Fornecedores convênio	725.246	-	-	725.246
Salários e encargos	176.941	45.843	-	222.784
Obrigações tributárias	53.988	15.696	-	69.684
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.415	-	-	12.415
Benefícios pós-emprego	3.311	-	-	3.311
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.946	520	-	3.466
Arrendamentos a pagar	11.702	64.312	-	76.014
Outros passivos	68.721	13.249	(13.264)	68.706
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.851.224</b>	<b>365.107</b>	<b>(78.054)</b>	<b>2.138.277</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.728.028	-	(5.725.594) (*)	2.434
Sociedades relacionadas	2.875	-	(2.875)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.964	-	-	12.964
Benefícios pós-emprego	6.806	287	-	7.093
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	33.149	2.370	-	35.519
Arrendamentos a pagar	22.786	314.915	-	337.701
Outros passivos	5.341	2.092	-	7.433
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.811.949</b>	<b>319.664</b>	<b>(5.728.469)</b>	<b>403.144</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.824.337</b>	<b>857.392</b>	<b>(2.681.729)</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo mantido para venda e do patrimônio líquido</b>	<b>9.487.510</b>	<b>1.542.163</b>	<b>(8.488.252)</b>	<b>2.541.421</b>

(\*) Eliminação entre as operações continuadas e descontinuadas relacionadas ao empréstimo entre Ultrapar International e Oxiteno.

**c.2.1** Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Oxiteno	Extrafarma	Eliminações	Total
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	7.102.771	1.986.932	(23.908)	9.065.795
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.540.773)	(1.384.316)	23.908	(6.901.181)
<b>Lucro bruto</b>	1.561.998	602.616	-	2.164.614
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Com vendas, comerciais e administrativas	(978.221)	(685.794)	-	(1.664.015)
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	-	(427.529)	-	(427.529)
Outros resultados operacionais, líquidos	26.924	(1.109)	-	25.815
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	610.701	(511.816)	-	98.885
Equivalência patrimonial	48	-	-	48
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	610.749	(511.816)	-	98.933
Resultado financeiro líquido	(431.441)	(45.265)	329.736	(146.970)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	179.308	(557.081)	329.736	(48.037)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	69.995	155.416	(112.110)	113.301
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	249.303	(401.665)	217.626	65.264
<b>Depreciação e amortização do exercício (i)</b>	308.564	154.850	-	463.414

(i) Saldos incluídos para composição completa de informações por segmento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Oxiten	Extrafarma	Eliminações	Total
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	1.016.580	(33.273)	(788)	982.519
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(122.363)	(35.072)	(1.298)	(158.733)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.054.930)	35.286	466.677	(552.967)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	56.553	-	-	56.553
<b>(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(104.160)</b>	<b>(33.059)</b>	<b>464.591</b>	<b>327.372</b>

**c.2.2** Na controladora, os resultados de equivalência patrimonial de Oxiten e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como operações descontinuadas no montante total de R\$ 65.264 na demonstração do resultado do exercício de 2021, conforme nota explicativa nº 4.c.2.1 e 13.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 32.i.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão distribuídos conforme abaixo:

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	1.919	2.554	105.986	317.907
Em moeda estrangeira	-	-	5.811	16.640
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	603.542	18.979	5.204.766	1.943.164
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	305.206	2.363
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>605.461</u>	<u>21.533</u>	<u>5.621.769</u>	<u>2.280.074</u>

**b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção**

As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	-	142.065	406.683	1.607.608
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	103.239
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (a)	-	-	556.510	472.552
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	<u>-</u>	<u>142.065</u>	<u>963.193</u>	<u>2.183.399</u>
Circulante	-	142.065	520.352	1.804.122
Não circulante	-	-	442.841	379.277

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 32.i).

## 6 Contas a receber de clientes, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado)

### a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cientes nacionais	4.527.167	3.805.756
Cientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	64	57
Cientes estrangeiros	3.401	3.137
Cientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	<u>2.695</u>	<u>4.400</u>
	<u>4.533.327</u>	<u>3.813.350</u>
( - ) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(322.753)</u>	<u>(374.355)</u>
Total	<u>4.210.574</u>	<u>3.438.995</u>
Circulante	4.149.111	3.375.246
Não circulante	61.463	63.749

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2022</b>	4.533.327	3.930.178	20.873	18.741	21.482	46.586	495.467
<b>31/12/2021</b>	3.813.350	3.131.528	90.024	33.255	24.804	23.903	509.836

A composição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2022</b>	322.753	21.425	1.747	1.384	4.913	15.222	278.062
<b>31/12/2021</b>	374.355	21.962	1.595	3.049	2.761	14.926	330.062

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>382.096</b>
Adições	177.872
Reversões	(150.160)
Baixas	(18.646)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(16.807)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>374.355</b>
Adições	143.828
Reversões	(130.385)
Baixas	(65.045)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>322.753</b>

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3.

**b. Financiamentos a clientes**

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.234.634	1.183.312
( - ) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(173.287)</u>	<u>(185.278)</u>
	<u>1.061.347</u>	<u>998.034</u>
Circulante	559.825	582.562
Não circulante	501.522	415.472

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2022</b>	1.234.634	826.210	8.944	3.892	11.040	11.943	372.605
<b>31/12/2021</b>	1.183.312	770.008	19.260	24.290	14.373	26.685	328.696

A composição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2022</b>	173.287	1.327	483	1.132	3.704	4.937	161.704
<b>31/12/2021</b>	185.278	1.514	6.410	8.697	6.255	9.892	152.510

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>197.011</b>
Adições	65.536
Reversões	(68.982)
Baixas	(8.287)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>185.278</b>
Adições	45.987
Reversões	(52.695)
Baixas	(5.283)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>173.287</b>

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3.

**c. Contas a receber - venda de controladas**

A composição dos demais contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2022</b>
Venda da controlada Oxiteno:		
Contas a receber pela venda de investimentos (i)	-	782.655
( - ) Ajuste a valor presente – venda de investimentos (ii)	-	(55.598)
Venda da controlada Extrafarma:		
Contas a receber pela venda de investimentos (iii)	<u>369.508</u>	<u>369.508</u>
	<u>369.508</u>	<u>1.096.565</u>
Circulante	184.754	184.754
Não circulante	184.754	911.811

(i) Refere-se a parcela final da venda da Oxiteno no montante de USD 150 milhões com vencimento em 2024. Em maio de 2022, a controladora Ultrapar realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Oxiteno para a Ultrapar International.

(ii) A contraprestação referente à venda da Oxiteno foi reconhecida ao valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,1741%. O montante em 31 de dezembro inclui a realização do valor presente e a variação cambial da data do fechamento da transação até 31 de dezembro de 2022.

(iii) Refere-se ao pagamento da transação de venda da Extrafarma, que será realizada em 2 parcelas de R\$ 184.754, com vencimento em agosto de 2023 e agosto de 2024, atualizados monetariamente pela taxa CDI + 0,5% a.a. Em dezembro de 2022, a controlada IPP realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Extrafarma para a controladora Ultrapar.

## 7 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.782.522	3.038.061
Matérias-primas	380.993	293.242
Gás liquefeito de petróleo - GLP	143.516	146.070
Materiais de consumo e outros itens para revenda	125.239	115.275
Compra para entrega futura <sup>(1)</sup>	453.817	301.992
Imóveis para revenda	19.996	24.132
	<u>4.906.083</u>	<u>3.918.772</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>40.993</b>
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	5.974
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(5.184)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(28.705)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.078</b>
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	10.028
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(1.180)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>21.926</u></b>

## 8 Tributos a recuperar (Consolidado)

### a. Impostos a recuperar

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS (a.1)	1.312.990	893.206
PIS e COFINS (a.2)	2.410.736	1.177.513
Imposto sobre Valor Adicionado de controladas no exterior	-	179
Outros	59.545	37.127
Total	<u>3.783.271</u>	<u>2.108.025</u>
Circulante	1.610.312	1.061.227
Não circulante	2.172.959	1.046.798

**a.1** O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

As controladas IPP, Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), Cia. Ultragaz, AMPM, Tropical e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”) possuem créditos no montante de R\$ 1.312.990 (R\$ 893.206 em 31 de dezembro de 2021) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), no caso das controladas IPP, Bahiana e Cia. Ultragaz e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela controlada IPP.

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações sujeitas à tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	568.748
De 1 ano a 2 anos	278.500
De 2 anos a 3 anos	197.252
De 3 anos a 5 anos	<u>268.490</u>
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	<u><u>1.312.990</u></u>

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 59.868 (R\$ 48.502 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas internas de provisionamento.

**a.2** O PIS e COFINS a recuperar está substancialmente relacionado a:

**ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS** - O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, bem como montantes oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27.

**Lei Complementar 192** - Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e GLP, garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda a cadeia econômica.

Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 foi publicada para alterar a Lei Complementar 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizado em 02 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. O Plenário do Superior Tribunal Federal, por unanimidade, referendou, em 21 de junho de 2022, a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a medida provisória por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Sociedade, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março 2022 (da data de publicação da LC nº 192/22) a 15 de agosto de 2022 (noventa dias após a data de publicação da MP que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou produzir efeitos, de acordo com o decidido pelo STF.

Neste sentido a Sociedade, assessorada por especialistas jurídicos externos e internos, por meio das suas controladas Ipiranga e Ultragaz, reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R\$ 971.373, considerando as projeções e estimativas da Administração de realização de tais créditos. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

Até 1 ano	982.019
De 1 ano a 2 anos	432.689
De 2 anos a 3 anos	484.709
De 3 anos a 4 anos	465.689
De 4 anos a 5 anos	45.630
	2.410.736
Total do PIS e da COFINS a recuperar	2.410.736

**b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

Trata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrentes das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IRPJ e CSLL	499.517	447.191
Circulante	96.134	291.833
Não circulante	403.383	155.358

## 9 Partes relacionadas

### a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

#### a.1 Controladora

	31/12/2022				
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	79.070	-	111	29.495
Cia Ultragaz S.A.	-	15.198	-	28	29.392
Ultracargo Logística S.A.	-	3.940	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	487	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	21	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	57	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	12	-	-	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	-	2.875	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	4	-	30	-
Outros	-	89	-	431	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>98.878</b>	<b>2.875</b>	<b>600</b>	<b>58.887</b>

	31/12/2021				
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (1)	406.787	71.585	-	1.085	21.954
Cia Ultragaz S.A.	-	11.060	-	6.799	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	7.025	4.674	404	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.787	-	2	-
Ultracargo Logística S.A.	-	2.798	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	200	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	21	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	146	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	11	-	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	293	-	322	-
Outros	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>406.787</b>	<b>96.926</b>	<b>4.674</b>	<b>8.613</b>	<b>21.954</b>

(1) Em março de 2021 a controlada IPP efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. O montante foi recebido em 28 de julho de 2022.

**a.2 Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas estão destacados abaixo:

	31/12/2022					
	Mútuos <sup>(1)</sup>		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	26.062	-	336.781
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	61	-	784	-
Latitude Logística Portuária S.A.	-	-	3	346	-	-
Nordeste Logística I S.A.	-	-	-	22	-	-
Nordeste Logística III S.A.	-	-	-	17	-	-
Chevron (Thailand) Limited (2)	-	-	-	113	-	832
Chevron Latin America Marketing LLC (2)	-	-	34	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A. (2)	-	-	403	-	930	-
Chevron Marine Products (2)	-	-	1.950	-	14.068	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. (2)	-	-	-	53.912	-	162.006
Chevron Products Company (2)	-	-	-	178.846	-	699.154
Chevron Belgium NV (2)	-	-	-	326	-	13.053
Chevron Petroleum CO Colombia (2)	-	-	220	-	220	-
Chevron Lubricants Lanka PLC (2)	-	-	88	-	88	-
Outros (1)	-	617	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.492</b>	<b>2.759</b>	<b>259.644</b>	<b>16.090</b>	<b>1.211.826</b>

<sup>(1)</sup> Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

<sup>(2)</sup> Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

	31/12/2021				31/12/2021	
	Mútuos <sup>(1)</sup>		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	90.761	-	619.785
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	57	-	1.402	-
Chevron (Thailand) Limited (2)	-	-	204	-	675	1.072
Chevron Brasil Oleos Basicos Ltda (2)	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC (2)	-	-	-	-	164	-
Chevron Lubricants Oils S.A. (2)	-	-	319	-	786	-
Chevron Marine Products (2)	-	-	3.663	-	24.583	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. (2)	-	-	-	53.378	78	150.878
Chevron Products Company (2)	-	-	-	158.557	-	789.452
Chevron Belgium NV (2)	-	-	-	821	-	7.520
Chevron Petroleum CO Colombia (2)	-	-	214	-	392	-
Outros (1)	490	659	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>3.534</b>	<b>4.457</b>	<b>303.517</b>	<b>28.080</b>	<b>1.568.707</b>

(1) Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

(2) Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições negociadas entre as partes, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. Na avaliação da Administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 17.

#### **b. Pessoal-chave da Administração (Consolidado)**

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da Administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, incluindo salário e benefícios como plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Sobre benefícios pós-emprego vide nota explicativa nº 21.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração de curto prazo	62.285	47.003
Remuneração em ações	18.424	15.778
Benefício pós-emprego	4.035	2.737
Cessação do executivo do cargo	-	5.637
Total	<u>84.744</u>	<u>71.155</u>

### c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do Conselho de Administração da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da nu-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	<u>66.664</u>	2023	32,72	<u>9.732</u>	<u>(9.644)</u>	<u>88</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>66.664</u>			<u>9.732</u>	<u>(9.644)</u>	<u>88</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a amortização de R\$ 1.204 (reversão de R\$ 1.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>702.260</b>
Ações transferidas aos administradores	(448.930)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(119.998)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>133.332</b>
Ações transferidas aos administradores	<u>(66.668)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>66.664</u></b>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da sua propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos (em R\$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R\$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R\$ mil)
Restritas	4 de abril de 2018	6.658	2023	34,35	427	(406)	21
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	2.675	(1.895)	780
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.528	(1.791)	737
Restritas	3 de abril de 2019	74.916	2023 e 2024	23,25	3.264	(2.758)	506
Performance	3 de abril de 2019	37.458	2024	23,25	1.619	(1.214)	405
Restritas	2 de setembro de 2019	320.000	2025	16,42	9.013	(5.007)	4.006
Restritas	1 de abril de 2020	182.853	2023 a 2025	12,53	4.267	(3.064)	1.203
Performance	1 de abril de 2020	276.580	2023 a 2025	12,53	6.440	(4.854)	1.586
Restritas	16 de setembro de 2020	300.000	2026	23,03	11.793	(4.586)	7.207
Restritas	7 de abril de 2021	425.422	2024	21,00	16.705	(9.744)	6.961
Performance	7 de abril de 2021	454.520	2024	21,00	17.824	(10.864)	6.960
Restritas	22 de setembro de 2021	1.000.000	2027	14,17	24.363	(5.543)	18.820
Restritas	6 de abril de 2022	777.065	2025	14,16	20.573	(5.143)	15.430
Performance	6 de abril de 2022	779.232	2025	14,16	20.631	(5.201)	15.430
Restritas	21 de setembro de 2022	2.640.000	2032	12,98	64.048	(2.135)	61.913
Restritas	7 de dezembro de 2022	1.500.000	2032	13,47	38.125	(318)	37.807
		<u>8.934.704</u>			<u>244.295</u>	<u>(64.523)</u>	<u>179.772</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 38.204 em relação ao Plano (R\$ 24.067 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas



### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

---

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.910.162</b>
Ações outorgadas em 7 de abril de 2021	1.386.504
Ações outorgadas em 22 de setembro de 2021	1.000.000
Ações de performance (i)	(133.326)
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(133.186)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(614.860)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.415.294</b>
Ações concedidas durante o exercício	5.702.027
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício	(934.310)
Ações transferidas (vesting)	(484.651)
Reclassificação de ativos mantidos para venda	236.344
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.934.704</b>

(i) Refere-se a reversão de provisão constituída tendo em vista a significativa probabilidade de os indicadores de performance não serem atingidos.

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perdas com ativos	-	-	47.436	57.924
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	48.376	-	225.585	188.236
Provisão para benefícios pós-emprego	911	760	74.644	73.335
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	63.330	24.754
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	3.561	4.825
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	17.575	18.699
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.737	16.991
Provisão para fornecedores	6.090	6.354	132.657	39.364
Provisão para participação nos lucros e bônus	14.453	9.541	69.588	44.876
Operações de arrendamento	317	1.264	60.484	41.463
Variação do valor justo do bônus de subscrição	9.224	10.957	9.224	10.957
Provisão sobre receita diferida	-	-	8.121	15.643
Demais diferenças temporárias	5.575	85	43.715	2.769
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (10.d)	65.505	43.441	283.238	148.345
<b>Total</b>	<b>150.451</b>	<b>72.402</b>	<b>1.054.895</b>	<b>688.181</b>
Compensações de saldos passivos	-	-	(156.660)	(116.426)
<b>Saldos líquidos apresentados no ativo</b>	<b>150.451</b>	<b>72.402</b>	<b>898.235</b>	<b>571.755</b>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	387	408
Operações de arrendamento	-	-	171	138
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	9.389	19.664
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	27.691	28.676
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	61.521	66.079
Demais diferenças temporárias	-	-	57.800	1.743
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>156.959</b>	<b>116.708</b>
Compensações de saldos ativos	-	-	(156.660)	(116.426)
<b>Saldos líquidos apresentados no passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>299</b>	<b>282</b>

(i) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges*).

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.993</b>	<b>961.979</b>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	7.693	242.246
IRPJ e CSLL diferidos de controladas classificadas como operações descontinuadas	-	110.821
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(284)	(11.366)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(728.986)
Outros	-	(3.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>72.402</b>	<b>571.473</b>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	31.552	296.459
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício das operações descontinuadas	46.247	31.138
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	250	(1.134)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>150.451</b>	<b>897.936</b>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	60.776	346.605
De 1 a 2 anos	7.373	84.523
De 2 a 3 anos	7.306	47.028
De 3 a 5 anos	68.701	136.138
De 5 a 7 anos	5.965	102.996
De 7 a 10 anos	330	337.605
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>150.451</u>	<u>1.054.895</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de commodities, entre outros. O saldo consolidado da Sociedade de R\$ 1.054.895 e da controladora de R\$ 150.451 foram suportados por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos.

**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes da tributação	1.315.799	774.484	1.879.725	1.006.648
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(447.372)	(263.325)	(639.107)	(342.260)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(3.009)	(12.376)	(11.006)	(45.569)
Receitas não tributáveis (ii)	6.182	3.544	23.149	138.631
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	10.136	3.901
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(4.602)	(5.285)
Resultado de equivalência patrimonial	446.198	281.851	4.142	(5.995)
Juros sobre capital próprio	153.001	-	153.004	-
Demais ajustes	28.182	1.021	29.326	21.414
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	183.182	10.715	(434.958)	(235.163)
Incentivos fiscais – SUDENE (10.c)	-	-	93.444	47.129
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	183.182	10.715	(341.514)	(188.034)
Correntes	151.630	3.022	(637.973)	(430.280)
Diferidos	31.552	7.693	296.459	242.246
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(14,1)	(1,4)	18,2	18,7

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões, bem como recuperação de créditos tributários e valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias.
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Vide nota explicativa nº 10.d.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes controladas gozam do benefício de redução do IRPJ por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), em observância à legislação em vigor:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Ultracargo Logística S.A.	Terminal de Aratu <sup>(1)</sup>	75	2022
	Terminal de Suape	75	2030
	Terminal de Itaqui	75	2030

(1) Em dezembro de 2022 foi protocolado junto à SUDENE pedido de renovação da concessão do benefício por mais 10 anos para o terminal de Aratu.

### d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Oil Trading	93.627	53.839
Ultrapar (i)	65.505	43.441
Abastece aí	66.347	41.065
Ipiranga	28.894	-
Ultracargo Vila do Conde	22.313	9.861
Outros	6.552	139
	<u>283.238</u>	<u>148.345</u>

(i) Inclui o valor de tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal da controlada Ultrapar International, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 33.663 (R\$ 8.510 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Integra Frotas	12.394	11.769
Millennium	6.154	3.174
Outros	997	-
	<u>19.545</u>	<u>14.943</u>

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### ***e. Não incidência de IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic dos indêbitos tributários recebidos da União***

A Sociedade e suas controladas possuem processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária (SELIC) sobre créditos fiscais. Em 27 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária (SELIC) recebidos pelos contribuintes na repetição de indêbitos tributários. A Sociedade e suas controladas possuem registrados R\$ 128.420 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 106.667 em 31 de dezembro de 2021).

### **11 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aluguéis	26.888	54.327
Propaganda e publicidade	49.426	28.410
Prêmios de seguros	48.584	26.917
Manutenção de software	26.114	19.863
Benefícios a funcionários	6.923	8.362
IPVA e IPTU	1.195	1.553
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 21.a)	18.204	19.831
Demais despesas antecipadas	<u>21.178</u>	<u>10.129</u>
	<u>198.512</u>	<u>169.392</u>
Circulante	123.699	98.024
Não circulante	74.813	71.368

## 12 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com revendedores da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. A amortização dos contratos ocorrem de acordo com os termos contratuais de performance do cliente.

A movimentação é demonstrada abaixo:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.706.331</b>
Adições	689.986
Amortizações	(282.521)
Transferências	(34.570)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.079.226</b>
Adições	637.502
Amortizações	(504.907)
Transferências	(6.230)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.205.591</b>
Circulante	614.112
Não circulante	1.591.479

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### 13 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e resultado do exercício por empresa:

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Controladora			
				Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladas</b>							
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	1.651.115	233.397	100	1.651.115	1.474.889	233.397	180.742
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (i)	8.142.013	620.266	100	8.142.013	6.662.244	620.265	914.917
Ultrapar International S.A.	(76.646)	(98.372)	100	(76.646)	(14.199)	(98.372)	(198.139)
UVC	39.123	1.650	100	39.123	36.491	1.650	(3.433)
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	11.883	(8.804)	100	11.883	9.328	(8.804)	(3.850)
Eaf Clube Automobilista S.A.	110.836	(51.061)	100	110.836	78.896	(51.061)	(62.088)
Ultragas Participações Ltda.(ii)	2.263.339	386.800	100	2.263.339	-	386.795	-
Companhia Ultragas S.A. (iii)	-	-	-	-	-	202.376	-
UVC Investimentos Ltda	73	(217)	100	73	-	2	-
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (iv)	7.040	(15)	50	3.520	-	(7)	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	110.040	76.450	33	36.541	16.622	25.386	104
<b>Menos valia de ativos, de empreendimentos controlados em conjunto</b>							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	(34.200)	2.164	33	(11.356)	(12.074)	719	719
<b>Total do investimento na controladora</b>				<b>12.247.087</b>	<b>8.266.396</b>	<b>1.312.346</b>	<b>828.972</b>
<b>Total da provisão para passivo a descoberto da controladora</b>				<b>(76.646)</b>	<b>(14.199)</b>		
<b>Total</b>				<b>12.170.441</b>	<b>8.252.197</b>		

Os percentuais acima estão arredondados.

- (i) Saldos estão apresentados líquidos dos efeitos das operações descontinuadas. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4.
- (ii) Até 31 de julho de 2022 a Ultragas era controlada da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Em 1º de agosto de 2022 a Sociedade fez a aquisição da participação de 99% da Cia. Ultragas. Em 1º de novembro de 2022 foi constituída a Ultragas Participações S.A., que passou a ser a controladora direta da Companhia Ultragas S.A. e respectivas controladas. Para mais informações, vide nota explicativa 1.a.2.
- (iii) Resultado de equivalência referente ao período de agosto a outubro de 2022 em que a Companhia Ultragas S.A. foi controlada direta da Sociedade.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- (iv) A Sociedade fez a aquisição da participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022 a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A.
- (v) Em 01 de agosto de 2022 a Ultrapar adquiriu a totalidade de cotas da UVC Investimentos Ltda. de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Consolidado			
				Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>							
União Vopak – Armazéns Gerais Ltda (1)	8.912	(7.760)	50	4.456	8.336	(3.880)	602
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (2)	110.040	76.450	33	36.542	16.622	25.391	104
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	(18.081)
Latitude Logística Portuária S.A (4)	15.276	(1.716)	50	7.638	9.978	(2.339)	593
Navegantes Logística Portuária S.A (4)	69.749	(19.768)	33	23.250	22.289	(11.040)	(3.032)
Nordeste Logística I S.A. (4)	19.021	9.098	33	6.340	2.416	2.591	1.592
Nordeste Logística II S.A. (4)	58.246	(3.631)	33	19.415	13.256	(2.007)	(819)
Nordeste Logística III S.A (4)	51.113	799	33	17.038	10.566	(30)	255
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (i)	7.040	(15)	50	3.520	3.528	(8)	-
<b>Coligadas</b>							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (5)	15.593	10.733	25	3.898	3.204	2.771	552
Metalúrgica Plus S.A. (6)	(471)	(314)	33	(157)	(53)	(105)	(100)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (6)	1.844	353	33	615	497	118	(4)
Outros investimentos	-	-	-	28	28	-	(14)
<b>Menos valia de ativos, de empreendimentos controlados em conjunto</b>							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (2)	(34.200)	2.164	33	(11.356)	(12.074)	719	719
<b>Total do investimento no consolidado</b>				<b>111.384</b>	<b>78.593</b>	<b>12.181</b>	<b>(17.634)</b>
<b>Total da provisão para passivo a descoberto do consolidado</b>				<b>(157)</b>	<b>-</b>		
<b>Total</b>				<b>111.227</b>	<b>78.593</b>		

Os percentuais acima estão arredondados.

- (i) A Sociedade adquiriu a participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022, a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- (1) A controlada Ultracargo Logística participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.
- (2) A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.
- (3) A controlada IPP participava da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar, concluída em 01 de outubro de 2021 para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP foi de R\$ 165 milhões, e, após os ajustes decorrentes de variações de capital de giro e da posição da dívida líquida, totalizou R\$ 158 milhões.
- (4) A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”).
- (5) A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.
- (6) A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente as coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	<b>31/12/2022</b>							
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>Química da Bahia</b>	<b>Latitude Logística</b>	<b>Navegantes Logística</b>	<b>Nordeste Logística I</b>	<b>Nordeste Logística II</b>	<b>Nordeste Logística III</b>
Ativo circulante	3.164	615.563	382	9.526	4.358	20.604	38.951	25.598
Ativo não circulante	7.454	156.788	9.767	67.774	179.377	23.146	40.806	49.800
Passivo circulante	1.378	432.502	-	13.112	40.675	6.183	10.915	7.871
Passivo não circulante	328	263.999	3.109	48.912	73.311	18.546	10.596	16.415
Patrimônio líquido	8.912	75.850	7.040	15.276	69.749	19.021	58.246	51.112
Receita líquida	3.408	3.215.987	-	12.722	-	20.631	3.205	12.798
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.412)	(3.085.140)	(15)	(9.864)	(11.360)	(7.901)	(7.367)	(10.720)
Resultado financeiro e IRPJ e CPLL	2.244	(52.248)	-	(4.574)	(8.408)	(3.632)	531	(1.280)
Lucro (prejuízo) líquido	(7.760)	78.599	(15)	(1.716)	(19.768)	9.098	(3.631)	798
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	1.493.122	9.384.693	37.998.195	984.587	22.393.571	16.977.737
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2021							
	União Vopak	RPR	ConectCar <sup>(i)</sup>	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III
Ativo circulante	10.068	273.029	171.894	18.798	5.393	52.022	36.958	17.458
Ativo não circulante	9.696	179.652	177.217	50.215	167.170	18.346	17.279	49.439
Passivo circulante	2.824	354.001	174.030	9.151	256	46.615	1.418	13.960
Passivo não circulante	268	84.980	18.883	39.906	105.440	16.504	13.052	21.239
Patrimônio líquido	16.672	13.700	156.198	19.956	66.867	7.249	39.767	31.698
Receita líquida	17.660	2.092.786	60.436	5.895	-	11.625	2.016	7.561
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(16.144)	(2.105.544)	(97.095)	(2.591)	(1.579)	(3.260)	(3.980)	(5.030)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(312)	15.235	497	(2.118)	(7.517)	(3.589)	(494)	(1.765)
Lucro (prejuízo) líquido	1.204	2.477	(36.162)	1.186	(9.096)	4.776	(2.458)	766
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	263.768.000	4.383.881	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(i) Os saldos apresentados referem-se a 30 de setembro de 2021, em virtude da concretização da venda da ConectCar em 01 de outubro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2022			31/12/2021				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.598	6	617	7.685	90.156	14	47	568
Ativo não circulante	10.420	-	1.949	11.611	70.496	10.151	126	1.804
Passivo circulante	2.824	29	167	5.875	44.408	-	28	158
Passivo não circulante	601	448	555	601	7.562	3.109	303	724
Patrimônio líquido	15.593	(471)	1.844	12.820	108.682	7.056	(158)	1.490
Receita líquida	18.250	-	-	15.126	69.611	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.593)	(245)	356	(12.691)	(68.390)	(28)	(239)	18
Resultado financeiro e imposto de renda	76	(69)	(3)	(226)	(904)	-	(61)	(31)
Lucro (prejuízo) líquido	10.733	(314)	353	2.209	317	(28)	(300)	(13)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	3.000	1.384.308	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	33	33	25	15	50	33	33

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A composição e movimentação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstradas abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)</b>	8.247.649	4.548	8.252.197	71.389	7.204	78.593
Equivalência patrimonial	1.286.253	26.098	1.312.346	9.397	2.784	12.181
Dividendos	(352.993)	(4.296)	(357.289)	(4.298)	(2.076)	(6.374)
Instrumento patrimonial outorgado	14.195	-	14.195	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.798	267	2.065	267	-	267
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	288	(1.440)	(1.152)	(1.440)	-	(1.440)
Aumento de capital em dinheiro	369.021	-	369.021	28.000	-	28.000
Transações com sócios - alterações de participação	910	3.528	4.438	3.528	(3.528)	-
Resgate de ações - Ultragaz	(23.065)	-	(23.065)	-	-	-
Aquisição Cia Ultragaz	1.823.105	-	1.823.105	-	-	-
Aquisição UVC Investimentos	(129)	-	(129)	-	-	-
Movimentações com operações descontinuadas	774.704	-	774.709	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)</b>	<b>12.141.736</b>	<b>28.705</b>	<b>12.170.441</b>	<b>106.843</b>	<b>4.384</b>	<b>111.227</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 (i)</b>	10.496.479	(2.096)	10.494.383	137.004	25.616	162.620
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	828.150	822	828.972	(18.068)	434	(17.634)
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas	65.264	-	65.264	-	48	48
Dividendos	(692.976)	-	(692.976)	-	(998)	(998)
Instrumento patrimonial outorgado	3.631	-	3.631	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	7.352	99	7.451	99	-	99
Ajustes de conversão de controladas no exterior	73.049	-	73.049	-	-	-
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	29.273	5.723	34.996	5.723	-	5.723
Aumento de capital em dinheiro	119.156	-	119.156	30.697	-	30.697
Redução de capital	-	-	-	(5.001)	(1.500)	(6.501)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	-	(966)	-	(966)
Baixa de investimento	-	-	-	(78.099)	-	(78.099)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(2.681.729)	-	(2.681.729)	-	(16.396)	(16.396)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)</b>	<b>8.247.649</b>	<b>4.548</b>	<b>8.252.197</b>	<b>71.389</b>	<b>7.204</b>	<b>78.593</b>

(i) Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto.

## 14 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e bases de distribuição; (ii) Ultragaz: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iii) Ultracargo: áreas portuárias e (iv) Sociedade: escritórios. A Sociedade e algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

### a. Ativos de direito de uso

#### • Consolidado

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências (i)	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Imóveis	10	1.793.473	366.805	(140.380)	-	-	2.019.898
Áreas portuárias	29	299.630	11.868	(324)	-	-	311.174
Veículos	4	146.173	115.666	(75.384)	-	-	186.455
Equipamentos	5	16.740	9.958	(353)	-	-	26.345
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		<u>2.283.862</u>	<u>504.297</u>	<u>(216.441)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.571.718</u>
Amortização acumulada:							
Imóveis		(489.470)	-	79.003	(5.311)	(218.910)	(634.688)
Áreas portuárias		(23.526)	-	-	-	(13.247)	(36.773)
Veículos		(98.867)	-	66.554	-	(51.589)	(83.902)
Equipamentos		(1.834)	-	399	-	(1.415)	(2.850)
Outros		(18.870)	-	-	-	(3.258)	(22.128)
		<u>(632.567)</u>	<u>-</u>	<u>145.956</u>	<u>(5.311)</u>	<u>(288.419)</u>	<u>(780.341)</u>
Valor líquido		<u>1.651.295</u>	<u>504.297</u>	<u>(70.485)</u>	<u>(5.311)</u>	<u>(288.419)</u>	<u>1.791.377</u>

(i) Refere-se a R\$ 5.311 transferidos para o imobilizado.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências <sup>(i)</sup>	Variação cambial	Amortizações	Reclassificação para ativos mantidos para venda <sup>(ii)</sup>	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Imóveis	10	2.254.432	257.787	(150.718)	-	1.295	-	(569.323)	1.793.473
Áreas portuárias	20	268.534	31.096 <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-	299.630
Veículos	4	139.843	26.589	(9.315)	-	103	-	(11.047)	146.173
Equipamentos	6	44.936	19.887	(6.171)	-	1.920	-	(43.832)	16.740
Outros	20	27.846	-	-	-	-	-	-	27.846
		<u>2.735.591</u>	<u>335.359</u>	<u>(166.204)</u>	<u>-</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>(624.202)</u>	<u>2.283.862</u>
Amortização acumulada:									
Imóveis		(481.975)	-	76.954	-	(530)	(283.882)	199.963	(489.470)
Áreas portuárias		(3.962)	-	-	(11.935)	-	(7.629)	-	(23.526)
Veículos		(63.091)	-	7.032	-	(54)	(48.146)	5.392	(98.867)
Equipamentos		(19.619)	-	6.483	-	(897)	(17.637)	29.836	(1.834)
Outros		(16.658)	-	-	-	-	(2.212)	-	(18.870)
		<u>(585.305)</u>	<u>-</u>	<u>90.469</u>	<u>(11.935)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(359.506)</u>	<u>235.191</u>	<u>(632.567)</u>
Provisão para perdas:									
Imóveis		-	(38.957)	-	-	-	-	38.957	-
		<u>-</u>	<u>(38.957)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.957</u>	<u>-</u>
Custo líquido		<u>2.150.286</u>	<u>296.402</u>	<u>(75.735)</u>	<u>(11.935)</u>	<u>1.837</u>	<u>(359.506)</u>	<u>(350.054)</u>	<u>1.651.295</u>

<sup>(i)</sup> Refere-se à amortização de direito de uso na controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A (“Tequimar Vila do Conde”), a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

<sup>(ii)</sup> Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2.

<sup>(\*)</sup> Incluí saldos de R\$ 14.905 referentes a custos diretos iniciais de ativos de direito de uso.

**b. Arrendamentos a pagar**

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.833.288</b>
Apropriação de juros	147.494
Pagamento de contraprestação de arrendamentos <sup>(i)</sup>	(440.574)
Adições e remensurações	288.711
Baixas de contratos	(83.157)
Variação cambial e monetária	16.264
Reclassificação para passivos mantidos para venda <sup>(ii)</sup>	(413.715)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.348.311</b>
Apropriação de juros	128.069
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(357.879)
Adições e remensurações	482.439
Baixas de contratos	(77.171)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.523.769</b>
Circulante	225.034
Não circulante	1.298.735

<sup>(i)</sup> Inclui o montante de R\$ 29.237 pagos pela controlada Tequimar Vila do Conde referente às outorgas de concessões portuárias.

<sup>(ii)</sup> Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Até 1 ano	343.792	304.007
De 1 a 2 anos	319.284	264.224
De 2 a 3 anos	277.318	241.323
De 3 a 4 anos	201.227	218.157
De 4 a 5 anos	173.229	152.671
Mais de 5 anos	1.089.255	965.220
<b>Total</b>	<b>2.404.105</b>	<b>2.145.602</b>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

**b.1. Taxas de desconto**

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

<b>Contratos por prazo e taxa de desconto</b>	
<b>Prazos contratos</b>	<b>Taxa % a.a.</b>
1 a 5 anos	8,00%
6 a 10 anos	8,34%
11 a 15 anos	9,50%
mais de 15 anos	9,75%

**c. Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019**

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

<b>Ativo de direito de uso, líquido</b>	
Base nominal	1.791.377
Base inflacionada	2.140.082
	19,5%
<b>Passivo de arrendamento</b>	
Base nominal	1.523.769
Base inflacionada	1.872.585
	22,9%
<b>Despesa financeira</b>	
Base nominal	128.069
Base inflacionada	165.186
	29,0%
<b>Despesa de amortização</b>	
Base nominal	288.419
Base inflacionada	336.268
	16,6%

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	<b>Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar</b>
Fluxo de caixa a valor presente	140.949
Fluxo de caixa nominal	222.380

**d. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor e de curto prazo**

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento considerados como sendo de baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
<b>31/12/2022</b>	2.458	5.689	-	8.147
<b>31/12/2021</b>	124	994	-	1.118

O total de arrendamentos considerados como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi R\$ 18.466 (R\$ 13.524 no exercício findo em 31 dezembro de 2021).

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### 15 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências <sup>(i)</sup>	Baixas	Aquisição de controladas	Saldo em 31/12/2022
Custo:								
Terrenos		610.294	-	-	23.539	(14.717)	-	619.116
Edificações	32	1.486.721	20.020	-	73.744	(47.979)	-	1.532.506
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	1.056.179	40.685	-	82.317	(9.855)	-	1.169.326
Máquinas e equipamentos	12	3.024.577	99.477	-	70.150	(7.518)	73	3.186.759
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes	13	3.245.586	96.208	-	12.680	(141.351)	-	3.213.123
Tanques e vasilhames para GLP	9	840.931	94.356	-	-	(15.000)	-	920.287
Veículos	9	288.239	33.452	-	8.050	(4.647)	-	325.094
Móveis e utensílios	9	168.092	34.905	-	5.140	(6.531)	102	201.708
Equipamentos de informática	5	330.375	24.069	-	2.053	(53.863)	389	303.023
Obras em andamento		452.248	482.043	-	(239.082)	(483)	-	694.726
Adiantamentos a fornecedores		14.281	35.887	-	(32.029)	-	-	18.139
Importações em andamento		181	902	-	(181)	-	-	902
		<u>11.517.704</u>	<u>962.004</u>	<u>-</u>	<u>6.381</u>	<u>(301.944)</u>	<u>564</u>	<u>12.184.709</u>

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências <sup>(i)</sup>	Baixas	Aquisição de controladas	Saldo em 31/12/2022
Depreciação acumulada:							
Edificações	(585.846)	-	(42.195)	-	36.229	-	(591.812)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(573.553)	-	(58.172)	606	12.863	-	(618.256)
Máquinas e equipamentos	(1.758.401)	-	(175.567)	-	7.024	(10)	(1.926.954)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(2.050.533)	-	(175.899)	(3)	112.778	-	(2.113.657)
Tanques e vasilhames para GLP	(498.310)	-	(69.860)	-	10.910	-	(557.260)
Veículos	(133.149)	-	(23.713)	-	2.685	-	(154.177)
Móveis e utensílios	(112.288)	-	(11.496)	(603)	5.953	(4)	(118.438)
Equipamentos de informática	(269.534)	-	(23.933)	-	53.526	(37)	(239.978)
	<u>(5.981.614)</u>	<u>-</u>	<u>(580.835)</u>	<u>-</u>	<u>241.968</u>	<u>(51)</u>	<u>(6.320.532)</u>
Provisão para perdas com valor recuperável:							
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18)	(12)	-	-	-	-	(30)
Máquinas e equipamentos	(1.289)	(27)	-	-	(250)	-	(1.566)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(46)	-	-	-	24	-	(22)
	<u>(1.499)</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>(1.764)</u>
Valor líquido	<u>5.534.591</u>	<u>961.965</u>	<u>(580.835)</u>	<u>6.381</u>	<u>(60.202)</u>	<u>513</u>	<u>5.862.413</u>

(i) Refere-se a R\$ 271.292 transferidos de Obras em andamento, Adiantamento a Fornecedores e Importações em andamento para as demais classes de Imobilizado, R\$ 5.311 transferidos do ativo de direito de uso e R\$ 1.070 transferidos do intangível.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos terminais, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão dos terminais e bases e aquisição de imóveis operacionais.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i) (ii)	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda (iii)	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Terrenos		687.108	2.424	-	-	(17.503)	3.416	(65.151)	610.294
Edificações	33	2.154.710	47.920	-	119.748	(34.925)	26.997	(827.729)	1.486.721
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.222.822	21.944	-	136.206	(31.587)	30	(293.236)	1.056.179
Máquinas e equipamentos	12	6.498.362	161.071	-	558.197	(13.811)	93.412	(4.272.654)	3.024.577
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	3.169.320	88.112	-	33.794	(45.640)	-	-	3.245.586
Tanques e vasilhames para GLP	9	776.479	91.842	-	1.567	(28.957)	-	-	840.931
Veículos	8	310.836	19.054	-	11.634	(25.949)	82	(27.418)	288.239
Móveis e utensílios	8	316.712	33.644	-	2.277	(14.614)	1.296	(171.223)	168.092
Equipamentos de informática	5	444.844	28.350	-	901	(11.998)	705	(132.427)	330.375
Obras em andamento (ii)		580.695	797.674	-	(829.245)	(301)	3.290	(99.865)	452.248
Adiantamentos a fornecedores		34.642	21.985	-	(18.894)	-	-	(23.452)	14.281
Importações em andamento		866	4.312	-	(4.631)	-	38	(404)	181
		<u>16.197.396</u>	<u>1.318.332</u>	<u>-</u>	<u>11.554</u>	<u>(225.285)</u>	<u>129.266</u>	<u>(5.913.559)</u>	<u>11.517.704</u>

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências <sup>(i) (ii)</sup>	Baixas	Varição cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda (iii)	Saldo em 31/12/2021
Depreciação acumulada:								
Edificações	(851.397)	-	(68.388)	(94)	23.031	(6.872)	317.874	(585.846)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(689.161)	-	(81.976)	81	27.519	(37)	170.021	(573.553)
Máquinas e equipamentos	(3.598.304)	-	(356.637)	-	11.717	(21.651)	2.206.474	(1.758.401)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.906.953)	-	(178.110)	(311)	34.841	-	-	(2.050.533)
Tanques e vasilhames para GLP	(454.651)	-	(62.558)	-	18.899	-	-	(498.310)
Veículos	(143.854)	-	(22.927)	195	15.480	(20)	17.977	(133.149)
Móveis e utensílios	(191.713)	-	(23.594)	24	14.443	(817)	89.369	(112.288)
Equipamentos de informática	(352.256)	-	(35.614)	317	11.489	(435)	106.965	(269.534)
	<u>(8.188.289)</u>	<u>-</u>	<u>(829.804)</u>	<u>212</u>	<u>157.419</u>	<u>(29.832)</u>	<u>2.908.680</u>	<u>(5.981.614)</u>
Provisão para perdas:								
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(61)	(43.666)	-	-	-	(3)	43.712	(18)
Máquinas e equipamentos	(2.857)	(839)	-	-	6	(45)	2.446	(1.289)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(73)	-	-	-	27	-	-	(46)
Veículos	-	(160)	-	-	-	-	160	-
Móveis e utensílios	-	(14.887)	-	-	-	-	14.887	-
Equipamentos de informática	-	(1.660)	-	-	-	-	1.660	-
Adiantamento a fornecedores	(110)	-	-	-	-	-	110	-
	<u>(3.247)</u>	<u>(61.212)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>(48)</u>	<u>62.975</u>	<u>(1.499)</u>
	<u>8.005.860</u>	<u>1.257.120</u>	<u>(829.804)</u>	<u>11.766</u>	<u>(67.833)</u>	<u>99.386</u>	<u>(2.941.904)</u>	<u>5.534.591</u>

(i) Refere-se a R\$ 169 transferidos para o intangível.

(ii) Inclui R\$ 11.935 transferidos do direito de uso.

(iii) Para mais detalhes, vide nota explicativa 4.c.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### 16 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências <sup>(i)</sup>	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
Custo:								
Ágio (a)		818.096	99.679	-	-	-	-	917.775
Software (b)	5	1.146.980	277.600	-	173	(125.665)	-	1.299.088
Fundo de comércio	12	114.593	-	-	-	-	-	114.593
Marcas (c)		69.198	-	-	-	-	(3.551)	65.647
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (d)	10	421	999	-	(1.243)	-	-	177
Créditos de descarbonização (CBIO) (e)		-	635.130	-	-	(402.825)	-	232.305
		<u>2.264.080</u>	<u>1.013.408</u>	<u>-</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(528.490)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>2.744.377</u>
Amortização acumulada:								
Software		(679.402)	-	(154.122)	-	124.865	-	(708.659)
Fundo de comércio		(101.027)	-	(1.010)	-	-	-	(102.037)
Direito de uso de marcas		(11.993)	-	(2.937)	-	-	-	(14.930)
Outros		(402)	-	-	-	-	-	(402)
		<u>(792.824)</u>	<u>-</u>	<u>(158.069)</u>	<u>-</u>	<u>124.865</u>	<u>-</u>	<u>(826.028)</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor líquido		<u>1.471.256</u>	<u>1.013.408</u>	<u>(158.069)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(403.625)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>1.918.349</u>

(i) Refere-se a R\$ 1.070 transferidos para o imobilizado.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências <sup>(i)</sup>	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda <sup>(ii)</sup>	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Âgio (a)		1.525.088	-	-	-	-	-	(706.992)	818.096
Software (b)	4	1.395.046	284.311	-	372	(19.826)	1.808	(514.731)	1.146.980
Tecnologia		32.617	-	-	-	-	-	(32.617)	-
Fundo de comércio	12	133.599	-	-	-	-	-	(19.006)	114.593
Marcas (c)		136.962	-	-	-	-	4.759	(72.523)	69.198
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (d)	10	50.698	1.678	-	-	-	(76)	(51.879)	421
Créditos de descarbonização (e)		-	176.837	-	-	(176.837)	-	-	-
		<u>3.388.802</u>	<u>462.826</u>	<u>-</u>	<u>372</u>	<u>(196.663)</u>	<u>6.491</u>	<u>(1.397.748)</u>	<u>2.264.080</u>
Amortização acumulada:									
Software		(825.024)	-	(206.025)	(203)	19.329	(1.566)	334.087	(679.402)
Tecnologia		(32.616)	-	-	-	-	-	32.616	-
Fundo de comércio		(113.326)	-	(3.093)	-	-	-	15.392	(101.027)
Direito de uso de marcas		(9.056)	-	(2.937)	-	-	-	-	(11.993)
Outros		(32.845)	-	(167)	-	-	(2)	32.612	(402)
		<u>(1.012.867)</u>	<u>-</u>	<u>(212.222)</u>	<u>(203)</u>	<u>19.329</u>	<u>(1.568)</u>	<u>414.707</u>	<u>(792.824)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":									
Âgio (a)		(593.280)	(68.273)	-	-	-	-	661.553	-
Fundo de comércio		-	(76.218)	-	-	-	-	76.218	-
		<u>(593.280)</u>	<u>(144.491)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>737.771</u>	<u>-</u>
Custo líquido		<u>1.782.655</u>	<u>318.335</u>	<u>(212.222)</u>	<u>169</u>	<u>(177.334)</u>	<u>4.923</u>	<u>(245.270)</u>	<u>1.471.256</u>

(i) Refere-se a valores transferidos do imobilizado.

(ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2.

**a. Ágio**

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. O saldo é composto pelas seguintes aquisições.

	Segmento	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	-	661.553
Extrafarma – impairment <sup>(i)</sup>	Extrafarma	-	(661.553)
Extrafarma – líquido	Extrafarma	-	-
Ipiranga <sup>(ii)</sup>	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Stella <sup>(iii)</sup>	Ultragaz	99.679	-
TEAS	Ultracargo	797	797
		<u>917.775</u>	<u>818.096</u>

(i) Para mais informações, vide nota explicativa nº 4.a.

(ii) Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na controladora Ultrapar.

(iii) Para mais informações, vide nota explicativa nº 34.a.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo.

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2022 variaram de 10,1 % a 11,1% e -0,5% a 0,5% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2022 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### **b. Software**

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com softwares em andamento no montante de R\$ 18.673 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 27.672 em 31 de dezembro de 2021).

### **c. Marcas e direito de uso de marcas**

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

### **d. Outros intangíveis**

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma reclassificado para ativos de controladas mantidos para venda. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 4.c.2.

### **e. Créditos de descarbonização**

Representam os CBIOS adquiridos e registrados pelo custo de aquisição. O valor da coluna "baixas" refere-se aos CBIOS aposentados no exercício, que não podem ser objeto de negociação futura.

## **17 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção**

### **a. Composição**

- Controladora:**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2022	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão	1.800.213	1.764.199	DI	105,3%	2023
Total	1.800.213	1.764.199			
Circulante	1.800.213	39.333			
Não circulante	-	1.724.866			

• **Consolidado:**

	31/12/2022	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2022	Vencimento
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Notas no mercado externo (d)	3.973.816	7.821.441	US\$	5,3%	2026 e 2029
Financiamento externo (e)	1.161.798	735.438	US\$	4,2%	2023 e 2025
Financiamento externo (e)	-	275.936	US\$ + LIBOR (1)	-	
Financiamento externo (e)	54.542	-	EU\$	2,9%	2023
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>5.190.156</b>	<b>8.832.815</b>			
<b>Moeda nacional:</b>					
Debêntures – CRA (g)	660.485	2.063.788	DI	97,5%	2023
Debêntures – 6ª emissão (g)	1.800.213	1.764.199	DI	105,3%	2023
Debêntures – CRA (g)	3.011.462	1.940.237	IPCA	5,1%	2024 e 2032
Debêntures – Ipiranga (g)	-	771.538	DI		
Debêntures - Ultracargo Logística e Tequimar Vila do Conde (g)	482.185	466.061	IPCA	4,1%	2028
Banco do Brasil pós-fixado (f)	-	204.813	DI		
Debêntures – Ultracargo Logística (g)	81.548	80.946	R\$	6,5%	2024
Cédula de Crédito Bancário	-	51.179	DI		
Instituições financeiras	-	4.564	R\$		
FINEP	-	326	TJLP (2)		
<b>Total moeda nacional</b>	<b>6.035.893</b>	<b>7.347.651</b>			
<b>Total moeda estrangeira e nacional</b>	<b>11.226.049</b>	<b>16.180.466</b>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (*)	524.312	197.177			
<b>Total</b>	<b>11.750.361</b>	<b>16.377.643</b>			
Circulante	3.360.677	2.866.051			
Não circulante	8.389.684	13.511.592			

(\*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 32.i).

1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

2) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2022, a TJLP estava fixada em 7,20% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção é demonstrada abaixo:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.772.612</b>	<b>17.376.216</b>
Captações com efeito caixa	-	1.462.220
Apropriação de juros	94.458	801.102
Pagamento de principal	(1.000.000)	(2.922.214)
Pagamento de juros	(102.871)	(749.043)
Variação monetária e cambial	-	800.749
Variação de valor justo	-	(229.657)
Resultado de hedges	-	80.018
Reclassificação para passivos mantidos para venda (i)	-	(241.748)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.764.199</b>	<b>16.377.643</b>
Captações com efeito caixa	-	1.519.580
Apropriação de juros	218.566	945.023
Pagamento de principal (d)	-	(5.848.611)
Pagamento de juros	(182.552)	(914.979)
Variação monetária e cambial	-	(587.064)
Variação de valor justo	-	(68.366)
Resultado de hedges	-	327.135
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.800.213</b>	<b>11.750.361</b>

(i) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
De 1 a 2 anos	-	1.724.866	817.898	3.092.734
De 2 a 3 anos	-	-	782.965	774.904
De 3 a 4 anos	-	-	2.268.647	270.401
De 4 a 5 anos	-	-	-	3.056.499
Mais de 5 anos	-	-	4.520.174	6.317.054
	-	1.724.866	8.389.684	13.511.592

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros.

Para algumas dívidas a Administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 32.h).

**b. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2021	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	0,2	54.490	30.420	(16.742)	68.168
Notas no mercado externo	0,1	28.018	-	(15.613)	12.405
Banco do Brasil	0,1	76	-	(76)	-
<b>Total</b>		<b>82.584</b>	<b>30.420</b>	<b>(32.431)</b>	<b>80.573</b>

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Custos incorridos	Amortizações	Reclassificação para passivos mantidos para venda <sup>(i)</sup>	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	0,2	28.348	40.953	(14.811)	-	54.490
Notas no mercado externo	0,1	37.112	-	(4.890)	(4.204)	28.018
Notas Promissórias	-	1.318	-	(1.318)	-	-
Banco do Brasil	0,1	332	-	(256)	-	76
<b>Total</b>		<b>67.110</b>	<b>40.953</b>	<b>(21.275)</b>	<b>(4.204)</b>	<b>82.584</b>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures	14.511	10.363	9.450	9.272	9.309	15.263	68.168
Notas no mercado externo	2.289	2.298	2.294	2.087	1.412	2.025	12.405
<b>Total</b>	<b>16.800</b>	<b>12.661</b>	<b>11.744</b>	<b>11.359</b>	<b>10.721</b>	<b>17.288</b>	<b>80.573</b>

**c. Garantias**

Os financiamentos não possuem garantias reais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e possuem avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 9.371.295 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.151.506 em 31 de dezembro de 2021).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 115.451 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 118.231 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada IPP emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes, conforme abaixo:

	IPP	
	31/12/2022	31/12/2021
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	550.908	690.347
Vencimento de até	51 meses	49 meses
Valor justo das garantias outorgadas	9.914	9.923

Caso a controlada IPP venha a ser instada a realizar algum pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2022 a controlada IPP não teve perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “Demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

**d. Notas no mercado externo**

Em 07 de abril de 2022 a subsidiária Ultrapar International iniciou ofertas de recompra de títulos de dívida (notes) no exterior (“Ofertas de Recompra”) de até US\$ 550.003.000,00 (“Valor Agregado Inicial de Recompra”), envolvendo (i) até a totalidade das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2026 (“Notes 2026”); e (ii) até o limite de recompra das Notes 2029, das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2029 (“Notes 2029”), ambas emitidas pela Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) e em circulação no mercado internacional. As Ofertas de Recompra juntas estavam limitadas ao Valor Agregado Inicial de Recompra, sendo que a Ultrapar International tinha a opção de aumentar o Valor Agregado Inicial de Recompra para até US\$ 600.000.000,00 em valor principal agregado, conforme descrito nos documentos das Ofertas de Recompra.

Em 14 de abril de 2022 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 114.129 (equivalente a R\$ 595.490 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026. Em 18 de abril de 2022 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 (equivalente a R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em 2026.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

---

Em 27 de abril de 2022 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 485.667 (equivalente a R\$ 2.534.064 em 31 de dezembro de 2022) das notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo a Sociedade e suas controladas estão sujeitas a certos compromissos, dentre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP;
- Restrição de gravames em ativos superiores a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 782.655 em 31 de dezembro de 2022) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os compromissos requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### ***e. Financiamentos externos***

A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 125.000 (equivalente a R\$ 652.213 em 31 de dezembro de 2022). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,9 % do DI.

Em 30 de setembro de 2022 a controlada Iconic Lubrificantes S.A. efetuou captação de financiamento 4131 no montante de EU\$ 9.708 (equivalente a R\$ 54.072 em 31 de dezembro de 2022), com encargos financeiros 2,907% e vencimento em 29 de março de 2023. A controlada Iconic Lubrificantes S.A. contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em Euro e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 111,6% do DI.

Em 19 de dezembro de 2022 a controlada Companhia Ultragas S.A. efetuou a captação de financiamento 4131 no montante de US\$ 96.339 (equivalente a R\$ 502.669 em 31 de dezembro de 2022), com encargos financeiros de 4,539% e vencimento em 19 de setembro de 2025. A controlada Companhia Ultragas S.A. contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em Dólar e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 108,5% do DI.

As companhias designaram os instrumentos de proteção como hedge de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1). Desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	EU\$	US\$	R\$	Custo em % do DI
Encargos <sup>(1)</sup>	84	1.326	7.386	-
mar/2023	9.709	-	54.072	111,6%
set/2023	-	60.000	313.062	105,0%
set/2023	-	65.000	339.151	104,8%
Set/2025	-	96.339	502.669	108,5%
Total/ custo médio ponderado	<u>9.793</u>	<u>222.665</u>	<u>1.216.340</u>	<u>106,7%</u>

<sup>(1)</sup> Considera juros, custo de transação e ajustes ao valor justo.

#### **f. Banco do Brasil**

A Controlada IPP possuía empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol) com vencimento em maio de 2022. Os empréstimos foram liquidados conforme data de vencimento.

#### **g. Debêntures**

**g.1** Em março de 2021 a controlada Tequimar Vila do Conde efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,04%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar Vila do Conde contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Tequimar Vila do Conde designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

**g.2** Em março de 2021 a controlada Ultracargo Logística efetuou sua segunda emissão de debêntures, em série única de 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,37%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ultracargo Logística contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Ultracargo Logística designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

**g.3** Em setembro de 2021 a controlada IPP efetuou sua décima emissão de debêntures no montante total de R\$ 960.000, em série única de 960.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 16 de setembro de 2021. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	960.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de setembro de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,8287%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 102,75% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

**g.4** Em junho de 2022 a controlada IPP efetuou sua décima primeira emissão de debêntures no montante total de R\$ 1.000.000, em série única de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). A liquidação financeira ocorreu em 27 de junho de 2022. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Quantidade:	1.000.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	11 de Junho de 2032
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir do 8º ano
Remuneração:	IPCA + 6,0053%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 104,8% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2022):

Vencimento	31/12/2022
Encargos <sup>(1)</sup>	(77.949)
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	469.937
out/2024	282.790
nov/2024	90.000
dez/2025	303.845
mar/2028	526.365
set/2028	1.052.762
jun/2030	334.381
jun/2031	334.381
jun/2032	334.381
Total	<u>6.035.893</u>

<sup>(1)</sup> Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

## 18 Fornecedores (Consolidado)

### a. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	2.777.021	3.010.912
Fornecedores estrangeiros	1.674.287	445.805
Fornecedores - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	259.644	214.178
	<u>4.710.952</u>	<u>3.670.895</u>

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

### **b. Fornecedores convênio**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais – convênio	2.429.497	1.948.033
Fornecedores convênio - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	-	89.339
Fornecedores estrangeiros – convênio	<u>237.397</u>	<u>81.687</u>
	<u>2.666.894</u>	<u>2.119.059</u>

Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento originalmente celebrado entre companhia e fornecedor, o montante devido pelas controladas da Sociedade sem incidência de juros. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

## **19 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões sobre folha de pagamento	181.755	136.938
Participação nos lucros, bônus e prêmios	205.273	132.390
Encargos sociais	70.785	52.739
Outros	<u>3.093</u>	<u>8.036</u>
	<u>460.906</u>	<u>330.103</u>

## **20 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS	131.587	146.598
IPI	4.553	4.163
PIS e COFINS	14.470	13.667
ISS	23.610	45.533
Outros	<u>18.210</u>	<u>19.215</u>
	<u>192.430</u>	<u>229.176</u>

## 21 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

### *a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

O saldo de R\$ 18.204 (R\$ 19.831 em 31 de dezembro de 2021) referente ao fundo de reversão será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 89 meses, dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições da patrocinadora de maior saldo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 16.368 (R\$ 16.120 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2022 atingiu 4.097 participantes ativos e 286 participantes aposentados (4.381 participantes ativos e 387 participantes aposentados em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente a Ultraprev possuía 23 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

### *b. Benefícios pós-emprego (Consolidado)*

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica (1)	164.428	159.867
Indenização do FGTS	36.357	38.617
Gratificação por tempo de serviço	2.156	5.570
Seguro de vida (1)	<u>12.615</u>	<u>11.665</u>
<b>Total</b>	<b><u>215.556</u></b>	<b><u>215.719</u></b>
Circulante	21.809	21.082
Não circulante	193.747	194.637

(1) Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>215.719</b>	<b>284.724</b>
Despesa do exercício de operações continuada	20.944	15.585
Despesa (receita) do exercício de operações descontinuadas	494	2.951
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(2.589)	(58.954)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(19.012)	(18.400)
Variações cambiais de benefícios pós-emprego de controladas no exterior	-	217
Reclassificação para passivos mantidos para venda (i)	-	(10.404)
<b>Saldo final</b>	<b><u>215.556</u></b>	<b><u>215.719</u></b>

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica	14.660	15.265
Indenização do FGTS	4.766	4.409
Gratificação por tempo de serviço	563	(4.886)
Seguro de vida	955	797
<b>Total</b>	<b><u>20.944</u></b>	<b><u>15.585</u></b>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,97	8,93
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	6,98	7,07
Taxa de inflação (longo prazo)	3,50	3,25
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,64	7,38

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80  
Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagradada em 10%  
Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983 e RRB-1944  
Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

### Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	19.688	diminuição 1,0 p.p.	24.252
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	266	aumento 1,0 p.p.	477
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	17.824	aumento 1,0 p.p.	21.847

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

### Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

## 22 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização.

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>53.435</b>
Adições (novos tanques)	451
Gastos com tanques retirados	(2.773)
Despesa com atualização	5.598
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>56.711</b>
Adições (novos tanques)	158
Gastos com tanques retirados	(9.528)
Despesa com atualização	4.417
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>51.758</b>
Circulante	5.063
Não circulante	46.695

## 23 Provisões e passivos contingentes (Consolidado)

### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL (a.1)	552.172	7.154	(36.683)	-	36.574	559.217
Tributárias	84.155	35.238	(14.907)	(38.097)	2.045	68.434
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2)	108.761	18.326	(9.980)	(23.700)	9	93.416
Trabalhistas (a.3)	95.460	22.663	(22.387)	(23.142)	578	73.172
Provisão para indenizações (a.4)	-	150.820	-	-	-	150.820
Outras	91.637	4.812	(3.850)	-	2.514	95.113
<b>Total</b>	<b>932.185</b>	<b>239.013</b>	<b>(87.807)</b>	<b>(84.939)</b>	<b>41.720</b>	<b>1.040.172</b>
Circulante	119.942					22.837
Não circulante	812.243					1.017.335

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributários	790.979	731.326
Trabalhistas	42.624	48.147
Cíveis e outros	<u>112.780</u>	<u>91.788</u>
	<u>946.383</u>	<u>871.261</u>

### **a.1 Provisões tributárias**

Em 7 de outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragas e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 569.415 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 534.830 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. No STJ, o tema foi afetado à sistemática de Recursos Repetitivos (Tema Repetitivo nº 1093) e aguarda julgamento pelo Tribunal Superior.

### **a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórios**

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 93.416 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 108.761 em 31 de dezembro de 2021).

### **a.3 Provisões trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 73.358 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 95.460 em 31 de dezembro de 2021) para fazer face a processos de cunho trabalhista que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando principalmente parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

## **a.4 Provisão para indenizações**

Em 1º de abril de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Oxiteno, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, Ultrapar, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 139.693 referente a provisão para indenização foi constituído sendo R\$ 89.649 de processos trabalhistas, R\$ 17.575 processos cíveis e R\$ 32.469 processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Indorama, em caso de materialização de referidas perdas.

Em 1º de agosto de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Extrafarma, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, controlada IPP, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 11.126 referente a provisão para indenização foi constituído, sendo R\$ 5.864 de processos trabalhistas, R\$ 472 de processos cíveis e R\$ 4.790 de processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Pague Menos, em caso de materialização de referidas perdas.

## **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é de R\$ 3.601.865 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.310.603 em 31 de dezembro de 2021).

### **b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.656.479 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.292.465 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

**b.1.1** A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 182.446 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 178.422 em 31 de dezembro de 2021).

**b.1.2** A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 1.376.199 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.303.383 em 31 de dezembro de 2021). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 201.408 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 209.611 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 178.825 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 106.590 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes de suposta falta de recolhimento do imposto; de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 193.785 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 174.039 em 31 de dezembro de 2021); de diferenças de estoque no valor de R\$ 302.143 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 295.163 em 31 de dezembro de 2021); e de cobrança do adicional de 2% sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) no valor de R\$ 246.336 (R\$ 219.218 em 31 de dezembro de 2021).

**b.1.3** A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 759.469 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 578.097 em 31 de dezembro de 2021) dos quais se destaca a seguinte:

**b.1.3.1** A controlada IPP recebeu em 2017 uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrente da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 233.805 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 218.589 em 31 de dezembro de 2021), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade.

## ***b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios***

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 690.052 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 771.695 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

**b.2.1** A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 35.617 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 34.162 em 31 de dezembro de 2021). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

**b.2.2** A controlada Cia. Ultragaz possui processos totalizando o valor de R\$ 255.290 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 233.426 em 31 de dezembro de 2021) movidos por revendedores que visam a declaração de nulidade e a rescisão dos contratos de distribuição, além de indenizações por perdas e danos.

## ***b.3 Passivos contingentes trabalhistas***

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 255.334 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 246.443 em 31 de dezembro de 2021).

## ***b.4 Processos indenizatórios***

Em dezembro de 2022 a Sociedade através da sua controlada Ipiranga, na figura de cedente, celebrou um contrato junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados, realizado a cessão de 90% do seu direito creditório oriundo de uma ação judicial de cunho indenizatório (ativo contingente), tendo reconhecido o valor fixo de R\$140.000 referente a parcela inicial, sendo o primeiro recebimento de R\$ 60.000 realizado em 29 de dezembro de 2022 e a parcela remanescente de R\$ 80.000 (registrado na rubrica de Demais contas a receber) a ser realizada até 31 de março de 2023, sujeita a correção pela taxa DI até a data de liquidação. O contrato estipula que a cessão foi realizada de forma irrevogável e irretroatável entre a cedente e cessionária, com a transferência do controle e dos riscos e benefícios.

## ***c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron***

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridos antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 26.010 (R\$ 19.724 em 31 de dezembro de 2021) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 100.548 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101.267 em 31 de dezembro de 2021). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R\$ 26.010, refere-se a: i) R\$ 23.337 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 2.381 de processos trabalhistas e (iii) R\$ 292 de processos cíveis, regulatórios e ambientais.

## 24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição podem ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

Em 24 de fevereiro de 2021, 11 de agosto de 2021, 23 de fevereiro de 2022 e 03 de agosto de 2022, o Conselho de Administração confirmou a emissão de, respectivamente 70.939, 31.032, 43.925 e 21.472 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 656.121 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 31 de dezembro de 2022, permanecem retidas 3.392.235 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 42.776 (R\$ 51.296 em 31 de dezembro de 2021).

## 25 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.173.080 (1.115.107.683 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 12,61 (R\$ 14,54 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 estavam em circulação no exterior 58.895.761 ações ordinárias na forma de ADRs (50.374.275 ações em 31 de dezembro de 2021).

**b. Instrumento patrimonial outorgado**

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 9.c). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto era de 6.184.427 ações ordinárias (3.178.383 em 31 de dezembro de 2021).

**c. Ações em tesouraria**

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Resoluções CVM 2/20 e 77/22.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$ 479.674 (R\$ 488.425 em 31 dezembro de 2021) e eram mantidas livres em tesouraria pela Sociedade 19.974.556 ações ordinárias (23.756.393 em 31 de dezembro de 2021) adquiridas ao custo médio de R\$ 24,01.

	<u>31/12/2022</u>
Saldo livre de ações em tesouraria	19.974.556
Saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto (vide nota explicativa nº 25.b)	<u>6.184.427</u>
Saldo total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022	<u><u>26.158.983</u></u>

**d. Reserva de reavaliação**

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

**e. Reservas de lucros de controladas****e.1 Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal totalizava R\$ 882.575 (R\$ 792.533 em 31 de dezembro de 2021). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

## ***e.2 Reserva estatutária para investimentos***

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54 do Estatuto Social, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 75% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 5.228.561 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.073.876 em 31 de dezembro de 2021). Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a próxima assembleia deverá deliberar sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capital social.

## ***f. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira***

### ***f.1 Ajustes de avaliação patrimonial***

- (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.
- (ii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (iii) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (i)	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (ii)	Mudança de participação de não controlados (iii)	Outros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	(609.277)	269	(53.351)	197.369	-	(464.990)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	12.036	(672)	-	-	-	11.364
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(4.060)	-	-	-	-	(4.060)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	49.550	-	-	49.550
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	(14.002)	-	-	(14.002)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	(601.301)	(403)	(17.803)	197.369	-	(422.138)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	910.804	403	-	-	747	911.954
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(309.503)	-	-	-	-	(309.503)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	(610)	-	-	(610)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	271	-	-	271
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	(18.142)	197.369	747	179.974

**f.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira**

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.t.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo, líquido de imposto de renda e contribuição social (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>304.645</b>	<b>231.596</b>
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	(269.482)	97.113
Variação cambial sobre notas no mercado externo	80.057	(36.461)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial das notas no mercado externo	(27.219)	12.397
Baixa por venda de investimento	(88.001)	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>304.645</b>

***g. Destinação do resultado do período***

Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2021, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 185.896 (R\$ 0,17 – dezessete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 23 de fevereiro de 2022, e foram pagos a partir de 11 de março de 2022. Em 11 de maio de 2022 foram aprovados os juros sobre capital próprio intermediários, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, no montante de R\$ 450.000 (R\$ 0,41 – quarenta e um centavos de Real por ação), bruto de imposto de renda, pagos a partir de 10 de agosto de 2022. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2022, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 109.515 (R\$ 0,10 – dez centavos de Real por ação) foram aprovados pelo CA em 15 de fevereiro de 2023, e serão pagos a partir de 03 de março de 2023.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

<u>Destinação do lucro líquido</u>	<b>31/12/2022</b>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.800.839
Reserva legal (5% do lucro líquido)	90.042
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	<u>1.710.797</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	427.699
Total da distribuição	427.699
Juros sobre capital próprio líquidos de imposto de renda já distribuídos (R\$ 0,35 por ação) (*)	(396.314)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	78.130
Saldo de dividendos propostos (R\$ 0,10 por ação)	<u>109.515</u>
 <u>Abertura do saldo de distribuição de dividendos</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	427.699
Saldo de dividendos propostos	<u>78.130</u>
 <u>Destinação do lucro líquido</u>	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	90.042
Reserva estatutária	1.204.968
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	396.314
Dividendos mínimos obrigatórios complementar do exercício (25% do lucro líquido ajustado)	31.385
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	78.130
Total da distribuição do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>1.800.839</u>

(\*) O valor bruto dos Juros sobre o capital próprio foi de R\$450.004.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>193.564</b>	<b>202.860</b>
Provisões	427.699	429.964
Dividendos prescritos	(2.948)	(2.948)
Pagamentos	<u>(579.379)</u>	<u>(581.351)</u>
 <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	 <b><u>38.936</u></b>	 <b><u>48.525</u></b>

***h. Reserva de capital***

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade conforme mencionado na nota explicativa nº 9.c. Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014 houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, 11 de agosto de 2021, 23 de fevereiro de 2022 e 03 de agosto de 2022 ocorreram aumentos da reserva nos montantes de R\$ 1.371, R\$ 448, R\$ 651 e R\$ 291 respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 24).

**26 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de vendas:		
Mercadorias	146.557.649	113.679.771
Prestação de serviços e outros	1.285.056	997.114
Devoluções e abatimentos	(949.451)	(1.351.464)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 12)	(504.907)	(282.521)
Receita diferida	<u>172</u>	<u>10.614</u>
	146.388.519	113.053.514
Impostos sobre vendas	<u>(2.753.811)</u>	<u>(3.320.672)</u>
Receita líquida	<u>143.634.708</u>	<u>109.732.842</u>

## 27 Resultados por natureza

A Sociedade apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas e materiais de uso e consumo (1)	-	-	(135.651.809)	(104.233.143)
Gastos com pessoal	(203.834)	(175.933)	(1.657.783)	(1.575.066)
Fretes e armazenagens	-	-	(1.033.718)	(899.188)
Obrigação de descarbonização (2)	-	-	(638.542)	(161.281)
Serviços prestados por terceiros	(100.262)	(104.039)	(442.379)	(399.904)
Depreciação e amortização	(1.608)	(11.936)	(732.241)	(653.118)
Amortização de ativos de direito de uso	(11.444)	(6.093)	(288.419)	(260.716)
Propaganda e marketing	-	(16)	(102.205)	(106.352)
Créditos fiscais extemporâneos (3)	-	-	34.247	213.183
Outras despesas e receitas, líquidas	(26.635)	(19.603)	45.604	(54.432)
CSC/Holding	307.867	294.386	-	-
<b>Total</b>	<b>(35.916)</b>	<b>(23.234)</b>	<b>(140.467.245)</b>	<b>(108.130.017)</b>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(136.276.257)	(104.827.966)
Despesas com vendas e comerciais	-	-	(2.141.985)	(1.931.666)
Despesas gerais e administrativas	(35.817)	(24.927)	(1.534.481)	(1.466.551)
Outros resultados operacionais, líquidos	(99)	1.693	(514.522)	96.166
<b>Total</b>	<b>(35.916)</b>	<b>(23.234)</b>	<b>(140.467.245)</b>	<b>(108.130.017)</b>

(1) Inclui créditos de PIS e COFINS registrados em 2022 referente a LC 192. Para mais informações, vide nota explicativa nº 8.

(2) Refere-se a obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo, os valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

(3) Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS registrados em 2021 e 2022. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela Administração e registrados em resultado na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

## 28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No acumulado até 31 de dezembro de 2022 o resultado foi um ganho de R\$ 169.289 (ganho de R\$ 184.189 em 31 de dezembro de 2021, representado principalmente pela venda da ConectCar e de imóveis).

## 29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	194.061	34.690	388.675	101.326
Juros de clientes	-	-	128.052	109.999
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	5.099	33.180	5.099	33.180
Juros Selic sobre créditos de PIS/COFINS	133	-	35.268	201.795
Atualização de provisões e outras receitas	19.147	444	149.595	13.854
	<u>218.440</u>	<u>68.314</u>	<u>706.689</u>	<u>460.154</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(219.553)	(95.042)	(1.465.259)	(716.969)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(1.297)	(3.220)	(128.069)	(110.878)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(14.245)	(1.430)	(119.828)	(70.801)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos financeiros derivativos	55.026	-	(458.032)	(239.106)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(1.800)	-	(4.709)	(85.132)
	<u>(181.869)</u>	<u>(99.692)</u>	<u>(2.175.897)</u>	<u>(1.222.886)</u>
Total	<u>36.571</u>	<u>(31.378)</u>	<u>(1.469.208)</u>	<u>(762.732)</u>

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### 30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 9.c e 24, respectivamente.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas <sup>(i)</sup>	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas <sup>(i)</sup>	Total
<b>Resultado básico por ação</b>						
Resultado líquido da Sociedade	1.498.981	301.858	1.800.839	785.199	65.264	850.463
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.091.990	1.091.990	1.091.990	1.090.500	1.090.500	1.090.500
Lucro básico por ação - R\$	1,3727	0,2764	1,6491	0,7200	0,0598	0,7799
<b>Resultado diluído por ação</b>						
Resultado líquido da Sociedade	1.498.981	301.858	1.800.839	785.199	65.264	850.463
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.098.692	1.098.692	1.098.692	1.096.962	1.096.962	1.096.962
Lucro diluído por ação - R\$	1,3643	0,2747	1,6391	0,7158	0,0595	0,7753
<b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>						
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação			1.091.990			1.090.500
Efeito da diluição						
Bônus de subscrição			3.445			3.548
Plano de ações			3.257			2.914
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação			1.098.692			1.096.962

<sup>(i)</sup> Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1.

<sup>(ii)</sup> Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2.

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.472.210 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24.

## 31 Informações por segmento

A Sociedade possui três segmentos relevantes de negócios: distribuição de gás (Ultragaz), distribuição de combustíveis (Ipiranga) e armazenagem (Ultracargo). O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo o território brasileiro. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas considerando as condições negociadas entre as partes.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

### a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas. Para informações sobre as operações descontinuadas vide nota explicativa nº 4.c.2:

Resultado	31/12/2022				Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)			
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>	<b>131.337.966</b>	<b>11.483.398</b>	<b>867.148</b>	<b>218.770</b>	<b>143.907.282</b>	<b>(272.574)</b>	<b>143.634.708</b>
Transações com terceiros	131.253.637	11.480.697	684.350	216.024	143.634.708	-	143.634.708
Transações entre segmentos	84.329	2.701	182.798	2.746	272.574	(272.574)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(126.569.490)	(9.446.354)	(340.621)	(185.914)	(136.542.379)	266.122	(136.276.257)
<b>Lucro bruto</b>	<b>4.768.476</b>	<b>2.037.044</b>	<b>526.527</b>	<b>32.856</b>	<b>7.364.903</b>	<b>(6.452)</b>	<b>7.358.451</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>							
Com vendas e comerciais	(1.552.636)	(576.087)	(12.701)	(561)	(2.141.985)	-	(2.141.985)
Gerais e administrativas	(828.753)	(257.315)	(134.208)	(320.657)	(1.540.933)	6.452	(1.534.481)
Resultado na venda de bens	168.709	(1.381)	(887)	2.848	169.289	-	169.289
Outros resultados operacionais, líquidos	(525.966)	6.235	3.330	1.879	(514.522)	-	(514.522)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>2.029.830</b>	<b>1.208.496</b>	<b>382.061</b>	<b>(283.635)</b>	<b>3.336.752</b>	<b>-</b>	<b>3.336.752</b>
Equivalência patrimonial	(10.052)	13	(3.880)	26.100	12.181	-	12.181
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.019.778</b>	<b>1.208.509</b>	<b>378.181</b>	<b>(257.535)</b>	<b>3.348.933</b>	<b>-</b>	<b>3.348.933</b>
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	353.962	239.204	94.337	44.738	732.241	-	732.241
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	503.751	1.502	-	-	505.253	(346)	504.907
Amortização de ativos de direito de uso	191.178	56.177	37.124	3.940	288.419	-	288.419
<b>Total de depreciação e amortização</b>	<b>1.048.891</b>	<b>296.883</b>	<b>131.461</b>	<b>48.678</b>	<b>1.525.913</b>	<b>(346)</b>	<b>1.525.567</b>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Resultado	31/12/2021				Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)			
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>	<b>99.382.617</b>	<b>9.744.659</b>	<b>713.096</b>	<b>107.185</b>	<b>109.947.557</b>	<b>(214.715)</b>	<b>109.732.842</b>
Transações com terceiros	99.382.547	9.740.657	518.762	90.876	109.732.842	-	109.732.842
Transações entre segmentos	70	4.002	194.334	16.309	214.715	(214.715)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(96.110.408)	(8.626.340)	(285.406)	70	(105.022.084)	194.118	(104.827.966)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.272.209</b>	<b>1.118.319</b>	<b>427.690</b>	<b>107.255</b>	<b>4.925.473</b>	<b>(20.597)</b>	<b>4.904.876</b>
Com vendas e comerciais	(1.385.814)	(459.179)	(9.144)	(77.529)	(1.931.666)	-	(1.931.666)
Gerais e administrativas	(846.441)	(202.002)	(127.117)	(311.588)	(1.487.148)	20.597	(1.466.551)
Resultado na venda de bens	183.862	2.138	(1.754)	(57)	184.189	-	184.189
Outros resultados operacionais, líquidos	74.574	10.976	3.876	6.740	96.166	-	96.166
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.298.390</b>	<b>470.252</b>	<b>293.551</b>	<b>(275.179)</b>	<b>1.787.014</b>	<b>-</b>	<b>1.787.014</b>
Equivalência patrimonial	(859)	(104)	602	(17.273)	(17.634)	-	(17.634)
<b>Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.297.531</b>	<b>470.148</b>	<b>294.153</b>	<b>(292.452)</b>	<b>1.769.380</b>	<b>-</b>	<b>1.769.380</b>
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	325.942	211.014	76.421	39.741	653.118	-	653.118
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	280.975	1.546	-	-	282.521	-	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	182.245	46.579	25.440	6.452	260.716	-	260.716
<b>Total de depreciação e amortização</b>	<b>789.162</b>	<b>259.139</b>	<b>101.861</b>	<b>46.193</b>	<b>1.196.355</b>	<b>-</b>	<b>1.196.355</b>

(1) Inclui na linha "Gerais e administrativas e receita de venda de bens" o montante de R\$ 157.621 em 2022 (R\$ 154.640 em 2021) de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo a Presidência, Diretoria Financeira, Diretoria Jurídica, CA e CF, Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria e Diretoria de Sustentabilidade.

(2) A coluna "Outros" é formada pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social dos segmentos, pela controladora Ultrapar e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven Imóveis Ltda. ("Imaven"), Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar (até 30 de junho de 2021) e RPR. Em 2022 a Sociedade deixou de apresentar a Abastece Ai como segmento, incluindo o seu saldo na coluna de "Outros".

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

31/12/2022							
Principais indicadores - Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	427.861	318.750	175.984	6.641	929.236	-	929.236
Juros capitalizados e demais itens incluídos no ativo imobilizado e provisão de ARO	32.628	-	-	-	32.628	-	32.628
Aquisição de intangível	194.385	38.876	9.125	35.214	277.600	-	277.600
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	769.119	-	-	-	769.119	-	769.119
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	635.130	-	-	-	635.130	-	635.130

31/12/2021							
Principais indicadores - Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	386.693	336.871	298.272	6.583	1.028.419	-	1.028.419
Juros capitalizados e demais itens incluídos no ativo imobilizado e provisão de ARO	7.683	-	2.782	-	10.465	-	10.465
Aquisição de intangível	156.498	30.150	15.819	35.021	237.488	-	237.488
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	420.261	-	-	-	420.261	-	420.261
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	176.837	-	-	-	176.837	-	176.837

31/12/2022							
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	23.342.826	4.281.857	3.045.407	5.770.913	36.441.003	-	36.441.003

31/12/2021							
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (3)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	21.050.793	3.233.736	2.675.453	1.049.458	28.009.440	11.000.917	39.010.357

(3) A coluna "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

**b. Informações relativas à área geográfica**

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, bem como por meio de exportação de produtos e serviços a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	140.801.146	109.598.146
Europa	607.416	18.876
Singapura	359.250	-
Estados Unidos e Canadá	1.785.413	35.279
Outros países da América Latina	73.351	69.523
Outros	<u>8.132</u>	<u>11.018</u>
Total	<u>143.634.708</u>	<u>109.732.842</u>

**32 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)**

**a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança**

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço de *commodities*, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo.

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao Conselho de Administração da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o Conselho de Administração na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o Conselho de Administração na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao Conselho de Administração qualquer descumprimento da Política.

## ***b. Risco de moedas***

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real (moeda funcional da Sociedade). A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

**b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	311.017	122.242
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	6.131	1.324
Demais contas a receber	727.057	-
Outros ativos de controladas no exterior	280.738	186.548
Exposição ativa de controladas mantidas para venda	-	3.839.194
	<u>1.324.943</u>	<u>4.149.308</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira brutos de custos de transação e deságios	(5.213.100)	(8.860.833)
Contas a pagar decorrentes de importações	(1.939.984)	(649.107)
Exposição passiva de controladas mantidas para venda	-	(884.402)
	<u>(7.153.084)</u>	<u>(10.394.342)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	5.274.302	2.933.572
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial em controladas mantidas para venda	-	1.786.471
	<u>(553.839)</u>	<u>(1.524.991)</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(553.839)</u>	<u>(1.524.991)</u>
Posição líquida (passiva) ativa – efeito no resultado	(553.839)	(498.604)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido em controladas mantidas para venda	-	(1.026.387)

**b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

Para o cenário base foram utilizadas as curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2022 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado, impactados pelo dólar médio de R\$ 5,4679(\*). Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de fechamento considerada foi de R\$ 5,2177.

A tabela abaixo demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 553.839 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022:

	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>
Efeito no resultado	Depreciação do Real	<u>(26.555)</u>
	Efeito	<u>(26.555)</u>
Efeito no resultado	Apreciação do Real	<u>26.555</u>
	Efeito	<u>26.555</u>

(\*) Dólar médio em 31 de dezembro de 2022 de acordo com taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

**c. Risco de juros**

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

**c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes**

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>DI</b>			
Equivalentes de caixa	5.a	5.204.766	1.943.164
Aplicações financeiras	5.b	406.683	1.607.608
Financiamentos e debêntures	17	(2.460.698)	(4.855.517)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	32.g	(2.651.609)	(2.283.625)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	32.g	(3.416.868)	(2.364.583)
Posição líquida passiva em DI		<u>(2.917.726)</u>	<u>(5.952.953)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	17	-	(326)
Posição líquida passiva em TJLP		-	<u>(326)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial – LIBOR	32.g	-	279.047
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	17	-	(275.936)
Posição líquida passiva em LIBOR		-	<u>3.111</u>
<b>Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados</b>		<u>(2.917.726)</u>	<u>(5.950.168)</u>

**c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes**

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

<u>Exposição a juros flutuantes</u>	Risco	<u>31/12/2022</u> <u>Cenário</u> <u>Provável</u>
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI <sup>(i)</sup>	26.382
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI <sup>(i)</sup>	(34.907)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção de dívidas	Elevação DI <sup>(i)</sup>	(102.175)
Despesa incremental		<u>(110.700)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP <sup>(ii)</sup>	-
Despesa incremental		<u>-</u>

<sup>(i)</sup> Taxa base utilizada foi de 12,39% e taxa sensibilizada de 13,41%

<sup>(ii)</sup> Taxa base utilizada foi de 6,08% e taxa sensibilizada de 7,20%

**d. Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 5) e contas a receber (vide nota explicativa nº 6).

**d.1 Risco de crédito de instituições financeiras**

Tal risco decorre da potencial incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

### **d.2 Risco de crédito de governos**

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021
AAA	5.720.996	3.606.000
AA	809.583	740.879
A	3.457	116.594
Outros (*)	50.926	-
<b>Total</b>	<b>6.584.962</b>	<b>4.463.473</b>

(\*) Refere-se substancialmente aos investimentos com participação minoritário da UVC que são classificados como aplicações financeiras de longo prazo.

### **d.3 Risco de crédito de clientes**

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados em cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação às contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ipiranga	373.514	422.542
Ultragaz	120.076	135.565
Ultracargo	<u>2.450</u>	<u>1.526</u>
Total	<u>496.040</u>	<u>559.633</u>

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas esperadas	Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas esperadas
A vencer	0,5%	4.756.388	22.752	0,6%	3.901.536	23.476
< 30 dias	7,5%	29.817	2.230	7,3%	109.284	8.005
31 a 60 dias	11,1%	22.633	2.516	20,4%	57.545	11.746
61 a 90 dias	26,5%	32.522	8.617	23,0%	39.177	9.016
91 a 180 dias	34,4%	58.529	20.159	49,1%	50.588	24.818
> 180 dias	50,7%	<u>868.072</u>	<u>439.766</u>	57,5%	<u>838.532</u>	<u>482.572</u>
		<u>5.767.961</u>	<u>496.040</u>		<u>4.996.662</u>	<u>559.633</u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Brasil	495.929	559.532
Estados Unidos e Canadá	61	3
Outros Países da América Latina	31	15
Europa	5	66
Outros	<u>14</u>	<u>17</u>
	<u>496.040</u>	<u>559.633</u>

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 6.a e 6.b.

**d.4 Risco de preços**

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge* para as importações, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e *RBOB* (gasolina) negociados em bolsa.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade e as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities* em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Derivativo	Contrato			Nocional (m <sup>3</sup> )		Nocional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)		Cenário possível ( $\Delta$ de 10% - R\$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Termo de Mercadorias	Vendido	Heating Oil	jul-23	158.828	167.255	150.498	103.148	(52.214)	2.269	(124.293)	(55.066)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	jan-23	52.466	29.413	31.382	17.112	(15.481)	(967)	(33.404)	(10.613)
								(67.695)	1.302	(157.697)	(65.679)

**e. Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas possuem capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 3.744.329 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 17). Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.142.121 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 5).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

	<b>Total</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	13.960.937	3.744.329	2.524.250	2.993.156	4.699.202
Instrumentos de proteção (3)	2.292.609	584.748	725.668	648.202	333.991
Fornecedores	7.377.846	7.377.846	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.404.105	343.792	596.602	374.456	1.089.255
Passivo financeiro de clientes	551.587	184.159	354.389	13.039	-

(1) Os juros sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022.

(2) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

**f. Gestão de capital**

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios visando a maximização do retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota explicativa nº 17 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5) e pelo patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Anualmente a Sociedade e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido.

O coeficiente de alavancagem no final do exercício é conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Dívida bruta e arrendamentos a pagar	13.274.130	17.725.954
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.584.962	4.463.473
<b>Dívida líquida</b>	<b>6.689.168</b>	<b>13.262.481</b>
Patrimônio líquido	12.174.968	10.469.240
<b>Relação dívida líquida/capital</b>	<b>54,94%</b>	<b>126,68%</b>

**g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

**Derivativos designados para hedge accounting**

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup> 31/12/2022	Valor justo <sup>2</sup>		Ganhos (perdas) em 31/12/2022 Resultado
		Ativo	Passivo				Ativo	Passivo	
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,95%	106,67% DI	set-25	32.h.1	221.339	106.550	(9.243)	(121.296)
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,00% DI	jun-22	32.h.1	-	-	-	(21.566)
Swap cambial	Financiamentos	EUR + 3,42%	111,60% DI	mar-23	32.h.1	9.709	1.954	-	2.573
Swap de juros	Financiamentos	IPCA + 5,03%	102,87% DI	jun-32	32.h.1	3.226.054	173.741	(59.789)	(143.762)
Termo de Mercadorias	Financiamentos	6,47%	99,94% DI	nov-24	32.h.1	90.000	-	(9.513)	(5.069)
NDF	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jul-23	32.h.1	181.880	2.936	(70.630)	(944.896)
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-23	32.h.1	127.233	4.712	(3.074)	53.672
							289.893	(152.249)	(1.180.344)

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup> 31/12/2021	Valor justo <sup>2</sup>		Ganhos (perdas) em 31/12/2021
		Ativo	Passivo				Ativo	Passivo	Resultado
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,65%	104,87% DI	set-23	32.h.1	125.000	212.509	-	11.712
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M	105,00% DI	jun-22	32.h.1	50.000	109.332	-	10.779
Swap de juros	Financiamentos	4,59% + IPCA	102,00% DI	set-28	32.h.1	2.226.054	201.638	(35.170)	(17.922)
Swap de juros	Financiamentos	6,47%	99,94% DI	nov-24	32.h.1	90.000	-	(9.044)	(10.088)
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jan-22	32.h.1	120.260	3.115	(1.813)	(130.773)
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-22	32.h.1	68.361	7.048	(1.346)	813
							533.642	(47.373)	(135.479)

Derivativos não designados para hedge accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup> 31/12/2022	Valor justo <sup>2</sup>		Ganhos (perdas) em 31/12/2022
		Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	Resultado
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jul-23	1.116.702	36.472	(54.067)	(440.359)
Swap de juros	Financiamentos	5,25%	1,36%	jun-29	300.000	-	(308.821)	(266.445)
Swap cambial	Financiamentos	0,00%	52,99%	jun-29	375.000	230.145	(9.174)	(85.474)
						266.617	(372.062)	(792.278)

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) <sup>1</sup>	Valor justo <sup>2</sup>		Ganhos (perdas) em 31/12/2021 Resultado
		Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jun-22	625.762	26.516	(23.052)	54.743
Swap de juros	Financiamentos	5,25%	DI - 1,36%	jun-29	300.000	-	(126.752)	(109.081)
Swap cambial	Financiamentos	2,67%	100,00%	mai-21	-	-	-	17
						26.516	(149.804)	(54.321)

<sup>1</sup> Moeda conforme indicado.

<sup>2</sup> Valores líquidos de imposto de renda.

#### ***h. Contabilidade de Hedge***

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

A Sociedade e suas controladas não irão descontinuar a contabilização de hedge se a avaliação retrospectiva da eficácia do hedge não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de hedge estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de hedge que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a Sociedade continua a suspender a contabilização de hedge se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%.

##### ***h.1 Hedge de valor justo***

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nocional – US\$	221.339	175.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(142.863)	21.812
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	28.000	47.064
Resultado financeiro da dívida – R\$	28.291	(105.059)
Custo médio efetivo - % do DI	107	104,90
Valor nocional – EUR	9.709	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	2.573	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(8)	-
Custo médio efetivo - % do DI	112	-

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 17.b.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nocional – R\$	3.226.054	2.226.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(143.762)	(17.922)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(44.312)	166.374
Resultado financeiro da dívida – R\$	(293.955)	(245.710)
Custo médio efetivo - % do DI	102,9	102,0
Em milhares, exceto % do DI	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nocional – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(5.069)	(10.088)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(486)	11.756
Resultado financeiro da dívida – R\$	(6.330)	(5.914)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo e estão concentrados na controlada IPP. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nocional – US\$	309.113	188.621
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(891.223)	(129.670)
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	34.126	(4.352)

Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.

***h.2 Hedge de fluxo de caixa***

Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como *hedge* de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”.

A partir de 1 de abril de 2022, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxiteno (totalizavam US\$ 386.787 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecida uma perda realizada no resultado de R\$ 506.375 em 31 de dezembro de 2022 (ganho não realizado de R\$ 7.880 em 31 de dezembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os impactos e saldos do *hedge* de fluxo de caixa estavam contabilizados na Oxiteno, e apresentados como “Mantidos para venda” e “Operação descontinuada”.

***h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior***

Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizadas para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

A partir de 1º de abril de 2022 o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxiteno (totalizavam US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecido um ganho em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 52.837 em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$ 24.064 em 31 de dezembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido. Os impactos e saldos do *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior estavam contabilizados na Oxiteno, e apresentados como “Mantidos para venda” e “Operação descontinuada”.

**i. Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2022	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo		
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	5.a	-	-	111.797	111.797	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	5.a	-	-	5.204.766	5.204.766	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	5.a	-	-	305.206	305.206	-	-
Aplicações financeiras							
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	5.b	406.683	-	-	-	406.683	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	5.b	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	5.b	556.510	-	-	-	556.510	-
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	4.533.327	4.504.245	-	-
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	1.234.634	1.234.613	-	-
Demais contas a receber	6.c	-	-	1.096.565	1.096.565	-	-
<b>Total</b>		<b>963.193</b>	<b>-</b>	<b>12.486.295</b>	<b>12.457.192</b>	<b>963.193</b>	<b>-</b>
Passivos financeiros:							
Financiamentos							
Debêntures	17.a	1.216.341	-	3.973.816	3.971.551	1.216.341	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	17.a	524.312	-	-	-	524.312	-
Fornecedores	18.a	-	-	4.710.952	4.710.952	-	-
Fornecedores convênio	18.b	-	-	2.666.894	2.666.894	-	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	24	42.776	-	-	-	42.776	-
Passivo financeiro de clientes		450.586	-	-	450.586	-	-
Contraprestação contingente	34.a	89.640	-	-	-	-	89.640
<b>Total</b>		<b>5.898.850</b>	<b>-</b>	<b>13.812.360</b>	<b>11.799.983</b>	<b>7.732.457</b>	<b>89.640</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

31 de dezembro de 2021	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo	
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	5.a	-	-	334.547	334.547	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	5.a	-	1.943.164	-	-	1.943.164
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	5.a	2.363	-	-	2.363	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	5.b	1.607.608	-	-	1.607.608	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	5.b	-	103.239	-	-	103.239
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	5.b	472.552	-	-	-	472.552
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	3.438.995	3.367.012	-
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	998.034	992.359	-
<b>Total</b>		<b>2.082.523</b>	<b>2.046.403</b>	<b>4.771.576</b>	<b>6.303.889</b>	<b>2.518.955</b>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	17.a	1.011.374	-	8.082.323	8.380.088	1.011.374
Debêntures	17.a	2.487.244	-	4.599.525	4.529.439	2.487.244
Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.348.311	1.348.311	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	17.a	197.177	-	-	-	197.177
Fornecedores	18	-	-	5.727.724	5.727.724	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	24	51.296	-	-	-	51.296
<b>Total</b>		<b>3.747.091</b>	<b>-</b>	<b>19.757.883</b>	<b>19.985.562</b>	<b>3.747.091</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 17).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 5.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 17); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 17), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### 33 Compromissos (Consolidado)

#### a. Contratos

A controlada Ultracargo Logística possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu (*)	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.468.105 m <sup>3</sup>	2049

(\*) Contrato em fase de renovação junto ao órgão competente.

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2022, essas tarifas eram de R\$ 8,71 e R\$ 3,05 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,94 por m<sup>3</sup> para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2022 não existiam pendências relevantes no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

**b. Arrendamento de áreas portuárias**

Em 9 de abril de 2021 a Sociedade, por meio de sua controlada Ultracargo Logística, venceu o leilão para arrendamento da área IQI13 no porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, para armazenagem e movimentação de granéis líquidos, especialmente combustíveis. Na área arrendada será construído um novo terminal com capacidade estática mínima de 79 mil m<sup>3</sup>. O arrendamento terá duração mínima de 20 anos de acordo com o aviso do leilão. Para essa capacidade, estima-se investimentos de aproximadamente R\$ 310 milhões, incluindo o valor relativo à outorga, a serem desembolsados em até seis anos após assinatura do contrato ocorrida em 17 de agosto de 2021.

**34 Combinação de Negócios****a. Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda**

Em 01 de outubro de 2022, por meio da subsidiária Ultragaz Comercial Ltda., a Sociedade adquiriu a totalidade de quotas da Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (“Stella”), qualificando a transação como uma combinação de negócios conforme definida na IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Combinação de Negócios. A aquisição marca a entrada da Ultragaz no segmento de energia elétrica, em linha com sua estratégia de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes, potencializando sua capilaridade, força comercial, marca Ultragaz e vasta base de clientes empresariais e residenciais.

A Stella, fundada em 2019, é uma plataforma de tecnologia que conecta geradores de energia elétrica renovável e clientes, na modalidade de Geração Distribuída. Está presente em 12 Estados, possui mais de 11 mil clientes ativos e potência atendida de aproximadamente 75 MWp (Mega-Watt pico).

O valor total da aquisição (EV – Enterprise Value) é de um montante mínimo de R\$63.000, com pagamento inicial efetuado de R\$ 7.560. O valor remanescente da aquisição será quitado em 2027, sujeito a ajustes relacionados a condições de atingimento de desempenho da Stella (“contraprestação contingente” ou “*Earnout*”).

A Sociedade com base nas normas contábeis aplicáveis, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio (*goodwill*). A alocação do preço de compra (“*purchase price allocation*” ou “PPA”) será concluída em 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 99.679, com base no valor já pago na data da transação e o valor justo estimado relacionado ao pagamento futuro do *Earnout*.

O *Earnout* é determinado com base em metas contratuais estabelecidas para faturamento e fluxo de caixa líquido contábil a serem atingidas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026. A Sociedade efetuou a estimativa do valor justo desse atingimento com base no método de fluxo de caixa descontado e projeções de resultado estimadas pela Administração.

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.586
Contas a receber	17
Demais contas a receber	119
Imobilizado	515
Intangível	902
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	99.679
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	14
Salários e encargos sociais	217
Obrigações tributárias	9
Demais contas a pagar	5.378
<b>Valor da aquisição</b>	<b>97.200</b>
Composto por	
Caixa	7.560
Contraprestação contingente a ser liquidada	89.640
<b>Total da contraprestação</b>	<b>97.200</b>
Saída de caixa líquida resultante da aquisição	
Contraprestação em espécie	7.560
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.586)
<b>Total</b>	<b>5.974</b>

A contribuição do resultado da adquirida para o resultado da Sociedade caso a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2022 é considerado imaterial, assim como a contribuição para o resultado da Sociedade desde 1 de outubro de 2022.

### Análise de sensibilidade do *Earnout*

A tabela a seguir fornece informações sobre como o valor justo da parcela contingente foi determinado considerando as premissas bases utilizadas para definição do *Earnout*. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas:

Metas	Varição nas metas	Aumento no passivo	Varição nas metas	Redução no passivo
Fluxo de Caixa líquido contábil e Receita líquida	aumento de 25,0 p.p.	33.146	diminuição de 25,0 p.p.	26.940

### 35 Eventos subsequentes

#### a. *Captação de financiamento pela controlada Cia Ultragas.S.A.*

Em 19 de janeiro de 2023, a controlada Companhia Ultragas S.A. realizou a captação de financiamento externo (sem *covenants* financeiros) no montante de JPY 12.564.392 (equivalente a R\$ 500.000 no momento da transação), com encargos financeiros de 1,3125% a.a. e vencimento em 19 de março de 2025. A controlada contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em iene japonês e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 109,40% do DI.

#### b. *Conclusão (“fechamento”) da compra da NEOgás pela Ultragas.*

Em 21 de novembro de 2022, a Ultrapar por meio de sua controlada Companhia Ultragas S.A assinou contrato para a aquisição da totalidade de ações da NEOgás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. (“NEOgás”). A transação foi finalizada em 01 de fevereiro de 2023. O valor da aquisição é de R\$ 165 milhões, sujeito a ajustes usuais de capital de giro e dívida líquida. A aquisição marca a entrada da Ultragas no segmento de distribuição de gás natural comprimido e, em adição, a NEOgás é uma plataforma ideal para viabilizar oportunidades de distribuição do biometano. Esta transação reforça a estratégia da Ultragas de ampliar a oferta de soluções energéticas para seus clientes industriais, utilizando de sua capilaridade, força comercial e marca.

#### c. *Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.*

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Sociedade e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

## Mensagem da Administração

2022 foi um ano de avanços relevantes na Ultrapar. Apesar da volatilidade e das incertezas, a Ultragas e a Ultracargo atingiram resultados recordes, e a Ipiranga continuou sua trajetória de recuperação de rentabilidade. O foco na sofisticação da precificação e o esforço no maior engajamento de nossa rede, juntamente com importantes mudanças e ajustes operacionais em logística e suprimentos, nos colocaram em um novo patamar de eficiência, preparando-nos para uma nova fase de crescimento.

Concluímos o maior processo de racionalização de portfólio da nossa história, com a conclusão dos desinvestimentos da Oxiteno e da Extrafarma em abril e agosto de 2022 respectivamente. Anunciamos as aquisições da Stella e da NEOgás, que marcam a entrada da Ultragas nos segmentos de energia elétrica renovável e de gás natural comprimido, ampliando sua oferta e potencializando sua capilaridade, força comercial e marca.

Continuamos o processo de sucessão e renovação em nossa gestão executiva, e iniciamos o processo de sucessão no Conselho, que terá grande renovação em abril deste ano com novos membros e novo presidente para o mandato de 2023 a 2025.

Em 2022, evoluímos na nossa jornada ESG, com a conclusão do detalhamento do Plano ESG 2030, intrínseco ao plano estratégico de cada um dos negócios. Ele compõe 30% das metas individuais de remuneração variável da liderança da Ultrapar e revela os compromissos, ambições e metas da Companhia para os próximos anos. A divulgação das metas para o público externo acontecerá em março deste ano.

Encerramos 2022 com uma receita líquida de R\$ 147 bilhões, 24% superior à de 2021 mesmo após a desconsolidação da Oxiteno e da Extrafarma do resultado, e com crescimento do faturamento em todos os negócios. A Companhia atingiu um EBITDA recorrente de R\$ 4,0 bilhões e um lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão em 2022, dos quais R\$ 506 milhões serão distribuídos sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas.

Destacamos a redução da nossa alavancagem financeira, oportuna pelo contexto macroeconômico e de oportunidades de investimentos com bons retornos, que passou de 2,9x em 31 de dezembro de 2021 para 1,7x em 31 de dezembro de 2022 devido a combinação da conclusão das vendas da Oxiteno e da Extrafarma com a melhora operacional de todos os negócios. Utilizamos uma parcela do recebimento da venda da Oxiteno para o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas e para a recompra parcial dos *bonds*, contribuição adicional à otimização da gestão dos passivos financeiros, com redução do custo de carregamento da dívida líquida da Ultrapar, que passou de 129% do CDI em 2021 para 109% do CDI em 2022. Ressaltamos que ainda existem recebíveis relacionados aos desinvestimentos que totalizam aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

Diante desse contexto, anunciamos em dezembro o nosso plano de investimentos para 2023, que totaliza R\$ 2,2 bilhões e supera os montantes investidos em cada um dos últimos cinco anos, com cerca de metade do valor destinado a projetos de expansão na Ipiranga, Ultragas e Ultracargo, em adição à sustentação e segurança das unidades operacionais.

Entramos em 2023 com um time de líderes engajados e negócios fortalecidos para seguirmos nossa jornada de crescimento e criação de valor. Agradecemos a todos os nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação ao longo do ano e aos demais *stakeholders* pela confiança e contribuição para o aprimoramento da Companhia.

**Pedro Wongtschowski**

Presidente do Conselho de Administração

**Marcos Marinho Lutz**

Diretor Presidente

## Perfil da Companhia

---

A Ultrapar possui 85 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragas, empresa pioneira na distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP) como gás de cozinha. Desde então, a Ultrapar consolidou-se como um dos maiores grupos empresariais do país, com posição de destaque nos segmentos de energia e infraestrutura por meio da Ipiranga, Ultragas e Ultracargo.

Em 1999, a Ultrapar abriu capital, simultaneamente, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), integrando o Novo Mercado da B3 desde 2011.

### Ultragas

Empresa pioneira e líder na distribuição de GLP no Brasil, é referência em inovação e vem ampliando a oferta de soluções energéticas para seus clientes. Atende mais de 11 milhões de domicílios e 59 mil clientes empresariais de forma segura, eficiente e sustentável.

### Ultracargo

Empresa líder no setor de terminais independentes de armazenagem de grãos líquidos no Brasil, presente nos principais portos do país com terminais modernos para armazenagem e movimentação de diferentes produtos, como combustíveis, biocombustíveis, químicos, corrosivos e óleos vegetais.

### Ipiranga

Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes e uma das marcas mais valiosas do país, reúne uma rede de mais de 6,7 mil postos, além de 1,6 mil lojas da AmPm, maior rede de conveniência do Brasil.

## Inovação

---

A **Ultrapar** possui 85 anos de história e vem aperfeiçoando seu modelo de gestão, com crescente agilidade, adaptando-se às transformações por meio de um portfólio de negócios mais complementar e sinérgico. A inovação permeia a cultura da Companhia e, em 2022, seus negócios avançaram significativamente em suas iniciativas, com foco em seus respectivos mercados de atuação. Para fomentar ainda mais a atitude inovadora, o Comitê de Inovação da Ultrapar organizou, pelo segundo ano consecutivo, um evento online destinado a mais de 700 líderes da  *Holding* e dos negócios para debater o tema iniciativas de inovação em Energia e Sustentabilidade. O evento contou com a apresentação de profissionais de outras companhias, além de  *startups* e mesas redondas com as lideranças internas.

Através do UVC Investimentos, fundo de  *corporate venture capital* da Ultrapar, a Companhia investe em empresas inovadoras que são complementares ou possuem potencial disruptivo em relação aos seus negócios. Desde sua constituição em 2020, o fundo já realizou 10 investimentos. A estratégia de prospecção do UVC está focada, principalmente, nas verticais de energia renovável, sustentabilidade (descarbonização), mobilidade e novas soluções para o varejo de conveniência. Alguns dos investimentos realizados nestas frentes têm se concretizado em parcerias estratégicas, como a  *startup* Stella, que foi investida pelo UVC em 2021 e adquirida pela Ultragas em 2022, além de parcerias comerciais, como a parceria com a Voltz, empresa de motocicletas elétricas, por meio da comercialização de triciclos elétricos para a Ultragas e da instalação de estações de troca de baterias de motos elétricas nos postos Ipiranga.

Na **Ultragas**, as iniciativas de inovação buscam maior aproximação com os consumidores finais e o fortalecimento do relacionamento com os clientes, por meio de maior oferta de soluções energéticas, vendas por aplicativos,  *marketplaces* e ações de transformação digital. Na frente de novas soluções em GLP, a Ultragas desenvolveu o conceito da Lavanderia Compartilhada, em parceria com a OMO Lavanderias, oferecendo mais praticidade e economia de recursos a condomínios ao reduzir o consumo de energia e produtos de lavagem. Outro exemplo de inovação foi o lançamento do Ultragas Secagem de Grãos, que usa sensores de temperatura e umidade para controlar o processo de secagem dos grãos, substituindo combustíveis tradicionais como lenha e diesel pelo GLP, gerando economia no consumo de energia e no tempo de manutenção, além de emitir menos gases de efeito estufa.

A Ultragas desenvolveu aplicativos que dão suporte ao gerenciamento de produtos e relacionamento com parceiros e clientes. O aplicativo AmigU de digitalização da entrega ( *last mile*) garante que os pedidos sejam direcionados ao entregador mais próximo, permitindo ao cliente acompanhar o percurso em tempo real, e conta com mais de 10 mil  *downloads* com entregadores conectados em mais de 900 cidades pelo Brasil. Já o Meu Aplicativo Parceiro (MAP),

ferramenta de autosserviço de relacionamento do revendedor com a Ultragas, conta com 6 mil parceiros conectados, enquanto o aplicativo Ultragas, ferramenta de relacionamento com o consumidor final, já soma mais de 3 milhões de *downloads* em mais de 600 cidades brasileiras. Adicionalmente, atenta à sua cadeia de valor, a Ultragas firmou parceria com a Voltz para oferecer 500 triciclos elétricos aos seus revendedores, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa nas entregas de botijões de GLP. Essa cultura de inovação rendeu a escalada de 53 posições de 2021 para 2022 no Prêmio Valor Inovação, colocando a Ultragas entre as 100 empresas mais inovadoras do Brasil.

Em 2022, a **Ultracargo** avançou no desenvolvimento do SOUL (Sistema de Operações Ultracargo), um modelo de gestão operacional com foco no aprimoramento contínuo de processos, na redução de desperdícios, e na otimização do modelo de operação de terminais. Em paralelo, a Ultracargo fortaleceu o Conecta, programa de transformação digital para aprimoramento de sistemas e processos, obtenção de ganhos de otimização em *supply chain*, e evolução no nível de serviço prestado aos clientes. Os dois programas permitiram redução de custos, otimização de compras e aprimoramento da gestão de custeio, melhorando a eficiência operacional da Ultracargo. Em Santos (SP), por exemplo, houve redução de 10% no tempo médio de movimentação rodoviária; em Itaqui (MA), registrou-se aumento de 8% na produtividade por tonelada movimentada por colaborador; e, em Aratu (BA), a Ultracargo registrou aumento de 7% na produtividade por tonelada movimentada por colaborador. O terminal de Vila do Conde (PA), cuja operação iniciou no final de 2021, já conta com o Conecta implementado, e sua produtividade vem evoluindo a patamares semelhantes aos dos demais terminais.

A **Ipiranga**, em parceria com a Voltz, implementou, em 2022, um projeto piloto de pontos de troca de baterias de motos elétricas em mais de 20 postos por meio do Turbo. Trazendo ainda mais tecnologia e soluções para o negócio, a Ipiranga criou o Conecta em 2020, originalmente como um sistema de transmissão de dados online dos postos e franquias. Em 2022 este conceito expandiu para uma plataforma que entrega benefícios aos revendedores, com produtos e serviços integrados, permitindo maior eficiência operacional na gestão do dia a dia do posto, além da redução de custos e do incremento da receita. O Conecta é um diferencial competitivo de produtividade e para geração de novas oportunidades. Pelo segundo ano consecutivo, o Turbo rendeu à Ipiranga o 1º lugar na categoria Varejo e Distribuição do *ranking* 100 Open Startups 2022, figurando pela primeira vez no TOP 20 do *ranking* geral.

## Estratégia ESG

---

A sustentabilidade é vista como uma jornada que faz parte da cultura e do jeito de ser da Ultrapar. Por ser um tema essencial para a perenidade dos negócios, é continuamente aprimorada e compõe as estratégias dos negócios, visando a geração de valor de longo prazo para os *stakeholders*.

Os sete temas materiais da Ultrapar e dos negócios abrangem os três pilares do ESG (ambiental, social e governança) e representam assuntos relevantes para os quais a Companhia direciona seus esforços, busca mitigar riscos e fomentar oportunidades:

- **Transição energética:** planejar e implementar estratégias voltadas à transição para uma economia de baixo carbono.
- **Operações ecoeficientes:** assegurar nível de excelência na gestão ambiental das operações, garantindo o uso eficiente de recursos naturais e otimizando a gestão de resíduos.
- **Responsabilidade com a comunidade:** atuar de forma responsável perante as comunidades do entorno, gerando oportunidades de desenvolvimento local.
- **Cadeia de valor:** influenciar, fomentar e monitorar a adoção das melhores práticas ESG na cadeia de valor dos negócios.
- **Cultura inclusiva e diversidade:** promover continuamente um ambiente inclusivo que vise ao desenvolvimento integral das pessoas, a diversidade e a equidade.
- **Segurança e saúde:** assegurar uma sólida cultura de segurança e saúde, com processos e índices em nível de excelência, garantindo qualidade de vida aos colaboradores.
- **Governança e integridade:** ser protagonista em governança e integridade, influenciando o ambiente de negócios na adoção de melhores práticas e conduta ética.

Em 2022 a Ultrapar deu um importante passo em sua jornada ESG ao definir suas metas para 2030 (Plano ESG 2030), que estão diretamente ligadas à estratégia dos negócios. Pela relevância do tema para a perenidade da Companhia, as metas de sustentabilidade foram incluídas na composição da remuneração dos executivos, representando 30% das metas individuais de remuneração variável.

O lançamento interno das metas ocorreu em agosto de 2022, em evento híbrido realizado na sede da Ultrapar que contou com a participação de colaboradores de toda a Companhia. O plano foi apresentado pelos principais executivos da Ultrapar, que detalharam cada um dos temas materiais, discorrendo sobre a estratégia para alcançar a ambição pretendida pela Companhia para 2030. A divulgação das metas para o público externo acontecerá em um evento virtual em março de 2023.

## Gestão da sustentabilidade nos negócios

Cada um dos negócios da Ultrapar tem sua própria matriz de materialidade. Os temas estão alinhados às prioridades da Companhia, considerando as especificidades de seus setores de atuação e o nível de maturidade de cada negócio nos diferentes temas.

A **Ultragaz** consolidou, em 2022, sua Jornada ESG – Ultragaz Mais Sustentável, composta por quatro direcionadores para a empresa, desdobrados em dez objetivos estratégicos. Esses direcionadores são as energias que pautam suas ações: Energia Ética (valor para investidores e sociedade), Energia Humana (valor para colaboradores), Energia para Inovar (valor para fornecedores, clientes, revendedores parceiros e para o planeta) e Energia Cidadã (valor para comunidades).

O ano de 2022 marcou a adesão da **Ultracargo** ao Pacto Global da ONU, reforçando seu compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, a Ultracargo ficou entre as 25% empresas mais bem avaliadas na Ecovadis, maior plataforma de avaliação de sustentabilidade do mundo, recebendo a medalha de prata. Este também foi o ano de consolidação da governança de sustentabilidade da Ultracargo, com a instituição do seu Comitê de Sustentabilidade, que conta com a participação dos principais executivos e especialistas da empresa.

A gestão da sustentabilidade continua avançando na **Ipiranga**, com estímulo para que as decisões considerem aspectos ESG, sendo o comprometimento da empresa expresso em um dos atributos culturais. No dia a dia, líderes de diversas áreas são responsáveis pela gestão de planos de ação com reporte mensal dos avanços e desafios encontrados. A sustentabilidade foi, ainda, levada para a convenção de vendas da Ipiranga, por meio de palestras com convidados externos e nas falas dos principais executivos, impactando mais de 5 mil pessoas, incluindo revendedores e franqueados. Os avanços implementados nos últimos três anos na agenda ESG foram fundamentais para a Ipiranga ter sido reconhecida com o 1º lugar no Ranking Merco de Responsabilidade ESG na categoria Energia.

Para reforçar seu compromisso com a sustentabilidade e fortalecer as iniciativas realizadas nos pilares ESG, tanto a Ultrapar como a Ultragaz, a Ultracargo e a Ipiranga são atualmente signatárias do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que reitera o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os princípios do Pacto, como direitos humanos e trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

## Presença em ratings e índices ESG

A Ultrapar integra um conjunto de índices e *ratings*, com indicadores e métricas que seguem padrões internacionais, e classificam as organizações de acordo com critérios ESG. Alguns deles são:

- **MSCI ESG (Morgan Stanley Capital International)**, cuja classificação pode variar entre líder (AAA, AA), média (A, BBB, BB) e retardatária (B, CCC). A atual pontuação da Ultrapar é AA.
- **FTSE4Good**, cujas notas variam de 0 a 5 para cada fator (ambiental, social e governança). A Ultrapar tem nota média 3 e está presente em dois índices: FTSE4Good Emerging Index e FTSE4Good Emerging Latin America Index.
- **CDP (Carbon Disclosure Project)**, cuja escala se divide em liderança (A), gerenciamento (B), conscientização (C) e divulgação (D). A Ultrapar obteve score B em ambos os questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica de 2022.
- **ICO2 (Índice de Carbono Eficiente) – B3**, do qual a Ultrapar faz parte desde 2012.
- **IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Índice de Tag Along Diferenciado) – B3**, dos quais a Ultrapar faz parte desde 2011.

## Desempenho ambiental

### Transição energética

A atuação da **Ultrapar** nos setores de energia e infraestrutura, por meio da Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga, justifica a relevância da transição energética como um dos temas materiais. A Companhia está atenta às mudanças necessárias para um mundo mais sustentável, e parte deste caminho torna-se realidade pelas ações realizadas visando mitigar os impactos de suas operações no meio ambiente, com foco em utilizar sua plataforma de negócios para contribuir com a agenda de transição energética no Brasil.

Os negócios têm evoluído na implementação de medidas de redução e mitigação de emissões de gases de efeito estufa nas operações. Com inovação, desenvolvimento tecnológico, investimentos, novos modelos de negócio e parcerias com outras empresas e organizações, a Companhia vem atuando em três frentes principais: (i) **performance**, para assegurar a redução das emissões absolutas de escopo 1 e escopo 2; (ii) **produtos**, analisando o impacto das emissões em toda a cadeia de valor e desenvolvendo estratégias para acompanhar e evoluir na demanda de clientes e consumidores; e (iii) **portfólio**, considerando o potencial ganho de eficiência energética, redução de emissões, e alinhamento com os desafios para a transição energética do país nas decisões de investimentos.

A **Ultragaz** comunicou a aquisição da Stella em setembro de 2022, uma plataforma de tecnologia que conecta geradores de energia elétrica renovável com clientes, na modalidade de geração distribuída. Em novembro de 2022, comunicou também a aquisição da NEOgás, empresa pioneira no transporte de gás natural comprimido no Brasil e líder de mercado, com grande potencial para distribuição de biometano, gás renovável. As aquisições marcam a entrada da Ultragaz nos segmentos de energia elétrica e de distribuição de gás natural comprimido, respectivamente, e reforçam a estratégia de ampliar a oferta de soluções energéticas para clientes, utilizando a capilaridade, força comercial e marca Ultragaz. A Ultragaz aderiu, ainda, ao programa Compromisso com o Clima, promovido pelo Instituto Ekos, para incentivar a economia de baixo carbono.

A **Ultracargo** conquistou o selo prata em seu primeiro ano de reporte no Programa GHG Protocol, que é um estímulo às empresas e aos governos a entenderem, quantificarem e gerenciarem suas emissões de gases do efeito estufa, através de uma plataforma de registro público de emissões. Além disso, a Ultracargo possui terminais multipropósito e avalia constantemente oportunidades para tornar-se uma importante plataforma logística de transição para uma economia de baixo carbono. Em 2022, 9% dos produtos movimentados em seus terminais foram biocombustíveis.

A **Ipiranga** é carbono neutro em sua operação, compensando todas as emissões diretas (escopo 1) e ligadas ao consumo de energia elétrica (escopo 2). Essa iniciativa faz parte do programa de gestão de emissões de gases de efeito estufa, que ainda conta com frentes de monitoramento e redução de emissões. Pelo décimo ano consecutivo, a Ipiranga recebeu o selo ouro do Programa GHG Protocol em 2022, reconhecimento para empresas que divulgam o inventário auditado de gases de efeito estufa. Além disso, no primeiro trimestre de 2022, a Ipiranga participou como patrocinadora do estudo Transporte Comercial Net Zero 2050: Caminhos para a Descarbonização do Modal Rodoviário no Brasil, promovido pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU e empresas.

## Operações ecoeficientes

Em 2022 a **Ultragaz** desenvolveu o conceito de base padrão, buscando a padronização de infraestrutura de todas as suas bases priorizando eficiência e sustentabilidade. As últimas duas novas bases operacionais nas regiões Norte e Nordeste, em Belém (PA) e Fortaleza (CE), já foram construídas considerando aspectos de sustentabilidade, com tecnologias de ponta, como a redução de ilhas de calor, diminuição do uso de água, prevenção de danos ao meio ambiente e armazenamento e coleta de materiais recicláveis. Além disso, a Ultragaz avançou na destinação dos resíduos gerados nas operações, reduzindo em 50% a destinação para aterros.

Em logística, os veículos que compõem a frota leve da Ultragaz passaram, gradativamente, a ser abastecidos com etanol, atingindo cerca de 96% dos automóveis em 2022, e reduzindo em 8% as emissões de carbono (emissões de escopo 1). Também buscando alternativas de energia mais limpa e sustentável para o abastecimento dos caminhões de transporte de botijões, a Ultragaz iniciou projetos-piloto com dois caminhões VUC elétricos, menores e mais leves, e com um caminhão movido a gás, que pode ser GNV ou biometano.

A Ultragaz e a Ultracargo adquiriram o certificado *International REC Standard* de energia renovável pela Votorantim Energia, comprovando que 100% das suas energias vem de fontes renováveis, zerando suas emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia elétrica (emissões de escopo 2).

No terminal de Santos (SP), a **Ultracargo** passou a utilizar um novo sistema de limpeza vertical de tanques, que reduz o consumo de água de 1 mil litros por hora para apenas 80 litros por hora, uma economia de 92%. Além da redução do consumo de água, o novo sistema dispensa a necessidade do trabalho de um alpinista industrial, eliminando sua exposição à altura, com maior segurança aos colaboradores envolvidos no processo. O comitê técnico da Conferência ANPEI (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras) de Inovação 2022 selecionou esse projeto entre os 24 vencedores do *Call for Cases*.

Ainda em 2022, a Ultracargo reduziu em 43% o volume de resíduos enviados a aterros desde o início da apuração em 2020. Esse resultado foi obtido por meio da conscientização dos colaboradores e avanço das práticas de segregação de resíduos, reciclagem e compostagem. Em novembro de 2022, a Ultracargo recebeu o selo Amigo do Oceano do porto de Suape, reconhecimento que faz parte das iniciativas globais da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2022, a **Ipiranga** realizou o mapeamento de novos parceiros para destinação de resíduos das unidades operacionais e elaborou diretrizes para gestão dos resíduos de obras visando o reaproveitamento. A Ipiranga também

participou do programa Inova 2030 Dispara, parceria entre a Rede Brasil do Pacto Global e a Fundação Dom Cabral, com um projeto piloto de gestão de resíduos em unidades operacionais, nas quais 71% dos tanques de armazenagem de combustível passaram a ter fundo duplo, uma barreira adicional que evita contaminação do solo em caso de vazamento no tanque. Assim como a Ultragas e a Ultracargo, a Ipiranga também adquiriu certificados internacionais de energia renovável, comprovando que 100% da sua energia vem de fontes renováveis. Com relação aos clientes, a Ipiranga oferece apoio na construção de campanhas de engajamento, além de suporte técnico através de manuais que definem as diretrizes necessárias para evitar que ocorram acidentes no processo de carga e descarga de combustíveis, minimizando assim possíveis impactos ambientais. Em 2022, a Ipiranga expandiu o projeto de usinas solares em geração distribuída, totalizando 15 regiões que beneficiarão a rede com mais de 60 GWh/ano de energia limpa para cerca de 900 postos e franquias, além de 11 mil toneladas de CO<sub>2</sub> que deixarão de ser emitidas por ano.

## Desempenho social

### Responsabilidade com a comunidade

Em 2022, a **Ultrapar** investiu R\$ 21 milhões em ações sociais, sendo cerca de metade do valor fonte de recursos próprios e metade com recursos incentivados. Os investimentos nas comunidades do entorno geram oportunidades de desenvolvimento local e estreitam o diálogo entre os negócios e as comunidades por meio de programas de relacionamento.

A Ultrapar também realizou, em 2022, encontros imersivos de seu Programa de Aceleração Social, que contou com a inscrição de mais de 100 voluntários e apoio a 13 ONGs em seus desafios de gestão, maximizando seu impacto social. Ao todo, foram propostas mais de 400 soluções que poderão impactar positivamente mais de 9 mil pessoas atendidas pelas instituições. Além disso, em julho de 2022, a Ultrapar firmou parceria com o Instituto Amazônia+21, organização criada pela Confederação Nacional da Indústria para promover negócios sustentáveis e inovadores na Amazônia.

Em 2022, a **Ultragas** foi selecionada por ONGs e movimentos brasileiros reconhecidos por ter desenvolvido o Vale Gás digital, solução com segurança e rastreabilidade, com capacidade de distribuição garantida em todo o Brasil, para executar a iniciativa promovida pela Petrobras na doação de botijões de GLP para famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa permitiu o atendimento de mais de 285 mil famílias que se beneficiaram de um combustível mais limpo, o GLP.

Além disso, a Ultragas investiu em projetos de educação para crianças e adolescentes, como Plug Cuca, Alavanca Associação Santo Agostinho (ASA) e Recriarte. Paralelamente, a Ultragas entregou mais de 5 mil itens entre galões de água mineral, alimentos e produtos de higiene e limpeza para a população que sofreu com chuvas torrenciais em Pernambuco, beneficiando cerca de 2 mil famílias. Já na Bahia, também devido à situação crítica ocasionada por fortes chuvas, a Ultragas mobilizou 110 revendas espalhadas pelo Estado como pontos de arrecadação de alimentos não perecíveis e de itens de higiene e limpeza para doar às vítimas das enchentes da região, ocasião em que também distribuiu cerca de 3 mil cestas básicas para as comunidades afetadas nos municípios de Jaguará, Eunápolis, Jequié e Itabuna.

Reforçando o seu compromisso com as comunidades do entorno de suas operações, em 2022 a **Ultracargo**, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, realizou o projeto Diálogos Socioemocionais, que busca o desenvolvimento de habilidades socioemocionais de alunos do ensino fundamental de escolas municipais de São Luís (MA). O projeto capacitou 130 professores de 20 escolas, e impactou mais de 7 mil alunos. Por meio da lei de incentivo à cultura, a Ultracargo patrocinou o projeto Planeta Água em Cena 4, em Barcarena (PA), que atua na educação ambiental com apresentações teatrais e distribuição de livros infantis com a mesma temática. As apresentações foram realizadas em escolas públicas da região para cerca de 1 mil crianças.

Em 2022, iniciou-se ainda o projeto Integrar Arte e Vida, promovido pela Associação Nacional de Esportes e pela Associação Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Educação, com patrocínio via lei de incentivo ao esporte. O projeto oferece oficinas culturais e esportivas para jovens de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, buscando reduzir a evasão escolar no complexo da Almoa em Santos (SP). No final de 2022, a Ultracargo também fechou uma parceria com a Associação Cactus, organização que transforma a realidade de alunos da rede pública por meio do ensino da matemática. O projeto já está ativo em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PE). Nessas localidades, a Ultracargo, em parceria com a Ultrapar, realizou, em junho, a doação de mais de 1 mil cestas básicas e kits de higiene, 3 mil litros de água potável e colchonetes para as comunidades afetadas pelas fortes chuvas que atingiram Pernambuco, além de botas de borracha para o SAMU, que atuou no resgate das vítimas.

A **Ipiranga** lançou, em agosto de 2022, o programa Operação Mulher, que oferece formação de operadoras de produção, com apoio pedagógico do SENAI, e tem como objetivo ampliar a empregabilidade de mulheres. Foram contratadas 20% das participantes, ainda em 2022, e 85% das participantes concluíram as turmas. Adicionalmente, o Programa Saúde na Estrada teve mais uma edição em 2022, oferecendo atendimento e serviços médicos aos caminhoneiros, motoristas, viajantes e comunidades próximas aos postos de rodovia da Ipiranga em 22 Estados.

Foram mais de 26 mil atendimentos gratuitos, como consulta médica, exames e vacinas, e cerca de 80 eventos, além de ações de conscientização sobre consumo de álcool e doenças sexualmente transmissíveis.

A Ipiranga também apoiou dois projetos por meio de leis de incentivo fiscal, impactando 770 crianças nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de incentivar a restauração do Museu do Ipiranga localizado em São Paulo (SP) e reaberto em 2022. Ainda, atenta às necessidades emergenciais das áreas de entorno, a Ipiranga doou mais de 2 mil cestas básicas às vítimas das chuvas no sul da Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, com o apoio de ONGs que atuam nas regiões.

Considerando todas as iniciativas, mais de 2,6 mil horas de voluntariado foram doadas pelos colaboradores da Ipiranga em ações sociais espalhadas pelo Brasil.

### Cadeia de valor

A gestão da cadeia de valor da **Ultrapar** foca em estimular fornecedores, revendedores e outros parceiros de negócios para que cumpram requisitos legais relacionados à proteção dos direitos humanos, práticas trabalhistas, ambientais, ética, e de saúde e segurança. Para reduzir riscos reputacionais, o Programa de Ética e Integridade realizou, em 2022, mais de 13 mil pesquisas de reputação de fornecedores, prestadores de serviços e franqueados da Companhia.

Em 2022, criou-se a área de Governança de Compras, responsável por apoiar a interação entre fornecedor e gestor técnico do contrato, além do desenvolvimento da Cartilha do Fornecedor Ultra, que traz informações sobre processos de medição e envio de notas fiscais e pagamentos, além de indicar o caminho para o canal de dúvidas aos fornecedores, reduzindo riscos de relacionamento e incentivando os participantes a adotarem as melhores práticas de gestão sobre o tema.

Ainda em 2022, a **Ultragaz** avançou no relacionamento com seus parceiros revendedores, reorganizando e segmentando o modelo de atendimento a esse público. O Programa de Excelência da Revenda Desafio Lapidar da Ultragaz, programa de qualificação dos parceiros que valoriza e premia a jornada de cada revenda, mostrou melhor qualificação dos revendedores ao alcançar, em 2022, 214 revendedores classificados na categoria ouro. Para estreitar ainda mais o relacionamento com os revendedores, foram realizados 34 encontros pelas regiões do Brasil nas quais a rede de parceiros está presente. Nesses encontros, a Ultragaz mostrou suas iniciativas, últimas inovações e sua jornada ESG, reforçando a estratégia da empresa. Além disso, a Ultragaz também realizou *workshops* com cerca de 90 fornecedores selecionados para o programa de engajamento do *Carbon Disclosure Project* (CDP), resultando em uma maior adesão ao programa.

A **Ultracargo** manteve, em 2022, um plano de homologação de seus fornecedores, que verifica aspectos nas frentes sociais, ambientais e de governança. Além disso, a Ultracargo construiu a Cartilha de Fornecimento Responsável, publicada em dezembro e disponibilizada em sua plataforma de *sourcing*, tornando seu aceite obrigatório para as novas contratações realizadas.

Um dos focos da **Ipiranga** em 2022 foi reforçar a proximidade com os clientes e revendedores. Para isso a Ipiranga investiu na aproximação de seu relacionamento com os parceiros de negócios, com ações planejadas ao longo do ano, como (i) visitas do presidente e de diversos executivos a revendedores e clientes, percorrendo o Brasil de Norte a Sul, (ii) realização da convenção de vendas no formato presencial, com duração de 2 dias e participação de mais de 5 mil pessoas, e (iii) reativação do programa Clube do Milhão, que promove reconhecimento e relacionamento com os revendedores. Com objetivo de melhorar a gestão e o atendimento das vendas, a Ipiranga firmou parceria com a Universidade Estácio de Sá, lançando uma graduação tecnológica em Gestão de Postos Ipiranga com disciplinas específicas aplicáveis à gestão de postos de abastecimento e serviços.

Com foco na disseminação das práticas ESG para os fornecedores, em 2022 a Ipiranga atualizou a Política de Fornecedores e a Cartilha de Sustentabilidade para Fornecedores, que indicam as diretrizes socioambientais que devem ser cumpridas pelos parceiros. Ainda em 2022, a Ipiranga mapeou os fornecedores críticos e revisou cláusulas contratuais com temas ESG, reforçando a necessidade de cumprimento de requisitos de conformidade avaliados previamente, sujeitos a auditorias durante o contrato.

### Cultura inclusiva e diversidade

Para acelerar as transformações em sua  *Holding*, a **Ultrapar** criou em 2022 o Comitê de Diversidade, que definiu um plano estratégico e tático com foco em 7 temas: processo seletivo, desenvolvimento e carreira, preparo da liderança, discriminação, representatividade geral, ambiente organizacional e posicionamento corporativo. Além disso, a Companhia promoveu um evento com sua liderança feminina, que contou com a presença das conselheiras Ana Paula Vescovi e Flávia Buarque de Almeida. Foi realizada mais uma vez a pesquisa de clima em parceria com o *Great Place to Work* (GPTW), com adesão de 87% dos colaboradores. O resultado garantiu à Ultrapar a certificação de Melhores Empresas para Trabalhar pelo GPTW pelo segundo ano consecutivo.

Na atual composição do Conselho de Administração, mais alto órgão de governança, 60% dos conselheiros são independentes e 20% são mulheres, de forma que para o período 2021-2023, a Ultrapar detém a certificação *Women on Board* (WOB), concedida por uma iniciativa independente apoiada pela ONU Mulheres a empresas que contam com ao menos duas mulheres no Conselho de Administração.

Em 2022, foram realizadas diversas ações que afirmam o compromisso da Ultrapar e dos negócios em promover o aumento da diversidade e um ambiente inclusivo. Destaca-se a adesão da Ultrapar, Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga ao Programa Empresa Cidadã, ampliando os prazos de licença parental aos colaboradores, com a licença maternidade estendida para 180 dias e a licença paternidade para 20 dias. O benefício é aplicado também aos casos de adoção e casais homoafetivos, podendo, nesse último caso, o colaborador escolher entre licença maternidade ou paternidade.

A **Ultragaz** divulgou seu posicionamento em Diversidade e Inclusão, com as prioridades estratégicas e pilares de atuação no tema. Em capacitação, a Ultragaz ofereceu mentorias para mulheres em cargos de liderança na operação e comercial, e treinamentos para a liderança em vieses inconscientes, PcDs, equidade de gênero e masculinidade tóxica. Além disso, para acolher a diversidade desde a atração de novos talentos, a Ultragaz fortaleceu suas diretrizes de recrutamento e seleção considerando raça, PcD e mulheres na operação em ações de priorização nos processos seletivos.

A **Ultracargo** iniciou, em setembro de 2022, mais uma edição do Programa de Formação Operacional, disponibilizando 25 vagas para moradores do entorno do Terminal de Aratu (BA). O curso é ofertado gratuitamente e busca contribuir com o desenvolvimento profissional dos moradores, além de fomentar a diversidade na empresa, com mais de 50% dos participantes desta edição sendo do gênero feminino.

Além do desenvolvimento de talentos e o engajamento dos colaboradores, a **Ipiranga** destaca-se pela diversidade e inclusão nas práticas de contratação, com 58% das vagas do seu programa de trainee preenchidas por mulheres em 2022; 17% por pretos e pardos e 33% por pessoas LGBTQIA+, enquanto seu programa de estágio teve 63% das vagas preenchidas por pretos e pardos. Na área comercial, a Ipiranga lançou o Construa, Programa de Desenvolvimento de Consultores Administrativos, exclusivo para pessoas com deficiência. O *Women Speed*, ação para o desenvolvimento de mulheres para o *pipeline* de liderança, atualmente em sua segunda edição, promoveu 33% das participantes do programa ao longo do ano.

Número de colaboradores			
	2022	2021	Δ (%) colaboradores 2022 vs 2021
Ultragaz <sup>1</sup>	3.596	3.387	6%
Ultracargo	862	870	-1%
Ipiranga <sup>2</sup>	4.711	3.907	21%
abastece aí	116	138	-16%
Holding	133	130	2%
CSC/Outros	502	426	18%
<b>Total</b>	<b>9.920</b>	<b>8.858</b>	<b>12%</b>

<sup>1</sup> Inclui 92 colaboradores da Stella em 2022.

<sup>2</sup> Inclui 1.237 colaboradores da AmPm em 2022 e 780 em 2021 – aumento do número de lojas com operação própria

## Segurança e saúde

A garantia de um ambiente seguro para todos os colaboradores e comunidades no entorno das operações dos negócios também é um dos compromissos assumidos pela Companhia. A **Ultrapar** e seus negócios contam com sistemas de gestão de saúde e segurança ativos, por meio dos quais são monitorados indicadores como acidentes, doenças ocupacionais e afastamentos, além da evolução de diferentes procedimentos e programas relacionados.

Embora a gestão de segurança seja realizada diretamente pelos negócios, o tema é tratado de maneira integrada pela Ultrapar por meio do Comitê de Segurança que se reúne periodicamente em uma agenda anual pré-determinada, liderada alternadamente por um dos presidentes dos negócios. Em 2022, o Comitê tratou, dentre outros temas, do Plano de Transformação de Cultura em Segurança, tornando-se pauta recorrente e obrigatória nas reuniões do Conselho de Administração, além de estar presente em todos os encontros de liderança.

A **Ultragaz** vem investindo em diversas frentes para garantia de um ambiente seguro em suas operações. Em 2022, a empresa ampliou o monitoramento do processo de carga e descarga, reforçou procedimentos internos e junto a

seus prestadores de serviços, e está testando novas automações de seus processos. A digitalização do relacionamento com seus clientes e a maior eficiência logística também diminuíram o número de deslocamentos, reduzindo a exposição a acidentes. Além disso, a Ultragaz revisitou seu Programa de Segurança, reforçando o pilar de segurança comportamental. Na gestão de saúde, a Ultragaz, através do Programa Valoriza, vem incentivando seus colaboradores, especialmente de grupo de risco, a aderirem aos programas de saúde e qualidade de vida.

Todos os terminais da **Ultracargo** (com exceção do terminal de Vila do Conde, inaugurado no final de 2021) são certificados pela ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional). O Sistema de Operações Ultracargo (SOUL) e o Programa de Transformação Digital (Conecta) também contribuem para uma gestão eficiente da segurança na empresa. Em 2022, R\$ 25 milhões foram investidos em segurança e integridade, e foram lançadas as Regras que Salvam Vidas, mandamentos que visam prevenir acidentes e fortalecer a cultura de segurança.

O Sistema **Ipiranga** de Gestão Aplicada à Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Responsabilidade Social (SIGA+) estabelece todos os procedimentos, controles e treinamentos necessários para a gestão do risco das unidades operacionais e passa por auditorias regulares. O sistema tem como objetivo reduzir o risco da operação com combustíveis, garantindo a segurança dos funcionários e da comunidade, além da proteção ao meio ambiente e da preservação dos ativos.

O tema segurança foi ainda mais reforçado em 2022 na Ipiranga com o lançamento das Regras de Ouro, que estabelecem os princípios invioláveis que devem ser seguidos pelos colaboradores e prestadores de serviço. Ainda em 2022, a Ipiranga foi reconhecida com o prêmio Laço Amarelo, pela campanha Maio Amarelo, em parceria com o Pró-Frotas, em prol da conscientização sobre segurança no trânsito envolvendo funcionários, transportadores, motoristas, clientes e consumidores, impactando mais de 10 milhões de pessoas.

Na gestão de saúde, a **Ultrapar** possui programas de saúde voltados à públicos específicos com o objetivo de direcionar e individualizar o cuidado e a prevenção, dentre os quais estão o Programa Futura Mãe, que orienta a gestante em relação à alimentação pré-natal e para recém-nascido, e o Programa Única Mente, que busca a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças psicológicas. A **Ultracargo** lançou no segundo semestre de 2022 o programa Cuidar Bem, reunindo ações voltadas à saúde física e mental, bem como à qualidade de vida dos colaboradores e familiares, enquanto a **Ipiranga** manteve a parceria com uma plataforma virtual de bem-estar, por meio da qual é possível realizar consultas com especialistas e ter acesso a conteúdo sobre autocuidado, autoconhecimento e meditação.

## Governança e integridade



Ética e transparência são valores perenes da **Ultrapar**, que é reconhecida pela integridade e adesão às melhores práticas de governança. Além de fortes princípios norteadores de negócios, a Companhia possui estrutura dedicada para os temas de riscos, integridade e auditoria que abrange todos os seus negócios.

A Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria tem níveis de reporte de acordo com cada uma de suas competências. A área está vinculada administrativamente ao Diretor Presidente da Ultrapar, sendo responsável pelo gerenciamento integrado de riscos, manutenção do Programa de Integridade e pela auditoria interna. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração na gestão dos riscos corporativos, na consolidação das informações e controles, e na condução do processo geral de auditoria interna.

O Comitê de Auditoria e Riscos, implantado em 2019, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (iii) das qualificações e independência do auditor independente, (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria) e dos auditores independentes, e (v) da gestão de riscos. O Comitê de Auditoria e Riscos conta com três membros, todos conselheiros independentes da Companhia.

Desde 2004, a Ultrapar mantém o Comitê de Conduta para aprimorar e monitorar o Programa de Integridade da Companhia. Dentre suas atribuições, destacam-se: (i) gerir a aplicação do Código de Ética, de suas diretrizes, e das políticas a ele relacionadas; (ii) supervisionar a aplicação e efetividade dos princípios do Código de Ética; (iii) revisar e aprovar o Programa de Integridade e supervisionar sua aplicação; (iv) recomendar as medidas disciplinares

adequadas, relativas aos temas de sua competência, a serem adotadas pelos órgãos da Ultrapar, bem como deliberar sobre a necessidade de informação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou ao Conselho de Administração da Companhia. O Comitê de Conduta conta com um presidente externo e independente e com um membro do Conselho de Administração.

## **Gestão Integrada de Riscos**

A estrutura de gestão de riscos coordena a análise integrada de riscos estratégicos da Ultrapar, com interface direta com cada negócio, tornando o processo abrangente e com características setoriais específicas.

A Matriz Sistêmica de Riscos é composta por temas que abrangem as principais ameaças às operações dos negócios e estão agrupados em cinco famílias, com olhar interdependente e avaliações dinâmicas. A Política Corporativa de Gestão de Riscos foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2021, reforçando a estrutura de governança corporativa da Ultrapar.

As discussões ocorrem de forma estruturada e independente em cada negócio, cobrindo temas de riscos internos e externos, avaliando cenários quantificados em termos de impacto e vulnerabilidade, e gerando planos de ação mitigadores.

## **Auditorias Interna e Externa**

Vinculada à Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, a auditoria interna é responsável por verificar os procedimentos e controles internos dos negócios, identificando oportunidades de melhorias no processo de gestão de riscos que contribuem para as atualizações do mapa de riscos e do Programa de Integridade. A área também executa auditorias financeiras e operacionais internas segundo planejamento aprovado anualmente pelo Comitê de Auditoria e Riscos, e realiza os testes de efetividade dos controles internos como parte do processo de certificação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), exigido para as demonstrações financeiras apresentadas ao mercado norte-americano.

A empresa de auditoria externa é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que consideram o entendimento dos controles internos relevantes ao processo de elaboração das demonstrações financeiras e a realização dos procedimentos necessários à emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Integridade**

A Ultrapar tem um Programa de Integridade orientado pelo Código de Ética, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e é supervisionado pelo Comitê de Conduta.

A área de Integridade da Ultrapar estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais, conflitos de interesses, combate ao assédio, discriminação, entre outros, visando fortalecer a cultura de integridade da Companhia.

Com foco em evoluir a cultura da organização, os diálogos de integridade se intensificaram para maior compreensão dos colaboradores com o tema. Os treinamentos foram ampliados para os parceiros de negócio e terceiros críticos, fomentando o comportamento ético nas relações comerciais. Estas ações endereçam os pontos de atenção capturados no diagnóstico de cultura de integridade, o qual é realizado por uma empresa independente, que avalia a efetividade das ações do Programa de Integridade da Ultrapar. Na última pesquisa, realizada em 2020, a organização foi classificada no perfil proativo inicial, segundo perfil mais avançado da Matriz Hearts & Minds. O objetivo é evoluir e alcançar o perfil generativo desta Matriz nos próximos anos, e todos os negócios intensificaram as ações de integridade.

Em 2022 foi realizado um evento de relançamento do Código de Ética e da Política Anticorrupção e de Relacionamento com Agentes Públicos e Privados, e disponibilizado aos colaboradores novos treinamentos, reforçando as diretrizes dos documentos atualizados.

A **Ultragaz** reforçou a conscientização e a cultura de integridade com a criação do Contato Ético, que consiste em conteúdos preparados para a liderança utilizar em conversas com as equipes, levando exemplos para um olhar mais prático das questões de ética no dia a dia. Adicionalmente, foi desenvolvida uma Campanha de Integridade, que abordou temas como assédio, aspectos concorrenciais, preconceito, relacionamento com fornecedores, corrupção e discriminação, a partir de depoimentos dos próprios colaboradores da operação, trazendo situações pessoais que cada um já viveu. O aspecto concorrencial também foi reforçado através de treinamentos realizados com o público interno e com os parceiros revendedores.

A **Ultracargo** trabalhou a cultura de integridade com a realização de diversas ações ao longo do ano para todos os níveis de cargo e localidades, com destaque para a Semana do Compromisso com a Integridade, que contou com a participação de 345 colaboradores em conversas presenciais, além de comunicados de conscientização com exemplos práticos de conduta sobre dilemas éticos.

A **Ipiranga** disseminou a cultura com rodas de conversa em áreas específicas e realizou treinamentos sobre legislação e boas práticas concorrenciais ao seu público interno e revendedores. A Ipiranga criou um programa de diálogos de integridade para as dependências operacionais, impactando mensalmente mais de 700 colaboradores, com 12 temas relacionados à conduta ética, brindes, doações e patrocínios, segurança, sustentabilidade, diversidade e inclusão, entre outros. A Ipiranga incluiu na pauta da convenção anual de vendas, um treinamento dedicado a ética empresarial e integridade na prática, reforçando o compromisso ético com 150 líderes e centenas de revendedores.

No pilar de terceiros do Programa, destaca-se o processo de pesquisa reputacional, etapa prévia à contratação de fornecedores e parceiros comerciais. Em 2022, foram realizadas 13 mil pesquisas, que verificaram se os futuros parceiros estão aderentes aos preceitos de ética e integridade da Ultrapar, minimizando riscos reputacionais e financeiros.

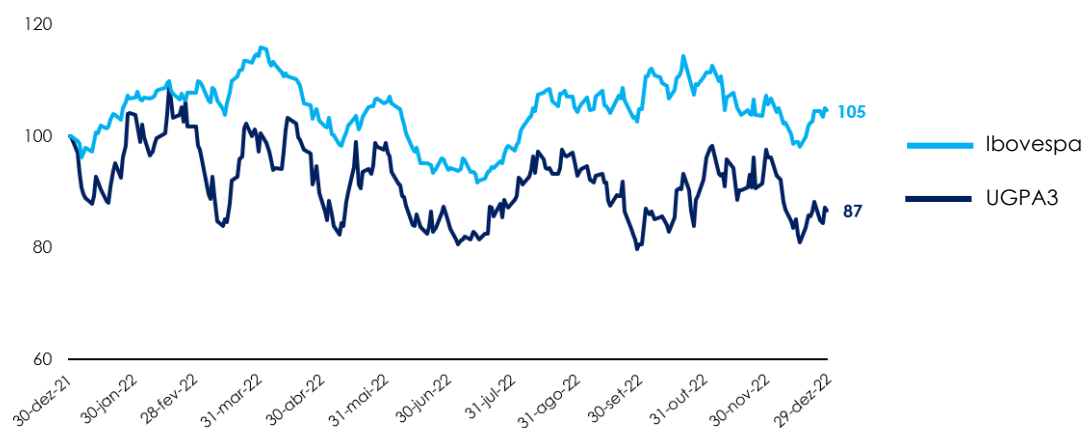
Por fim, o Programa de Integridade disponibiliza o Canal Aberto, um meio seguro para que todo público possa tirar dúvidas ou relatar suspeitas de descumprimento à lei e às políticas da Ultrapar. Gerenciado por uma empresa externa independente, o Canal Aberto está disponível aos colaboradores e *stakeholders* e recebe, no Brasil e no exterior, pedidos de orientação sobre as diretrizes de ética e integridade e notificações sobre eventuais desvios ao Código de Ética e às políticas corporativas. Os relatos podem ser feitos de forma anônima e são encaminhados à Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, responsável pelas tratativas independentes, com o suporte do Comitê de Conduta. A Companhia proíbe retaliações aos denunciadores de boa-fé. Em 2022, o canal recebeu 463 relatos, indicando a confiança do canal.

No que diz respeito à segurança da informação e à privacidade de dados de colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, parceiros de negócios e outros públicos, a Ultrapar segue as diretrizes da Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e da Política de Segurança da Informação.

## Mercado de capitais

O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 111 milhões/dia em 2022 (-30% vs 2021). As ações da Ultrapar encerraram 2022 cotadas a R\$ 12,61 na B3, queda de 13% no ano, enquanto o índice Ibovespa apreciou 5%. Na NYSE, as ações da Ultrapar e o índice Dow Jones depreciaram 8% e 9% no ano, respectivamente. A Ultrapar encerrou 2022 com valor de mercado de R\$ 14 bilhões.

**Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2022**  
(Base 100)



## Dividendos e juros sobre capital próprio

Histórico de dividendos		
Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)
2022	506	0,46
2021	404	0,37
2020	480	0,44
2019	479	0,44
2018	685	0,63

Em 2022, a Ultrapar declarou juros sobre capital próprio de R\$ 450 milhões (R\$ 396 milhões líquidos de IR) e dividendos de R\$ 110 milhões, totalizando a distribuição de R\$ 560 milhões (R\$ 506 milhões líquidos de IR). O montante consolidado representa um *payout* de 30% sobre o lucro líquido atribuível aos acionistas da Ultrapar após reserva legal de 5%, e um *dividend yield* de 3,5% sobre o preço médio das ações.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2022

### Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos <sup>1</sup>			
	2022	2021	Δ (%) 2022 v 2021
PIB	3,0%	5,0%	-2,0pp
Inflação (IPCA)	5,8%	10,1%	-4,3pp
Taxa Selic acumulada	11,7%	4,3%	7,4pp
Dólar médio (R\$/US\$)	5,17	5,40	-4,3%
Petróleo Brent (US\$/barril)	100	70	42%

<sup>1</sup> Fonte: Banco Central e Bloomberg; para o PIB de 2022, projeção Focus de 06/01/2023

O início de 2022 foi marcado pela volatilidade no mercado de capitais, crescentes preços de *commodities* e aumento da inflação ao redor do mundo, fruto principalmente de uma nova onda de COVID-19 e do conflito entre Rússia e Ucrânia, fatores que resultaram em aumentos das taxas de juros e maior percepção de risco dos investidores. No Brasil, apesar do cenário global desafiador, a reabertura da economia após as restrições impostas pela pandemia do coronavírus em 2021, somada aos pacotes de estímulo, à evolução das contas públicas e às políticas de apoio financeiro à população contribuíram para a melhora do desempenho da economia e para a valorização do Real. O PIB de 2022 deve registrar crescimento próximo a 3%, segundo relatório Focus de 06/01/2023.

O mercado de distribuição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) apresentou crescimento de 3% em relação a 2021, com aumento de 4% no ciclo Otto e 2% no diesel, segundo dados da ANP. O volume do ciclo Otto foi favorecido pela maior circulação de pessoas, que em 2021 foi reduzida em função das medidas de restrição impostas pela pandemia, enquanto o volume do diesel acompanhou o melhor desempenho da economia.

No mercado de GLP, o volume total caiu 1% em comparação a 2021, conforme dados da ANP, com redução de 2% no segmento envasado, em função da menor demanda de mercado, atenuada pelo aumento de 3% no segmento granel, em linha com o crescimento econômico do país.

O setor de armazenagem de granéis líquidos em terminais independentes (ABTL) apresentou crescimento de 11% em 2022, puxado principalmente pelo maior consumo de combustíveis líquidos, 5% superior a 2021, aumento de 14% em importação, 44% em óleos vegetais e 11% em corrosivos. Além da boa performance dos grupos de produtos citados, a Transpetro reduziu participação na movimentação nacional, abrindo espaço para outros terminais.

## Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

---

Em maio e agosto de 2021 foram assinados os contratos de venda da Extrafarma e da Oxiten, respectivamente, conforme Fatos Relevantes divulgados à época. Em 31 de dezembro de 2021, a Ultrapar classificou esses negócios como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas. A Oxiten teve sua venda concluída em 01 de abril de 2022, e por essa razão deixou de compor as operações descontinuadas e os resultados da Ultrapar a partir do 2T22. Já a Extrafarma teve sua venda concluída em 01 de agosto de 2022, e seu resultado até esta data é demonstrado dentro de operações descontinuadas. **Neste relatório, as informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas (pró-forma) da Companhia, isto é, os dados consideram a soma das operações continuadas e descontinuadas, exceto quando indicado de outra forma.**

As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações da Ultragas, Ultracargo, Oxiten, Ipiranga e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas (pró-forma) da Ultrapar.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas na discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As informações denominadas EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge* dos *bonds*; EBITDA Ajustado recorrente – ajustado por efeitos não recorrentes; e EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR) estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022.

### Ultragas

---

O volume vendido da Ultragas totalizou 1.706 kton em 2022, praticamente estável em relação a 2021, fruto da redução de 2% nas vendas do segmento envasado, em função da menor demanda do mercado, e do crescimento de 3% do segmento granel, devido principalmente a maiores vendas para comércios, serviços e indústrias.

A receita líquida foi de R\$ 11.483 milhões (+18% vs 2021), em função dos repasses dos aumentos de custo de GLP. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 9.446 milhões (+10% vs 2021), devido aos reajustes de custo de GLP pela Petrobras, além de maiores gastos com fretes (aumento do preço do diesel), pessoal (dissídio) e insumos (inflação), atenuados pelo efeito positivo de R\$ 333 milhões de créditos fiscais extraordinários em 2022.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 833 milhões (+26% vs 2021), reflexo de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), fretes e maior comissionamento de vendas.

A Ultragas registrou EBITDA recorrente recorde de R\$ 1.172 milhões em 2022 (+61% vs 2021), decorrente de melhores margens, fruto de iniciativas de aumento de eficiência e produtividade e de melhor mix de vendas, apesar de maiores despesas.

### Ultracargo

---

A capacidade estática média da Ultracargo foi de 955 mil m<sup>3</sup> em 2022 (+9% vs 2021), fruto do início das operações do terminal em Vila do Conde em dezembro de 2021 e da expansão de capacidade em Itaquí ao longo de 2021.

Já o m³ faturado totalizou 13.589 mil m³ (+8% vs 2021), principalmente em função do início das operações em Vila do Conde e da maior movimentação de combustíveis em Itaquí.

A receita líquida foi de R\$ 867 milhões (+22% vs 2021), devido aos reajustes contratuais e ao maior m³ faturado advindo principalmente das expansões de capacidade já mencionadas. O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 341 milhões (+19% vs 2021), com cerca de 63% do incremento referente a custos e depreciação do terminal de Vila do Conde (início das operações em dezembro de 2021), e o restante decorrente do aumento da depreciação, fruto das expansões de capacidade em Itaquí e dos investimentos realizados ao longo dos dois anos, além do efeito inflacionário sobre pessoal e insumos.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 147 milhões (+8% vs 2021), decorrente de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), atenuadas por ganhos de produtividade e eficiência.

A Ultracargo registrou EBITDA recorde de R\$ 510 milhões em 2022 (+29% vs 2021), reflexo das expansões de capacidade com ganhos de rentabilidade, de reajustes contratuais e de ganhos de produtividade e eficiência.

## Ipiranga

---

O volume de vendas da Ipiranga totalizou 23.070 mil m³ em 2022 (+3% vs 2021), com crescimento de 3% no diesel e 2% no ciclo Otto.

A receita líquida foi de R\$ 131.338 milhões (+32% vs 2021), devido aos repasses dos aumentos de custo dos produtos derivados de petróleo e etanol, além do maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 126.569 milhões (+32% vs 2021), em função dos maiores custos dos produtos derivados de petróleo e do etanol, devido ao crescimento dos preços internacionais nos últimos dois anos, e do maior volume de vendas, atenuados pelo efeito positivo de R\$ 638 milhões de créditos fiscais extraordinários em 2022.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 2.381 milhões (+7% vs 2021), fruto de maiores despesas com pessoal (principalmente maior remuneração variável, alinhada à progressão de resultados, e dissídio), fretes (aumento do preço do diesel e maior volume de vendas) e operação própria da AmPm, parcialmente compensados pelo efeito líquido positivo de R\$ 69 milhões referentes a créditos e provisões registrados em 2022 e pela concentração pontual de provisões para contingências de R\$ 88 milhões em 2021.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 526 milhões negativos, piora de R\$ 601 milhões em relação a 2021, principalmente em função de maiores gastos com CBios no valor de R\$ 477 milhões (R\$ 639 milhões em 2022 vs R\$ 161 milhões em 2021) e da menor constituição de créditos fiscais extemporâneos no valor de R\$ 131 milhões (R\$ 46 milhões em 2022 vs R\$ 177 milhões em 2021).

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 169 milhões (-8% vs 2021), devido ao ganho de capital com a venda da ConectCar de R\$ 76 milhões em 2021, atenuado pelo maior resultado com a venda de terrenos em 2022.

O EBITDA recorrente da Ipiranga totalizou R\$ 2.147 milhões em 2022 (+24% vs 2021), reflexo de melhores margens e do maior volume de vendas, atenuados por maiores despesas e maiores gastos com CBios.

**Ultrapar**

---

ULTRAPAR  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhões de Reais	2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	2021	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Δ (%) 2022 v 2021
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>146.902</b>	<b>143.635</b>	<b>3.268</b>	<b>118.799</b>	<b>109.733</b>	<b>9.066</b>	<b>24%</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(138.761)	(136.276)	(2.485)	(111.729)	(104.828)	(6.901)	24%
<b>Lucro bruto</b>	<b>8.141</b>	<b>7.358</b>	<b>782</b>	<b>7.069</b>	<b>4.905</b>	<b>2.165</b>	<b>15%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>							
Com vendas e comerciais	(2.601)	(2.142)	(459)	(2.986)	(1.932)	(1.055)	-13%
Gerais e administrativas	(1.715)	(1.534)	(181)	(2.076)	(1.467)	(609)	-17%
Outros resultados operacionais, líquidos	(506)	(515)	8	123	96	27	n/a
Resultado na venda de bens	407	169	238	183	184	(1)	122%
Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	(428)	-	(428)	n/a
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>3.725</b>	<b>3.337</b>	<b>389</b>	<b>1.886</b>	<b>1.787</b>	<b>99</b>	<b>98%</b>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	641	610	31	502	460	42	28%
Despesas financeiras	(2.058)	(2.079)	22	(1.412)	(1.223)	(189)	-46%
Equivalência patrimonial	12	12	(0)	(18)	(18)	0	n/a
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.321</b>	<b>1.880</b>	<b>441</b>	<b>959</b>	<b>1.007</b>	<b>(48)</b>	<b>142%</b>
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	(1.034)	(731)	(303)	(539)	(477)	(61)	-92%
Diferido	354	296	58	353	242	111	0%
Incentivos fiscais	121	93	28	111	47	64	9%
Efeito líquido da cessação de depreciação <sup>1</sup>	78	-	78	-	-	-	n/a
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>1.840</b>	<b>1.538</b>	<b>302</b>	<b>884</b>	<b>819</b>	<b>65</b>	<b>108%</b>
Lucro atribuível a:							
Acionistas da Ultrapar	1.801	1.499	302	850	785	65	112%
Acionistas não controladores de controladas	39	39	-	33	33	-	17%
<b>EBITDA</b>	<b>4.925</b>	<b>4.366</b>	<b>559</b>	<b>3.246</b>	<b>2.683</b>	<b>562</b>	<b>52%</b>
Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga e Ultragaz)	505	505	-	283	283	-	79%
Cash flow hedge dos bonds	48	-	48	176	-	176	-73%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>5.478</b>	<b>4.871</b>	<b>607</b>	<b>3.704</b>	<b>2.966</b>	<b>739</b>	<b>48%</b>
<b>EBITDA Ajustado das operações continuadas</b>	<b>4.871</b>	<b>4.871</b>	<b>n/a</b>	<b>2.966</b>	<b>2.966</b>	<b>n/a</b>	<b>64%</b>
Ultragaz	1.505	1.505	n/a	729	729	n/a	106%
Ultracargo	510	510	n/a	396	396	n/a	29%
Ipiranga	3.069	3.069	n/a	2.087	2.087	n/a	47%
Holding, abastece aí e demais empresas	(216)	(216)	n/a	(258)	(258)	n/a	16%
Eliminações	4	4	n/a	12	12	n/a	-66%
<b>EBITDA Ajustado das operações descontinuadas</b>	<b>607</b>	<b>n/a</b>	<b>607</b>	<b>739</b>	<b>n/a</b>	<b>739</b>	<b>-18%</b>
Oxítено	396	n/a	396	1.104	n/a	1.104	-64%
Extrafarma	(27)	n/a	(27)	(353)	n/a	(353)	92%
Ganho de capital com a venda da Oxítено	289	n/a	289	-	n/a	-	n/a
Ajustes da venda da Oxítено	(32)	n/a	(32)	-	n/a	-	n/a
Ajustes da venda da Extrafarma	(16)	n/a	(16)	-	n/a	-	n/a
Eliminações	(4)	n/a	(4)	(12)	n/a	(12)	66%
<b>Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA</b>							
(-) Resultado na venda de bens (Ipiranga)	(169)	(169)	n/a	(107)	(107)	n/a	57%
(-) Ganho de capital com a venda da ConectCar (Ipiranga)	-	-	n/a	(76)	(76)	n/a	n/a
(-) Créditos e provisões <sup>2</sup> (Ipiranga)	(115)	(115)	n/a	(177)	(177)	n/a	-35%
(-) Créditos fiscais extraordinários (Ipiranga)	(638)	(638)	n/a	-	-	n/a	n/a
(-) Créditos fiscais extraordinários (Ultragaz)	(333)	(333)	n/a	-	-	n/a	n/a
(-) Créditos fiscais extemporâneos (Oxítено)	(62)	n/a	(62)	-	n/a	-	n/a
(-) Ganho de capital e ajustes com a venda da Oxítено	(258)	n/a	(258)	-	n/a	-	n/a
(+) Impairment e provisões de despesas pré-fechamento (Extrafarma)	67	n/a	67	428	n/a	428	-84%
(+) Ajustes da venda da Extrafarma	16	n/a	16	-	n/a	-	n/a
<b>EBITDA Ajustado recorrente</b>	<b>3.987</b>	<b>3.617</b>	<b>371</b>	<b>3.771</b>	<b>2.605</b>	<b>1.166</b>	<b>6%</b>
<b>EBITDA Ajustado recorrente das operações continuadas</b>	<b>3.617</b>	<b>3.617</b>	<b>n/a</b>	<b>2.605</b>	<b>2.605</b>	<b>n/a</b>	<b>39%</b>
Ultragaz	1.172	1.172	n/a	729	729	n/a	61%
Ultracargo	510	510	n/a	396	396	n/a	29%
Ipiranga	2.147	2.147	n/a	1.726	1.726	n/a	24%
Holding, abastece aí e demais empresas	(216)	(216)	n/a	(258)	(258)	n/a	16%
Eliminações	4	4	n/a	12	12	n/a	-66%
<b>EBITDA Ajustado recorrente das operações descontinuadas</b>	<b>371</b>	<b>n/a</b>	<b>371</b>	<b>1.166</b>	<b>n/a</b>	<b>1.166</b>	<b>-68%</b>
Oxítено	334	n/a	334	1.104	n/a	1.104	-70%
Extrafarma	41	n/a	41	74	n/a	74	-45%
Eliminações	(4)	n/a	(4)	(12)	n/a	(12)	66%
Depreciação e amortização <sup>3</sup>	1.693	1.522	171	1.660	1.196	463	2%

<sup>1</sup> A partir de 01/01/2022 foi cessada a depreciação e amortização das operações descontinuadas, após reclassificação para o ativo circulante, na linha de ativos classificados como mantidos para venda, conforme item 25 do CPC 31 / IFRS 5

<sup>2</sup> Inclui R\$ 69 milhões de créditos e provisões em SG&A e R\$ 46 milhões de créditos fiscais extemporâneos em Outros resultados operacionais, ambos em 2022, e R\$ 177 milhões de créditos fiscais extemporâneos em Outros resultados operacionais em 2021

<sup>3</sup> Inclui amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade

A Ultrapar registrou receita líquida de R\$ 146.902 milhões em 2022 (+24% vs 2021), reflexo do maior faturamento da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, atenuado pelos fechamentos da venda da Oxiteno em abril de 2022 e da venda da Extrafarma em agosto de 2022, e suas respectivas desconsolidações do resultado. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R\$ 138.761 milhões (+24% vs 2021), devido aos aumentos de custos na Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, parcialmente compensados pelas desconsolidações da Oxiteno e da Extrafarma do resultado mencionadas anteriormente.

O lucro bruto totalizou R\$ 8.141 milhões (+15% vs 2021), em função do aumento do lucro agregado dos três principais negócios.

As despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$ 4.316 milhões (-15% vs 2021), fruto das desconsolidações da Oxiteno e da Extrafarma do resultado, atenuadas pelo impacto inflacionário em 2022, além de efeitos específicos em cada um dos negócios.

A linha de outros resultados operacionais registrou R\$ 506 milhões negativos, piora de R\$ 629 milhões em relação a 2021, reflexo principalmente de maiores gastos com CBios e da menor constituição de créditos fiscais extemporâneos na Ipiranga.

A linha de resultado na venda de bens totalizou R\$ 407 milhões (+122% vs 2021), principalmente em função do ganho de capital com a venda da Oxiteno de R\$ 289 milhões em 2022 e do maior resultado com a venda de terrenos na Ipiranga, atenuados pelo ganho de capital com a venda da ConectCar de R\$ 76 milhões em 2021.

Em 2021 foi registrado um efeito de R\$ 428 milhões na linha de "redução ao valor recuperável de ativos" referente ao *impairment* de ativos da Extrafarma, decorrente da assinatura do contrato de venda para a Pague Menos.

O EBITDA recorrente da Ultrapar totalizou R\$ 3.987 milhões em 2022 (+6% vs 2021), em função dos maiores EBITDAs da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, atenuados pelas desconsolidações da Oxiteno e da Extrafarma do resultado.

O total de custos e despesas com depreciação e amortização<sup>1</sup> foi de R\$ 1.693 milhões (+2% vs 2021), em função dos investimentos realizados ao longo dos períodos e de maiores amortizações de bonificações na Ipiranga, apesar das desconsolidações da Oxiteno e da Extrafarma do resultado.

<sup>1</sup> Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida<sup>2</sup> de R\$ 1.465 milhões, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$ 1.086 milhões em 2021, reflexo principalmente (i) do maior CDI, apesar do menor saldo médio e menor custo da dívida líquida, e (ii) do resultado temporal negativo de R\$ 384 milhões de marcação a mercado dos *hedges* em 2022 comparado ao resultado negativo de R\$ 325 milhões em 2021, devido ao aumento das curvas de juros e cupom cambial ao longo do ano.

<sup>2</sup> Inclui resultado do *cash flow hedge* dos *bonds*

O lucro líquido da Ultrapar totalizou R\$ 1.840 milhões em 2022 (+108% vs 2021), devido ao maior EBITDA, apesar do aumento da despesa financeira líquida e da depreciação e amortização.

### Resultado da Holding, abastece aí e demais empresas

A Ultrapar registrou um resultado negativo de R\$ 216 milhões em 2022 (vs R\$ 258 milhões negativos em 2021), composto de (i) R\$ 175 milhões de EBITDA negativo com a Holding, (ii) R\$ 62 milhões de EBITDA negativo com o abastece aí, devido a despesas com pessoal e tecnologia, e (iii) R\$ 20 milhões de EBITDA positivo com as demais empresas, consequência principalmente do melhor resultado da Refinaria Riograndense.

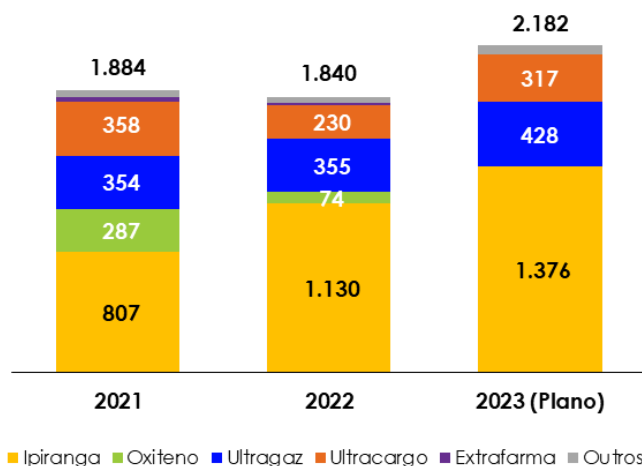
### Endividamento

A Ultrapar encerrou o ano de 2022 com dívida líquida total foi de R\$ 6.689 milhões (1,7x EBITDA Ajustado LTM<sup>3</sup>) em comparação a R\$ 11.691 milhões em 31 de dezembro de 2021 (2,9x EBITDA Ajustado LTM<sup>3</sup>). A redução do endividamento líquido entre os períodos se deve principalmente ao fechamento das vendas da Oxiteno e da Extrafarma ao longo de 2022, atenuado pela piora do resultado financeiro. Uma parcela do recebimento pela venda da Oxiteno foi utilizada para o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas e para a recompra parcial dos *bonds*, reduzindo também o endividamento bruto e o custo de carregamento da dívida líquida da Ultrapar, que passou de 129% do CDI em 2021 para 109% do CDI em 2022. A redução da alavancagem financeira é reflexo da redução da dívida líquida e do maior EBITDA dos negócios. Cabe destacar que existem recebíveis ainda não incluídos no endividamento líquido da Ultrapar relacionados às vendas (i) da Oxiteno (US\$ 150 milhões a serem recebidos em abril de 2024) e (ii) da Extrafarma (R\$ 365 milhões, corrigidos por CDI + 0,5% a.a., a serem recebidos em duas parcelas, a primeira em agosto de 2023 e a segunda em agosto de 2024).

<sup>3</sup> EBITDA Ajustado LTM não inclui (i) *impairments* da Extrafarma e ganho de capital com a venda da ConectCar para Dez/21, (ii) ajustes de fechamento com as vendas da Oxiteno e da Extrafarma, resultado LTM da Oxiteno e da Extrafarma e créditos fiscais extraordinários para Dez/22

## Investimentos

### Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Em 2022, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1,8 bilhão, redução de 2% em relação ao montante investido em 2021. Desconsiderando-se os investimentos realizados na Oxiteno e na Extrafarma nos dois períodos, o total investido em 2022 foi 12% superior a 2021, devido principalmente a maiores investimentos na Ipiranga, atenuados por menores investimentos na Ultracargo. Do plano de investimento de 2023, R\$ 1,0 bilhão referem-se a investimentos em expansão dos negócios.

A Ultragaz investiu R\$ 355 milhões em 2022, destinados principalmente à aquisição e reposição de vasilhames, às instalações em novos clientes no segmento granel e à manutenção das operações existentes.

Na Ultracargo foram investidos R\$ 230 milhões em 2022, direcionados a projetos para ganho de eficiência, manutenção e segurança operacional dos terminais e à outorga do terminal de Vila do Conde (PA).

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 1.130 milhões em 2022, destinados à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 441 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível e R\$ 711 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade). Esses valores foram atenuados por R\$ 22 milhões oriundos principalmente do recebimento de imóveis vendidos de forma financiada, líquidos de liberações de financiamento a clientes.

## Relacionamento com Auditores Independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes para evitar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras.

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que durante o exercício de 2022 contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 5% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a procedimentos em conexão com processo de oferta de títulos de valores mobiliários, serviços de asseguarção sobre o Relatório Integrado e revisão da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF"), totalizando um montante de R\$ 313 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano.

Nossos Auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A Deloitte iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2022.

**ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**Companhia Aberta**

CNPJ nº 33.256.439/0001- 39

NIRE 35.300.109.724

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2023.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, datado de 15 de fevereiro de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

**Flávio Cesar Maia Luz**

**Geraldo Toffanello**

**Nilson Martiniano Moreira**



## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

### ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, em especial a Resolução CVM nº 23/2021, o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno (“Regimento”).

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos.

Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários, B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no *Sarbanes-Oxley Act* (“SOX”). O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre revisões de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos estratégicos.

O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders.

Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Periodicamente, os membros do Comitê realizam sua autoavaliação e discutem os resultados e eventuais pontos de melhoria.



No período dos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se nove vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes da Deloitte em suas reuniões.

## ATIVIDADES DO COMITÊ

### Audidores Independentes

- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes, incluindo a recomendação ao Conselho de Administração sobre o rodízio de auditoria e processo de seleção e contratação da nova empresa, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 23/21.
- Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos.
- Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria.
- Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes.

### Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna.
- Análise da carta de controles internos emitida pelos auditores independentes do último exercício com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados.
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas.
- Apresentação e análise das projeções financeiras utilizadas pela administração da Companhia para fins de identificação da eventual necessidade de impairment de ativos e recuperabilidade de impostos.
- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes.  
Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da Deloitte para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras.
- Relato e análise sobre os principais pontos relativos ao formulário 20F enviado à SEC.

### Auditoria Interna

- Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna.
- Acompanhamento dos resultados referentes aos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas.
- Acompanhamento de testes de controles internos para fins de certificação SOX.

### Gestão Integrada de Riscos

- Análise das atualizações dos riscos da Matriz Sistêmica de Riscos, periodicamente elaboradas pelas áreas de negócios da Companhia e monitoradas pela Diretoria de Riscos, Integridade e Auditoria.



### Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra.
- Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados.
- Acompanhamento das ações do Programa de Integridade da Companhia.

### Governança

- Reporte das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos nas reuniões do Conselho de Administração.
- Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê.
- Preparação e aprovação do orçamento anual do Comitê.
- Análise de alterações no Formulário de Referência e Relatório de Governança encaminhados à CVM.
- Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos.

### CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- As informações fornecidas pela administração e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores.
- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção.
- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia.

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023

Ana Paula Vitali Janes Vescovi  
*Coordenadora do Comitê de Auditoria e Riscos*

José Maurício Pereira Coelho  
Jorge Marques de Toledo Camargo  
*Membros do Comitê de Auditoria e Riscos*



## Declaração


Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

DocuSigned by:  
  
D70081F0E1804C0  
**Marcos Marinho Lutz** - Diretor Presidente

DocuSigned by:  
  
78831B573DCA4AD  
**Rodrigo de Almeida Pizzinatto** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DocuSigned by:  
  
92D8EC10E6F049D  
**Décio de Sampaio Amaral** - Diretor

DocuSigned by:  
  
E37B4BC02F70422  
**Leonardo Remião Linden** – Diretor

DocuSigned by:  
  
75D85F2210AD41B...  
**Marcelo Pereira Malta de Araújo** - Diretor

DocuSigned by:  
  
51E767EF3911414  
**Tabajara Bertelli Costa** - Diretor